



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE LETRAS
DEPARTAMENTO DE TEORIA LITERÁRIA E LITERATURAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LITERATURA

RARACHE RODRIGUES COSTA

Levantado do chão, de José Saramago:
um romance histórico sobre o fascismo em Portugal

Brasília, 2019

RARACHE RODRIGUES COSTA

Levantado do chão, de José Saramago:

um romance histórico sobre o fascismo em Portugal

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Literatura, do Instituto de Letras, da Universidade de Brasília, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Literatura. Orientador: Prof. Dr. Edvaldo Aparecido Bergamo

Brasília, 2019

COSTA, Rarache Rodrigues. Levantado do chão, de José Saramago: um romance histórico sobre o fascismo em Portugal. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Literatura, do Instituto de Letras, da Universidade de Brasília, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Literatura.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Edvaldo Aparecido Bergamo – TEL/PósLit /UnB

Orientador

Profa. Dra. Ana Laura dos Reis Côrrea – TEL/PósLit /UnB

Examinadora - Membro Interno

Profa. Dra. Renata Altenfelder Garcia – Universidade Estadual de Campinas

Examinadora - Membro Externo

Profa. Dr. Bernard Herman Hess – UnB

Examinadora – Suplente

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço à inteligência suprema intitulada Deus.

Em seguida, agradeço a minha mãe, pelo despertar da importância do ato de ler, que no passado transformou-se na paixão pela literatura.

Agradecimento mais que especial ao mestre Edvaldo Bergamo, pela paciência com minha limitação acadêmica, pela confiança depositada e por ser um excelente orientador.

Agradeço aos outros mestres que muito auxiliaram: Alexandre Pilati e Ana Laura Dos Reis Corrêa.

Agradeço ao meu pai, por todo apoio e carinho com meus filhos no grande período de minha ausência, sempre sendo a melhor referência para eles e tornando suas rotinas a melhor possível.

Agradeço a minha companheira, pelas leituras compartilhadas, por todo nosso percurso literário, grato pelos livros dados como presentes, pelos ouvidos atentos em cada descoberta ou reclamação sobre as dificuldades encontradas pelo caminho. Meu muito obrigado, Giselle.

Agradeço, por fim, aos meus companheiros de farda, por tantas vezes trabalharem horas a mais para me auxiliarem em minha jornada; o policial que encerra esta etapa é completamente diferente.

RESUMO

José Saramago (1922-2010) foi o único escritor de língua portuguesa ganhador do Prêmio Nobel, mas não foi apenas por esse feito inédito que o autor alcançou renome internacional. Com seus romances históricos, o autor reescreveu a história portuguesa por meio da ficção. Em *Levantado do chão* (1980), romance histórico que figura o fascismo português, apresenta-se uma narrativa que expõe a formação nacional portuguesa no interior do país, as estruturas sociais responsáveis por sustentar o autoritarismo, a hegemonia da classe dominante ruralista e a luta campesina, além do contexto revolucionário que culminou com o fim do salazarismo. O fascismo, compreendido como fenômeno ideológico de extrema direita, figura no romance como alicerce de uma sociedade baseada no capitalismo periférico, fenômeno ocorrido na península ibérica, de forma anacrônica ao fascismo italiano e ao nazismo alemão, o que demonstra na prática que esse fenômeno social está diretamente relacionado aos seguintes aspectos: crise econômica, cultura autoritária e anticomunismo estrutural. Nesse sentido, a literatura é fundamental, nesta pesquisa, para o entendimento dos processos sociais, visto que a estética é responsável por conceder aos esquecidos da historiografia social um lugar de fala autêntico e basilar para a compreensão da totalidade histórica.

PALAVRAS-CHAVE: Saramago – *Levantado do chão* – romance histórico – fascismo – salazarismo

ABSTRACT

José Saramago (1922-2010) was the only Portuguese-language writer to win the Nobel Prize, but it was not only for this unprecedented accomplishment that the author achieved international renown. With its historical romances, the author rewrote Portuguese history through fiction. In *Raised from the ground* (1980), a historical novel that includes Portuguese fascism, a narrative that exposes the Portuguese national formation in the interior of the country, the social structures responsible for sustaining authoritarianism, the hegemony of the ruralist ruling class and the peasant's struggle is presented, in addition to the revolutionary context that culminated in the end of Salazarism. Fascism, understood as an extreme right-wing ideological phenomenon, appears in the novel as the foundation of a society based on peripheral capitalism, a phenomenon that occurred in the Iberian peninsula anachronistically to Italian fascism and German Nazism, which demonstrates in practice that this social phenomenon is directly related to the following aspects: economic crisis, authoritarian culture and structural anticommunism. In this sense, literature is fundamental in this research for the understanding of social processes, since aesthetics is responsible for granting to the forgotten ones of social historiography a place of authentic and basic speech for the understanding of the totality of history.

KEYWORDS: Saramago - Raised from the ground - historical fiction - fascism - salazarism

A compreensão crítica de si mesmo é obtida, portanto, através de uma luta de “hegemonias” políticas, de direções contrastantes, primeiro no campo da ética, depois no da política, atingindo, finalmente, uma elaboração superior da própria concepção do real.

Antonio Gramsci

A literatura pode representar os contrastes, as lutas e os conflitos da vida social tal como eles se manifestam no espírito, na vida do homem real. Portanto a literatura oferece um campo vasto e significativo para descobrir e investigar a realidade.

György Lukács

Poderiam me chamar de comunista que, para muitas pessoas, soa como um xingamento, e não para mim; mas jamais de fascista.

José Saramago

SUMÁRIO

Introdução	09
CAPÍTULO I: Fascismo: evolução e transformação de uma ordem autoritária...	12
1.1 Conceito de Fascismo	13
1.2 O Fascismo na Europa: Itália, Alemanha e Península Ibérica	20
1.3 O Fascismo e a cultura europeia: Cinema, Teatro, Artes plásticas e Literatura	23
1.4 Literatura e autoritarismo em Portugal: Estado Novo, Salazarismo e campo intelectual e artístico.....	30
1.5 A longevidade autoritária em Portugal e a Revolução dos Cravos	43
CAPÍTULO II: O Romance de José Saramago: literatura, história e política	52
2.1 Saramago e a cultura autoritária em Portugal	53
2.2 Saramago e o neorrealismo português	59
2.3 Saramago: literatura e autoritarismo	67
2.4 Saramago e a opção pela forma do romance histórico	76
2.5 Fascismo e acordos nacionais: Estado, Igreja, Classe Dominante	82
2.6 Fascismo e resistência popular	89
CAPÍTULO III: Fascismo Português em Levantado do chão	92
3.1 Levantado do chão: fascismo e romance	93
3.2 Levantado do chão em contexto revolucionário	98
3.3 Saramago: entre o local e o universal	104
3.4 Saramago e os aliados de sempre do fascismo	110
3.5 25 de abril e a posteridade	118
Considerações Finais	131
Referências bibliográficas	133

INTRODUÇÃO

Na atualidade, estudar literatura torna-se tarefa cada vez mais difícil, visto que a realidade está cada vez mais tecnológica e a sociedade imersa em uma realidade virtual permanente. O ato de ler retomou patamares de simples apreensão do signo linguístico para transmissão do pensamento humano. No Brasil, por exemplo, a leitura não acaba se restringindo, em sua maioria, às informações jornalísticas e de entretenimento.

O desafio da literatura é resistir à sedução perene da tecnologia e atuar para que haja uma visão crítica da sociedade. A literatura, como expressão artística, tem o papel de desenvolvimento histórico e crítico da sociedade e os estudos literários são importantes para o desenvolvimento da compreensão da totalidade das tensões sociais do cotidiano. Por meio da literatura, conhecemos o passado, o que nos auxilia na compreensão da realidade atual de nossa sociedade. A forma romanesca é fonte inesgotável de conhecimento e, por meio da ficção, o romance histórico proporciona o entendimento dos acontecimentos sociais por meio da visão de mundo dos artistas. A estética literária liberta o leitor da visão historiográfica dos acontecimentos, a qual, muitas vezes, foi elaborada por quem estava no poder.

Desse modo, debruçar-se em acontecimentos históricos torna-se importante para que erros cometidos no passado não se repitam. Pode-se dizer que os fenômenos autoritários do século XX, como Fascismo e Nazismo, são investigados majoritariamente por quem se dedica aos estudos históricos. Entretanto, as bases para um novo período autoritário em pleno século XXI estão se formando, visto que há uma rápida escalada do conservadorismo, mudanças rápidas nas configurações de democracias consolidadas e o crescimento da extrema direita por diversos países do globo.

Portanto, se o passado nos desperta a atenção pela sua relação com o presente, é pelas relações históricas entre Brasil e Portugal que a literatura portuguesa é destaque desta pesquisa. O interesse por Portugal encontra-se primeiramente ligado ao único escritor de língua portuguesa ganhador do Prêmio Nobel: José Saramago, que revolucionou a língua portuguesa com suas narrativas. O autor, como intelectual participativo na sociedade portuguesa, foi muito importante para a história contemporânea portuguesa, principalmente, no contexto da *Revolução dos Cravos*.

Isto posto, a complexidade de um movimento revolucionário faz com que os estudos literários sejam ampliados para outras áreas do conhecimento. Assim, não se pode deixar de citar a importância da crítica literária dialética para a compreensão da totalidade da sociedade retratada no romance.

Pode-se citar as contradições da formação nacional portuguesa e as diversas mudanças de configuração de organização do Estado: Monarquia, República, Estado Novo e República Democrática.

O Estado Novo e suas peculiaridades não o afasta do fenômeno fascista, o autoritarismo português sempre foi baseado no processo de hegemonia de Portugal e sua aliança direta com a religião católica. O caráter periférico de Portugal, no contexto das potências capitalistas europeias, permitiu a longevidade do Salazarismo e a Segunda Guerra demonstrou o ápice do autoritarismo no século XX, mas não o destruiu por toda a Europa.

Destaca-se ainda o totalitarismo ibérico envolto na ideologia fascista. Portugal e Espanha flertam com o fascismo na ascensão dos países do Eixo, ao fim da guerra. Os beneficiários do modelo fascista ainda estão na elite social dos dois países e continuam com sua política de forte repressão a seus opositores. Portugal teve que conviver com um Estado de Exceção longo e que perseguiu muitos cidadãos, perseguição essa que atacou diretamente a expressão literária por meio da censura institucionalizada. Diversos escritores portugueses do século XX tiveram suas obras censuradas e diversos romances foram publicados somente com o fim do Estado Novo.

Por consequência, o retrato do fascismo português dentro do romance produzido por Saramago proporciona uma visão ampliada do que foi o Estado Novo em Portugal, a literatura levanta o véu das estruturas sociais responsáveis pela configuração do poder no país. A narrativa dos *Mau-Tempo* lança luz sobre a constituição da propriedade privada no interior do país e as grandes herdades de terra: os latifúndios. O romance consegue desvelar as relações de poder entre Igreja, Estado e Latifúndio, denunciando de forma clara os desmandos que fizeram a tríade do atraso lusitano.

O rompimento da hegemonia portuguesa, por meio da *Revolução dos Cravos*, somente foi possível devido ao caráter popular do movimento revolucionário. A classe média portuguesa representada pelos militares de baixa patente uniu-se aos proletários dos centros urbanos e aos trabalhadores rurais. As mudanças estruturais colhidas com o processo revolucionário originaram a República Democrática Portuguesa e um bem-estar social que ainda perdura após mais de 40 anos do 25 de Abril.

A importância desta pesquisa sobre o fenômeno fascista português é basilar para os estudos literários da atualidade. As perseguições das minorias e o caráter reacionário da sociedade do século XXI alimentam o fantasma do autoritarismo do passado, por isso a pesquisa sobre a forma do romance histórico é necessária para traçarmos um paralelo com nossa sociedade atual. Por isso, estudar o fascismo, após mais de meio século do fim da Segunda Guerra, é essencial para compreendermos os

fenômenos sociais que permitiram a escalada ao poder de líderes autoritários e chefes de Estado que representaram o que houve de pior no massacre da humanidade.

Dentro da estrutura desta pesquisa, o primeiro capítulo descreve o modo como o autoritarismo tomou forma no século XX, transformando as nações periféricas do capitalismo moderno em ameaças para a humanidade, e os diversos formatos de fascismo na Europa. O segundo capítulo refere-se à forma romanesca de José Saramago e a relação entre literatura, história e política em sua obra, de modo a destacar a importância da forma literária para a compreensão da sociedade portuguesa. Por fim, o terceiro capítulo expõe o fascismo português dentro do romance *Levantado do chão*, a narrativa do autor que desvela as relações complexas entre poder econômico, exploração do trabalhador rural e Estado Novo.

A forma romanesca consegue narrar aquilo que a historiografia oficial não registrou e, por isso, a ficção se aproxima da realidade. Portanto, a presente pesquisa procura destacar a importância do romance histórico de Saramago para a compreensão das contradições sociais da sociedade portuguesa e para aproximar o leitor da realidade nacional durante o Estado Novo.

Resgatar romances históricos para a pesquisa literária do século XXI é importante para que o conhecimento histórico auxilie no progresso da humanidade em direção a uma sociedade melhor e mais humanizada. A literatura destaca a importância dos Direitos Humanos e da valorização da vida humana em contraposição ao mundo da mercadoria. A vida humana não tem valor de mercado e o bem-estar social é mais importante do que a acumulação da riqueza, seja pelos indivíduos ou pelos Estados. A Literatura é o eterno reconhecer-se no outro, por isso a presente pesquisa se concentra nela, pois é importante que reconheçamos os outros em nós e continuemos a ler sempre.

Capítulo I

Fascismo: evolução e transformação de uma ordem autoritária

O lugar do dinheiro é um céu, um alto lugar onde os santos mudam de nome quando vem a ter de ser, mas o latifúndio não.

Madre de tetas grossas, para grandes e ávidas bocas, matriz, terra dividida do maior para o grande, ou mais de gosto ajuntada do grande para o maior, por compra dizemos ou aliança, ou de roubo esperto, ou crime estreme, herança dos avós e meu bom pai, em glória estejam. Levou séculos para chegar a isto, quem duvidará de que assim vai ficar até à consumação dos séculos?

José Saramago

A Revolução Burguesa, acontecida em 1789, acabou com o absolutismo no mundo ocidental, atribuindo ao povo o papel de protagonista da história e criando a democracia moderna com tripartição de poderes¹. Em seguida, o movimento reacionário apoiou-se novamente na Monarquia, com figuras históricas como Napoleão Bonaparte. O século XX trouxe um novo modelo de autoritarismo, não baseado no modelo monárquico absolutista, e algumas repúblicas democráticas com modelo de Estado Tripartite instituíram Estado de Exceção, apresentando presidentes que se transformaram em “Imperadores” com poderes ilimitados. O fascismo, que se iniciou na Itália com Mussolini, avançou para a Alemanha com Hitler, criando um modelo de Estado autoritário de extrema direita no mundo ocidental. Sendo assim, o objetivo deste capítulo é conceituar o fascismo e apontar suas relações com a cultura e a formação de um poder autoritário em Portugal.

1.1 – Conceito de Fascismo

Qual a relação entre Fascismo e literatura? Ao observar-se a literatura de forma dialética², levando em consideração as estruturas sociais e a luta de classes para a composição estética do artista, o fascismo influenciou e ainda influencia a composição artística na contemporaneidade. Entretanto, para responder à pergunta, é necessário conceituar esse fenômeno.

Muitas vezes, o fascismo é entendido como o que é recorrente nos estudos históricos: os regimes autoritários vividos na Itália e na Alemanha. É evidente que a força fascista italiana foi, como modelo de controle estatal e com seus meandros sociais, precursora desse fenômeno. Mussolini possuía as qualidades necessárias para o controle social e expansão ideológica do regime, além de fazer uso da violência para a chegada ao poder. A violência inédita que o italiano utilizou, por meio da organização de milícias, tinha como objetivo demonstrar força ao Estado Monárquico e combater os comunistas.

Ao limitar o fascismo aos países derrotados na Segunda Guerra Mundial, há uma clara intenção de transformar o fenômeno fascista em uma anomalia social e um acontecimento do passado, desvinculando sua ligação direta com a estrutura capitalista e, mais ainda, o caráter reacionário que perdura nas sociedades. O fascismo é um movimento ultraconservador que estabelece princípios de

1 Montesquieu foi o criador do modelo de Estado Tripartite, que divide-se em três poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário. Esse modelo foi referência para diversas nações ocidentais.

2 Dialética: Termo de origem grega, aqui aplicado à teoria Marxista por meio de Hegel, Marx e Engels.

controle social, considerando-se a luta de classes eterna e de manutenção necessária para a perpetuação de uma elite social no poder. Assim, a ideologia fascista forja a promoção de uma sociedade igualitária, sem uma divisão clara do proletariado, formando uma grande nação constituída de classe média. Por trás disso, há uma extensa aliança com o grande capital, que enriquece ainda mais a indústria, a qual se transformará no sistema financeiro beneficiário dos grandes conflitos bélicos no mundo moderno.

Mussolini foi um agitador do partido socialista e contou com alguns dissidentes desse viés ideológico para a elaboração teórica do fascismo. Com a teoria amorfa, a insatisfação popular após o fim da Grande Guerra e a propriedade privada sendo ameaçada constantemente pelo movimento camponês, a reação da burguesia necessitava ser imediata. Madeleine Albright resume:

A trajetória do próprio Mussolini era marcada por idas e voltas. Aceitava dinheiro de grandes corporações e bancos, mas falava a língua dos veteranos e dos trabalhadores. Tentou diversas vezes reatar relações com os socialistas, mas descobriu que os antigos colegas não confiavam nele e que os fascistas mais extremados ficaram furiosos com a tentativa. Como o clima político continuava a piorar, teve de tornar-se cada vez mais militante só para manter-se em compasso com as forças que alegava comandar. A um repórter que lhe pediu para resumir seu programa, Mussolini respondeu: “É quebrar os ossos dos democratas [...] e quanto mais cedo, melhor”. Em outubro de 1922, decidiu desafiar o governo diretamente ao mobilizar os fascistas país a fora. “Ou nos permitem governar”, declarou à convenção do partido, “ou tomamos o poder marchando sobre Roma”. (ALBRIGHT, 2018, p. 367)

Para a concretização de uma teoria social que tivesse condições de ser abraçada, mesmo diante da luta de classes, era necessário um bem maior que o bem-estar individual da pequena burguesia. Mussolini precisava de um mito para elevar as potencialidades do engajamento social e esse mito era: o amor incondicional à pátria. Com o nacionalismo deformado em paralelo a um processo de internacionalização comunista, a criação do mito nacional exercia dupla função: criava uma cortina de fumaça sobre a luta de classes que ocorria mais fortemente no campo e enfraquecia o comunismo, que estava forte em boa parte do parlamento italiano e sindicatos dos trabalhadores.

Talvez a análise se torne muito subjetiva quando avaliamos a manutenção da elite no poder; quem seria essa elite, no contexto mundial e no contexto italiano? O professor Leandro Konder nos orienta melhor na compreensão de quem ditava os caminhos da sociedade e analisa o momento histórico do capitalismo:

O recurso fascista ao mito da nação só pôde ser eficaz porque, em sua evolução, o capitalismo havia ingressado em sua fase imperialista: nos países capitalistas mais adiantados, o capital bancário havia se fundido com o capital industrial, constituindo o capital financeiro; as condições criadas nesses países exigiram deles a exportação sistemática de capitais; acentuou-se a competição em torno da exploração colonialista; e, no bojo da guerra interimperialista de 1914-1918, difundiram-se em alguns países acentuados ressentimentos nacionais, análogos, à primeira vista, às magoas dos povos explorados. (KONDER, 2009, p. 39)

Aos poucos, pode-se inferir quem foi o verdadeiro beneficiado com a marcha fascista. Nessa perspectiva, evidencia-se a participação do capital financeiro na manutenção dos governos totalitários e a dita modernidade que a propaganda fascista queria difundir para as massas. O progresso que o fascismo vendeu aos povos dos países periféricos do globo, a igualdade e justiça social, sempre foi um atraso para os interesses capitalistas. Isso porque, nesse sistema, prioriza-se a obtenção de lucro em detrimento da dignidade humana. Sobre tal questão, Marx ainda jovem, em *Manuscritos Econômico-filosóficos*, declara que:

O estranhamento do trabalhador em seu objeto se expressa, pelas leis nacional-econômicas, em quanto mais o trabalhador produz, menos tem para consumir; que quanto mais valores cria, mais sem-valor e indigno ele se torna; quanto mais bem formado o seu produto, tanto mais deformado ele fica; quanto mais civilizado seu objeto, mais bárbaro o trabalhador; que quanto mais poderoso o trabalho, mais impotente o trabalhador se torna; quanto mais rico de espírito o trabalho, mais pobre de espírito e servo da natureza se torna o trabalhador. (MARX, 2004, p. 82)

O estranhamento entre mercadoria e trabalhador é a fonte do lucro capitalista. Nesse princípio em que se baseia tal sistema, a exploração do trabalhador é fonte de aumento do lucro. Esse trabalho estranhado é o que gerará os conflitos de classe. No momento em que o fim do absolutismo trouxe a necessidade da remuneração direta ao trabalhador, criou-se a propriedade privada. Isso fez com que a barbárie se voltasse apenas para os trabalhadores, visto que a divisão capitalista do trabalho não eliminou a aristocracia, a qual transformou-se em uma classe burguesa com direitos favoráveis a si, contribuindo então para a perpetuação das desigualdades sociais.

A decadência do capitalismo cria a concepção de que não há mais para onde evoluir socialmente, além do imperialismo das grandes potências econômicas, o que gera um conforto social após a crise do pós-guerra. Nesse período, a Alemanha desponta na produção industrial e sua população vê o crescimento econômico e o despertar de uma nova potência mundial. No país explorado, cresce o discurso imperialista e o ultranacionalismo se torna propaganda fascista. O caminho para aumentar a concentração de renda seria o crescimento dos impérios, porém a expansão inglesa não obteve maiores transtornos, o resultado do Fim da Primeira Guerra foi a distribuição das vontades imperialistas pelas nações da Europa e o fim do Império Otomano gerou vontades de herança desse espólio. Sobre isso, pondera o professor Leandro Konder:

Mas há ainda um outro nível – mais abstrato – de vinculação do fascismo com os interesses básicos do capital financeiro. A guerra de 1914-1918 manifestou com clareza as profundas contradições existentes no mundo criado pelo capitalismo em sua fase imperialista. Pela concentração do poder econômico realizada em suas mãos, o capital financeiro foi levado a assumir a liderança na luta pela conservação (e correspondente atualização) do sistema. Para o capital financeiro, entretanto, o sistema só poderia ser salvo por meio de reformas que suprimissem certos estorvos, remanescentes da fase da “livre competição”, acentuassem a concentração do capital (uma forma de “racionalização da economia”) e aprofundassem a interdependência entre os monopólios e um “Estado Forte”. (KONDER, 2009, p. 51)

O movimento histórico construído no pós-guerra, no qual o povo foi levado a acreditar em um nacionalismo imperialista, pode gerar a impressão de que na época não havia como a sociedade perceber até que ponto chegaria o movimento fascista e quais seriam seus desdobramentos. Essa ilusão foi criada pelo próprio capital financeiro, com vistas a culpar o Estado Fascista pelos horrores causados por suas ditaduras e desfazer sua estreita relação com o capitalismo, mas a Internacional Comunista já dava seus avisos de como seria a forma de agir dos fascistas italianos.

A definição mais completa do fascismo foi formulada pelo XIII Pleno da Internacional comunista e é a seguinte: “O fascismo é uma ditadura terrorista aberta dos elementos mais reacionários, mais chauvinistas, mais imperialistas do capital financeiro”. (TOGLIATTI, 1978, p. 1)

A partir desse ponto, entram em questão os outros Estados Fascistas financiados pelo capital financeiro após a Segunda Guerra, como a ditadura de Franco na Espanha e a ditadura de Salazar³ em Portugal, esta última que será objeto de estudo. Todavia, o erro, ao analisarmos o fascismo em uma perspectiva burguesa, é acreditar que ele se restringiu à Itália e a Alemanha e, a partir disso, supor que apenas essas sociedades, por condições históricas específicas, permitiram a emergência de um estado fascista. O impacto da *Revolução Russa* para a Europa foi muito grande, o capitalismo precisava urgentemente tomar as rédeas do controle social para a frear a internacionalização comunista.

É primordial evidenciar o papel da pequena burguesia na instalação do fenômeno fascista. A formação do fascismo sempre antecede movimentos socialistas em prol de uma revolução proletária. Ao perceber que o ambiente político está propício à instalação de uma revolução, o movimento reacionário toma a dianteira por meio da ruptura democrática, tomando o poder por meio da violência, seja institucionalizada por meios estatais ou com a ajuda de milícias, como na Itália.

O enfraquecimento da burguesia diante da decadência do capitalismo é ponto crucial para o ataque do capitalismo à democracia. Assim, as contradições do capitalismo, em seu momento imperialista, fizeram com que medidas de violência fossem tomadas para a manutenção da sociedade de classes.

O fascismo se desenvolve porque as contradições internas chegaram a tal ponto que a burguesia é obrigada a liquidar as formas da democracia. Deste ponto de vista, quer dizer que nos encontramos diante de uma crise profunda, que se prepara uma crise revolucionária que a burguesia quer enfrentar. Mas ver apenas este aspecto nos leva a cometer o erro de concluir

3 Antônio de Oliveira Salazar (1889-1970), além de chefiar diversos ministérios, foi presidente do Conselho de Ministros do governo ditatorial do Estado Novo, professor da Universidade de Coimbra e governou Portugal desde 1933 até sua morte em 1970.

que quanto mais se desenvolve o movimento fascista, mais se torna aguda a crise revolucionária. (TOGLIATTI, 1978, p. 7)

Para o sucesso do fascismo, a ruptura democrática foi necessária, pois somente a ideologia não seria suficiente para o estabelecimento do Estado Fascista. Desse modo, as ruas italianas foram tomadas por grupos armados que bradavam os ideais fascistas. Nesse período, aconteceu a chamada Marcha para Roma, uma caminhada de milícias fascistas para a capital italiana com objetivo de pressionar o Rei Vitor Emanuel III a reconhecer a liderança de Mussolini. Esse movimento obteve êxito e o fascista foi nomeado Primeiro Ministro.

O fenômeno fascista adquiriu, a partir então, uma importância muito maior. Hoje o fascismo é uma milícia civil antirrevolucionária. Já não representa somente o sentimento da vitória. Já não é exclusivamente um prolongamento do ardor bélico da guerra. Agora significa uma ofensiva das classes burguesas contra a ascensão das classes proletárias. As classes burguesas aproveitam o fenômeno fascista para sair de encontro à revolução. Cansadas da nervosa espera da ofensiva revolucionária, abandonam sua atitude defensiva, antecipam a reação ao fato revolucionário. As forças conservadoras estão seguras de frustrar definitivamente a revolução, atacando-a antes que se ponha em marcha a conquista do poder político. (MARIÁTEGUI, 2010, p. 148)

É necessário sempre estabelecer essa conexão entre estrutura social de classe e o papel da pequena burguesia para o crescimento do fascismo. A crise econômica do pós-guerra fez com que essa parcela social se aproximasse do proletariado em condições de vida, porém sonho do burguês é ser um capitalista que viva do lucro e não do trabalho. O estado fascista ilude a burguesia com seus sonhos, promete a ela uma posição imperialista do estado nacional, a fim de suprir suas necessidades capitalistas, uma indústria forte com o objetivo de alimentar o capitalismo em suas diversas formas. Isso acaba se estendendo por vários setores da sociedade.

Nessa perspectiva, o papel da arte e da literatura é de extrema importância para a compreensão da realidade e da reificação da sociedade pelo capitalismo e seus aspectos ditatoriais, que oprimem a sociedade livre e democrática. Em um determinado episódio, o filólogo e ex-ministro da educação italiano, Benedetto Croce, não permitiu o uso de 2 milhões de liras para a comemoração do centenário de Dante e foi duramente criticado pela imprensa italiana. Entretanto, o professor declarou que o poeta poderia ser reverenciado de outras maneiras, além da econômica, e defendeu a austeridade com os gastos públicos. Ao comentar esse episódio, Mariátegui deixa claro que foi uma ótima atitude, tendo em vista a realidade econômica da Itália e mais ainda a visão burguesa de literatura.

Escritores de mentalidade burguesa poderiam encontrar em tão tristes constatações copioso motivo para queixar-se sofredamente de que as multidões careçam cada dia mais de idealismo e de espiritualismo; de que sejam tão materialistas em suas preocupações; de que não amem a Dante nem pensem em Beatriz. Haveria que recordar-lhes então que quando se tem fome não é possível se ocupar da Divina Comédia. E haveria que recordar-lhes, em particular, que as multidões não leram a Divina Comédia, entre outras coisas, porque tiveram de trabalhar muito, de forma dura e pesada, para que uma pequena parte da humanidade pudesse se dar ao luxo de lê-la. (MARIÁTEGUI, 2010 p. 84)

Nesse contexto, a literatura tem um forte papel de resistência ao fascismo e todos os movimentos autoritários no mundo, porque a posição do artista diante dos abusos contra a humanidade será relevante para a democracia. Decerto, a resistência democrática passa pela arte e todas suas expressões estéticas. Isso é o que Gramsci definia como importante: o caráter popular da arte.

A literatura nacional popular era aquilo que o crítico italiano considerava importante para a formação da nação italiana após o *rissorgimento*⁴. Dessa forma, o processo de unificação do país não poderia abrir mão do caráter popular, e o crítico foi enfático em criticar a absorção da literatura francesa. O importante, para o pensador, era compreender o que fez a literatura popular na França um movimento internacional e principalmente quais bases sociais eram essenciais para a força cultural do povo.

A resposta de Gramsci para tais questionamentos é o processo revolucionário dos jacobinos, o que não aconteceu nos outros países europeus. A formação hegemônica⁵ da burguesia criou mecanismos de participação popular em todas esferas da sociedade. Com a criação do Estado Moderno, houve a obrigatoriedade de educação, o que resultou na emancipação do povo. Esse passou a consumir cultura, implicando uma formação burguesa em todos os setores sociais, o que possibilitou a expansão da literatura de folhetim.

O pensamento de Gramsci sobre a situação da literatura na Itália pode ser utilizado para reflexão sobre a realidade de todos os países que ficaram à margem do capitalismo na Europa. A falta de nacionalismo popular na arte tem estrita relação com os movimentos fascistas que assolaram a Europa. O fato do povo italiano não se ver representado na arte, a distância entre o artista visto como erudito e afastado do que era popular, os movimentos de consumo da literatura francesa e inglesa eram indícios de afastamento do caráter nacional da literatura popular italiana. A crítica que Gramsci fez foi direcionada aos intelectuais italianos que estudavam no exterior e esqueciam da nação italiana, afastando-se do que era nacional.

Os intelectuais, que muitas vezes estavam ligados à Igreja Católica e à Contrarreforma⁶, criaram um ambiente de atraso. Esse movimento aconteceria em Portugal, em certa medida, com o surgimento de um ambiente de retardo da educação popular e o afastamento de intelectuais do caráter nacional popular. Tal atraso culminou em um nacionalismo reacionário, no qual perpetuou por muito tempo

4 Período de unificação de diversos reinos na região. Após a queda do Império Romano, houve, entre outros, o Reino de Sardenha. Entre 1815 e 1870, aconteceu a unificação desses reinos em apenas uma nação.

5 Hegemonia para Gramsci é a classe dirigente que exerce o domínio econômico e ideológico de uma nação.

6 Movimento de reação da Igreja Católica Romana em contraposição à Reforma Protestante liderada por Martin Lutero iniciada em 1517.

o autoritarismo e a censura na Península Ibérica e Italiana. O pensamento de Gramsci sobre a intelectualidade dessa época é relevante para entender o avanço reacionário sobre as massas:

Todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundão da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político: o empresário capitalista cria consigo o técnico da indústria, o cientista da economia política, o organizador de uma nova cultura, de um novo direito, etc., etc. deve-se observar o fato de que o empresário representa uma elaboração social superior, já caracterizada por uma certa capacidade dirigente e técnica (isto é, intelectual): ele deve possuir uma certa capacidade técnica, não somente na esfera restrita de sua atividade e de sua iniciativa, mas também em outras esferas, pelo menos nas mais próximas da produção econômica (deve ser um organizador de massa de homens, deve ser um organizador da “confiança” dos que investem em sua empresa, dos compradores de sua mercadoria, etc.) se não todos os empresários, pelo menos uma elite deles deve possuir a capacidade de organizar a sociedade em geral, em todo o seu complexo organismo de serviços, até o organismo estatal, tendo em vista a necessidade de criar as condições mais favoráveis à expansão da própria classe, ou, pelo menos, deve possuir a capacidade de escolher os “prepostos” (empregados especializados) a quem confiar esta atividade organizativa das relações gerais exteriores à empresa. Pode-se observar que os intelectuais “orgânicos” que cada nova classe cria consigo e elabora em seu desenvolvimento progressivo são, na maioria dos casos, “especializações” de aspectos parciais da atividade primitiva do tipo social novo que a nova classe deu à luz [...]. (GRAMSCI, 2000, V.2 C. 12. 2000. p.16)

A importância dos intelectuais como classe dirigente se deu no sentido da criação do caráter nacional italiano. Com a ausência de pertencimento de nacionalidade, abriu-se espaço para que Mussolini ascendesse ao poder, visto que o povo tinha o desejo de se sentir protagonista de seu país. A Grande Guerra deixou expostos todos os problemas de formação da nação italiana. Com o capitalismo tardio e a falta de protagonismo diante da formação das nações modernas, a decadência do país e o medo do caráter revolucionário do comunismo fomentou a criação de uma base para ações da extrema direita. A literatura pode trazer a resposta para o que acontece na sociedade e, conseqüentemente, na política. O pensador sardo demonstra lucidez acerca do assunto ao dizer:

O que significa o povo italiano ler preferencialmente autores estrangeiros? Significa que ele sofre a hegemonia intelectual e moral dos intelectuais estrangeiros, que se sente mais ligado aos intelectuais estrangeiros do que aos "patrícios", isto é, que não existe no país um bloco nacional intelectual e moral, nem hierárquico nem (muitos menos) igualitário. Os intelectuais não saem do povo, ainda que acidentalmente alguns deles seja de origem popular; não se sentem ligados ao povo (deixando de lado a retórica), não o conhecem e não percebem suas necessidades, aspirações e seus sentimentos difusos; em relação ao povo, são algo destacado, solto no ar, ou seja, uma casta, não uma articulação - com funções orgânicas - do próprio povo. (GRAMSCI, 1999,p. 107)

Certamente, o povo tem que fazer parte das ações de direção do país, de modo a alcançar certo nível intelectual e participar de decisões democráticas. Logo, o avanço do fascismo foi intimamente ligado à ausência de protagonismo do povo na escalada de classes sociais. Entretanto, a manipulação das massas não pode ser confundida com suas ações de caráter dirigente, o que descarta a hipótese de que o fascismo seja aproximado da ideologia de esquerda. Além disso, houve o investimento em uma caçada aos comunistas em todos os regimes fascistas europeus.

1.2 – O Fascismo na Europa: Itália, Alemanha e Península Ibérica.

A expansão do capitalismo e a concentração de riqueza das grandes potências, por meio de suas colônias, fizeram com que os sonhos pangermânicos tomassem proporções grandiosas. O fenômeno do imperialismo foi decisivo para a tomada do poder pela extrema direita em várias nações europeias, isso pois acreditava-se que para o avanço do capitalismo em cada nação era necessária a dominação de outra nação, por meio da colonização.

A Alemanha não possuía colônias ultramarítimas e a solução estava na anexação de territórios. Por conta do atraso na revolução industrial alemã e em sua unificação estatal, gerou-se um ambiente propício para o fortalecimento da ideologia pangermânica. O fenômeno de atraso em formação de uma nação única foi decisivo para o enfraquecimento do modelo republicano democrático. Hanna Arendt explica com clareza essa formação ideológica que criou o ambiente propício para a expansão do nacionalismo nocivo dentro dos países europeus, que evidentemente estavam em desorganização étnica e social após a Primeira Guerra:

As nações da Europa central e oriental, que não tinham possessões coloniais e mal podiam almejar a uma presença no ultramar, decidiram então que “tinham o mesmo direito à expansão que os outros grandes povos e que, se não [lhes] fosse concedida essa possibilidade no além-mar, [seriam] forçados a fazê-lo na Europa”. (ARENDR, 2012, p.314)

O conceito de nacionalismo para os estados fascistas vai além do símbolo nacional e o sentimento pátrio. Como explicar a força do nacionalismo em um continente composto de tantas etnias diferentes? Como validar a ideologia antissemita de forma a contaminar várias teses científicas? O imperialismo utilizou-se da ciência em favor de uma ideologia em prol da escravidão africana e diminuição da importância de outros povos para afirmação de sua supremacia. Inglaterra e França utilizaram-se desse mesmo discurso para explorar os continentes africano e asiático de forma desumana, e assim o fizeram durante muito tempo, justificando suas políticas externas como forma de levar “civilização” aos povos considerados por eles “primitivos”.

Diante dessas justificativas científicas questionáveis, o antissemitismo prosperou de forma rápida na Alemanha, sofrendo poucas resistências internas, e quando a máquina mortífera alemã começou a ser utilizada, outras democracias europeias não estavam preparadas para combater uma nação muito disposta em alcançar o domínio internacional. Nesse sentido, Hanna Arendt apura as mazelas originadas a partir da estrutura social de classes e nos dá a dimensão do problema causado pelo fim do absolutismo e a formação das nações modernas:

A conquista do Estado pela nação foi facilitada pela queda da monarquia absoluta e pelo subsequente surgimento de classes. O monarca absoluto devia servir aos interesses da nação como um todo e ser expoente e prova visível da existência de tal interesse comum. O despotismo esclarecido baseava-se no que disse Rohan: “Os reis comandam os povos e o interesse comanda os reis”. Abolidos os reis, esse interesse comum corria o perigo de ser substituído por um permanente conflito entre numerosos interesses de classes e por uma luta pelo controle da máquina estatal, ou seja, por uma guerra civil permanente. O único laço comum que restava aos cidadãos do Estado-nação, sem um monarca que simbolizasse a essência do grupo, era origem comum. Assim, num século em que cada classe e cada segmento da população eram dominados por interesses próprios, o interesse da nação como um todo era supostamente garantido pela origem comum, que encontrou sua expressão sentimental no nacionalismo. (ARENDDT, 2012, p.323)

Essa pode ser uma explicação para como o nacionalismo tornou-se um caos ideológico na decadência do capitalismo. Pode-se dizer que isso foi representado pelos estados totalitários e o modo como as massas foram manipuladas neste. Consoante ao disposto, Arendt diz ainda que:

Em sua essência, o nacionalismo é a expressão dessa perversa transformação do Estado em instrumento da nação e da identificação do cidadão com o membro da nação. A relação entre Estado e a sociedade foi determinada pela luta de classes, que havia suplantado a antiga ordem feudal. Permeou a sociedade um liberalismo individual que acreditava, erradamente, que o Estado governava meros indivíduos, quando na realidade governava classes, e que via no Estado uma espécie de entidade suprema, diante da qual todos os indivíduos tinham de curvar-se. (ARENDDT, 2012, p.324)

Essa concepção moderna de Estado aliada à falta de consciência histórica das massas criou um espaço ideológico e cultural favorável ao crescimento de preconceitos sociais. A falta de pertencimento das classes transformou-as em massas uniformes utilizadas para projetos perversos de tomada do poder. A respeito disso, a filósofa alemã comenta que:

O nacionalismo e o seu conceito de “missão nacional” perverteram, por sua vez, o conceito nacional da humanidade como família de nações, transformando-a numa estrutura hierárquica onde as diferenças de história e de organização eram tidas como diferenças entre homens, resultantes de origem natural. O racismo, que negava a origem comum do homem e repudiava o objetivo comum de estabelecer a humanidade, introduziu o conceito da origem divina de um povo em contraste com todos os outros, encobrendo assim com uma nuvem pseudomística de eternidade e finalidade o que era resultado temporário e mutável do engenho humano. (ARENDDT, 2012, p.329)

Nesse ambiente hostil, diante da visão distorcida dos povos e suas características culturais, criou-se o hábito de desumanizar aqueles que eram de outras etnias. Pode-se afirmar que Hitler não criou o antissemitismo, pois ele nasceu antes, mas utilizou-o com naturalidade dentro do seu projeto de poder. Esse mesmo discurso de ódio originou as ações de guerra posteriores.

O franco despeito à lei e às instituições legais e a justificação ideológica da ilegalidade foram muito mais típicos do imperialismo continental do que do imperialismo ultramarino. Em parte, isso se deveu ao fato de que o imperialismo continental não podia se valer daquela distância geográfica que separava a ilegalidade de domínio de continentes estrangeiros da legalidade das instituições do país dominador. Igualmente importante foi o fato de que os movimentos de unificação étnica originaram-se nos países que jamais haviam conhecido governo constitucional, de modo que a concepção que os seus líderes tinham de governo e

de poder correspondia à visão de decisões arbitrárias vindas de cima. (ARENDDT, 2012, p. 340)

Tais decisões foram fundamentais para a consolidação do autoritarismo do Estado, visto que os governos de herança democrática tinham uma visão mais amena quanto a composição étnica em suas nações — não se consideravam melhores, porém acreditavam que aqueles abaixo da natureza humana concentravam-se em outros continentes. A marginalidade das nações continentais em relação ao capitalismo imperialista reflete-se nos seus sistemas políticos que controlam a relação de Estado e povo. Não foi apenas pela preservação da monarquia britânica que não se instalou um governo totalitário anglicano.

A atitude inicialmente anticlerical do nacionalismo fascista rapidamente deu espaço para uma convivência harmônica entre Estado Autoritário e Clero. Desse modo, o apoio da Igreja, que no período absolutista apoiou tiranos, foi decisivo diante das atrocidades que se encaminhavam na Europa. O silêncio da Igreja Católica foi permissivo na Ascensão de Mussolini e Hitler.

A interpretação de Mussolini da ideia do Estado corporativo era uma tentativa de vencer os notórios perigos nacionais de uma sociedade dominada por classes graças a uma nova organização social integrada, para assim solucionar o antagonismo entre o Estado e a sociedade, sobre o qual o Estado-nação se havia baseado, incorporando a sociedade ao Estado. O movimento fascista, que era um “partido acima de partidos” na medida em que dizia representar o interesse da nação como um todo, apoderou-se da máquina estatal, identificou-se com a mais alta autoridade nacional e tentou transformar todo o povo em “parte do Estado”. Não se considerava, contudo, “acima do Estado”, e os seus líderes não se julgavam “acima da nação”. No tocante aos fascistas, seu movimento havia terminado com a tomada do poder pelo menos no que se refere à política doméstica; agora, só podiam manter o seu ímpeto em assuntos de política externa, no sentido de expansão imperialista e aventuras tipicamente imperialistas. (ARENDDT, 2012, p.357).

Nesse ponto de expansão imperialista, começa a participação dos grandes industriais e capitalistas da época no apoio, direto ou indireto, ao golpe fascista sobre a democracia italiana. É decisivo o aspecto econômico para a ascensão do regime, porque o mercado financeiro se interessa por aquilo que possa render lucros. O fascismo é reacionário, não somente nos costumes e no aspecto ultraconservador, é antes de tudo uma ideologia anticomunista a serviço do capitalismo. De forma suja, domina as camadas sociais, fazendo-se valer de preconceitos, discursos de ódio e eliminação das minorias para ampliar o domínio intelectual das massas.

Em Portugal, a aliança duradoura com a Igreja prejudicou o desenvolvimento nacional. Esse atraso na modernidade, em um capitalismo weberiano, fez com que a nação portuguesa apresentasse sérios fatores de marginalidade capitalista dentro do continente. Do mesmo modo, aconteceu na Espanha. Pode-se afirmar que houve um sistema fascista ibérico, formado na base da classe média e com controle ideológico capaz de manipular as massas, fundamentando-se em política e religião.

1.3 – O Fascismo e a cultura europeia: Cinema, Teatro, Artes plásticas e Literatura

As raízes culturais do fascismo estão ligadas intimamente ao estado de alienação das massas. O século XX proporcionou uma profusão de acontecimentos ligados a expansão capitalista, de modo que as massas não conseguiram estabelecer sua consciência de classe, principalmente dentro dos Estados que não se beneficiaram da ascensão do capitalismo e sentiram somente sua decadência. Nesse sentido, é importante destacar a obra de João Bernardo (2015, p.18), intitulada *Labirintos do Fascismo*, em que elucida a diferença entre massas e classes:

As massas populares assentam a existência, enquanto massas, na desorganização da classe trabalhadora. A perda de consciência sociológica da classe trabalhadora e a sua redução a uma entidade meramente econômica é caracterizada, no plano político, por uma conversão da classe em massas. Foi este um dos objetivos básicos do fascismo. A revolução, entendida como destruição da ordem capitalista e sua substituição, ou tentativa de substituição, por outra ordem, é feita pela classe trabalhadora. Mas a revolta no interior da ordem deveu-se às massas populares. Os horizontes estreitos que confinam cada elemento das massas e o impedem de imaginar outra coisa além da possibilidade de ascensão no interior da hierarquia vigente devem-se à fragmentação da classe, com o conseqüente isolamento recíproco dos seus membros. Nas massas os trabalhadores dispõem apenas da individualidade que lhes foi forjada pelo capitalismo, enquanto na classe cada trabalhador encontra a sua projeção na história. E nos elos estruturantes da classe, constituídos pelos mecanismos de solidariedade, os trabalhadores encontram uma razão de ser oposta à do capitalismo. Se cada trabalhador vive simultaneamente duas vidas, uma que o insere no capital e outra em que manifesta o seu descontentamento, isto significa que cada trabalhador oscila entre as massas e a classe. É a partir daqui que podemos analisar as formas específicas de organização que os fascistas implantaram nas suas mídias, nos seus partidos e nos seus sindicatos, em que a ausência de qualquer capacidade de iniciativa da base correspondia à sua fragmentação e à sua redução aos indivíduos, assegurando o prevailecimento incontestado das hierarquias.

Karl Marx afirmou que o homem é um ser social, pois, ao privá-lo de sua individualidade, este ainda sentirá necessidade de pertencer a um grupo. Assim, o fascismo molda essa necessidade social aos interesses do capital. Percebe-se que isso se manifesta em diversos comportamentos sociais e expressões culturais, como a moda. É interessante recorrer ao pensamento sobre natureza e trabalho ainda em Marx (2017, p.211):

Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo – braços e pernas, cabeça e mãos -, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. Desenvolve as potencialidades nela adormecidas e submete ao seu domínio o jogo de forças naturais. Não se trata aqui das formas instintivas, animais, de trabalho. Quanto o trabalhador chega ao mercado para vender sua força de trabalho, é imensa a distância histórica que medeia entre sua condição e a do homem primitivo com sua forma ainda instintiva de trabalho [...].

Dessa forma, o trabalho alienado pelo capital, para o qual é importante a acumulação de capital propriedade privada, corresponderá a uma deformação do trabalho natural do homem. A teoria

marxista pode explicar o poder de sedução do fascismo pela classe média e o apoio por parte do proletariado. Nesse regime, não há projeto de formação de uma sociedade com outras estruturas, como no comunismo, mas o aproveitamento do sistema capitalista em benefício de uma escalada de determinadas classes. A vida em sociedade tem relação direta com o trabalho humano, o qual forja diariamente construções sociais. Nesse sentido, a reflexão de João Bernardo (2015, p.19) sobre o trabalhador fascista é categórica:

O objectivo do trabalhador fascista não era substituir a sociedade capitalista por uma sociedade baseada noutros princípios, o que seria possível apenas através do desenvolvimento da solidariedade de classe. O trabalhador fascista desejava simplesmente ascender no interior das estruturas existentes, desalojar os antigos patrões e tornar-se ele próprio patrão ou, se não o conseguisse, pelo menos ter junto de outros como ele, nas milícias de arruaceiros, a ilusão do poder, reduzido à brutalidade da força física. Um desejo de ascensão que não punha em causa o fundamento das estruturas prevalecentes era uma revolta dentro da ordem, e esta conjugação entre a estreiteza de horizontes e os sonhos de grandeza explica a miséria grandiloquente da cultura fascista, as roupagens megalómanas e os acessórios de teatro com que se adornaram os lugares-comuns mais banais.

A vontade do homem médio em consagrar-se na escala da hierarquia social fez com que a ideologia fascista prosperasse por toda a Europa após a Primeira Guerra Mundial. Entretanto, não há arte fascista, levando-se em consideração que só existirá arte caso essa demonstre-se dialética. Citaremos movimentos “artísticos” que tentaram estabelecer uma cultura fascista, que nada mais é do que uma cultura que visa o velho idealismo aliado a um nacionalismo doentio. Nas artes, o fascismo priorizava o afastamento do artista da realidade objetiva, como se esse não pertencesse à sociedade e fosse um ser anômalo que pairava sobre as mazelas sociais, produzindo uma obra com estética simplesmente contemplativa.

Apesar disso, houve um forte uso do cinema para a propaganda política fascista. Na Itália, filmes foram produzidos desde o início de Mussolini em seu primeiro cargo, porém somente alguns anos depois o uso da ferramenta se consolidou, com produções que tratavam da “Incrível marcha para Roma”. O pesquisador da Universidade Federal do Paraná Wagner Pinheiro Pereira (2003, p.107), em artigo, esclarece:

No entanto, como ocorreu na Alemanha nazista, os filmes de propaganda direta não agradaram ao público italiano, o que acabou levando o governo a evitar a produção de novas “epopéias fascistas”. Assim, buscou-se relacionar as conquistas fascistas do presente com os grandes feitos da Roma Antiga. Essa temática se encaixava perfeitamente com os desejos imperialistas de Mussolini que conseguiram arrastar o país a uma série de lutas sem grandes benefícios.

Assim sendo, os ditadores perceberam o potencial do cinema para a produção ideológica, logo seu uso foi extenso. O regime nazista foi mais firme nesse aspecto, pois conseguiu destruir toda obra cinematográfica independente e passou a ter o monopólio das produções.

A partir da criação do Ministério do Reich para Esclarecimento Popular e Propaganda (Reichsministerium für Volksaufklärung und Propaganda), em 13 de março de 1933, ocorreu o processo de “nazificação” das atividades artísticas e culturais alemãs, que representou uma suposta “depuração” da arte e a conseqüente destruição das instituições culturais da República de Weimar. Como exemplo do enorme interesse de Hitler e Goebbels pelo cinema, cabe destacar que a Reichsfilmkammer (Câmara do Cinema do Reich) foi fundada no dia 14 de julho de 1933, antes de todos os outros departamentos da Reichskulturkammer (Câmara de Cultura do Reich). Logo nos primeiros anos do governo de Hitler, o Ministério da Propaganda iniciou um processo de absorção das companhias e estúdios cinematográficos, chegando, no ano de 1942, a assumir o controle total da produção cinematográfica na Alemanha (PEREIRA, 2003, p.111).

Em Portugal, não seria diferente. O uso do cinema como forma de propaganda nacionalista e difusão ideológica foi fundamental para o projeto de poder de Salazar. Em um país profundamente ruralista, a difusão de cinema pelo interior foi uma arma ideológica mais forte ainda.

O Salazarismo valorizou o cinema como instrumento de propaganda do regime, sobretudo a “informação”. Em 1935, o SPN realizou a primeira sessão dos “cinemas ambulantes”, que percorreria o país exibindo filmes de propaganda nacionalista. António Ferro chamou-lhes as “caravanas de imagens”. No entanto, é necessário ressaltar que a censura foi vigilante: os filmes, quer fossem portugueses ou estrangeiros, eram “visados pela Inspeção Geral dos Espetáculos” (PEREIRA, 2003, p. 117).

O cinema, nesse caso, não se tratava de arte autêntica, era somente um instrumento de manipulação das massas. Isso pois a função do artista, seja na literatura ou em outros ramos da arte, é libertar quem aprecia a obra e, assim, questiona a realidade objetiva. Portanto, a função da estética é o fenômeno da *cartarse*. Retomando conceitos de Lukács acerca do autor literário e, principalmente, sobre o papel do realismo em uma sociedade capitalista decadente, isso pode se aplicar a outras formas de arte. Nesse sentido, no modo como o artista constrói a realidade utilizando sua subjetividade em contraste com a realidade objetiva, o que importa é o imanente e não o aparente.

O triunfo do realismo não é um milagre, mas o resultado necessário de um processo dialético bastante complexo, de uma relação mútua e fecunda de um escritor com a realidade. Com o advento do período da decadência ideológica, esta relação mútua torna-se cada vez mais difícil e seu estabelecimento coloca exigências cada vez maiores à personalidade de intelectual e moral do escritor. Quem vendeu sua alma à apologética, a ponto de compartilhar da deformação da realidade de acordo com as necessidades da classe dominante, está naturalmente perdido como escritor, mesmo que esse processo se realize, em escritores talentosos e instintivamente realistas, frequentemente com certa lentidão e não sem lutas e conflitos íntimos (LUKÁCS, 2010, p.76).

O movimento futurista italiano possuía ideais contrários ao humanismo, em todos os aspectos. Nas artes plásticas, nota-se que as telas raramente retratam imagens humanas ou da natureza, as composições são baseadas em paisagens urbanas. Toda referência ao passado anterior à modernidade era descartada, uma forte oposição ao que o Romantismo fez: tentar voltar ao passado anterior ao capitalismo e à *Revolução Industrial*. O objetivo fascista era apagar a história ou selecionar o que

convinha aos interesses reacionários. Todo o materialismo histórico prejudicava a ofensiva fascista. Precisava-se afirmar que esse movimento representava o novo, quando na verdade eram os mesmos burgueses agora impulsionados pelo uso constante da violência e do ultranacionalismo.

Em *O Romance histórico*, Lukács (2011, p.221) deixa claro como os interesses reacionários contrariam a o materialismo histórico e sua concepção dialética, assim podemos compreender o que aconteceu no período fascista no campo das artes. Isso facilita também a reflexão sobre a criação das bases filosóficas do fascismo e como o nazismo se aproveitou do que alguns filósofos pensavam a respeito da história e sua utilização voltada aos interesses da elite.

Trata-se, pois, de uma filosofia cínica da apologética. O que o historiador universitário a soldo da burguesia esconde desconcertada e covardemente por detrás da máscara da objetividade, Nietzsche expressa abertamente, sem nenhum constrangimento. A necessidade histórica que a burguesia da época tem de falsificar os fatos da história e de descartar cada vez mais os fatos históricos aparece, em Nietzsche, como uma “profunda”, “eterna” e “biológica” verdade da vida [...] A filosofia do solipsismo histórico é exposta aqui, talvez pela primeira vez, de modo plenamente coerente. A própria teoria já estava presente na concepção de cultura e de raças da sociologia anterior à sua época. Mas é com Nietzsche que, pela primeira vez, ela é universalizada com tanto cinismo. Ela diz que cada um, indivíduo, raça ou nação, só pode vivenciar a si mesmo. A história existe apenas como um reflexo desse eu, apenas como aquilo que convém a suas necessidades vitais específicas. A história é um caos que, em si, não nos diz respeito a ao qual cada um pode atribuir um “sentido” que lhe seja conveniente, segundo suas necessidades (LUKÁCS, 2011, pp. 221-222).

Esse idealismo subjetivo que se afasta das lutas sociais e demonstra a história como um caos foi o pilar do movimento reacionário na fase apologética do capitalismo. Todo o materialismo histórico das revoluções populares sofreu uma tentativa de apagamento histórico, iniciando-se na arte a força do naturalismo e sua plasticidade em relação ao homem e os fatos históricos. Os escritores começaram a escrever de forma descritiva, afastando-se do realismo. Aos poucos, esse movimento cresceu, porém com poucos autores que conseguissem produzir arte autêntica.

Ora, o que arte pode extrair de um passado concebido assim? Esse passado parece ser, muito mais do que o presente, um enorme caos multicolorido. Nada se liga de modo verdadeiramente objetivo e orgânico à essência objetiva do presente, mas é precisamente por isso que a subjetividade que vagueia livremente pode ligar-se ao que bem lhe apraz, como e onde lhe apraz. E porque a história foi, em ideias, privada intelectualmente de sua verdadeira grandeza interna, da dialética de sua evolução contraditória, a grandeza que se apresenta à observação dos artistas desse período é uma grandeza apenas pictórica, figurativa. A história transforma-se em uma coleção de anedotas exóticas. Então, mais uma vez em conexão necessária com o fato de que os contextos históricos reais não são mais compreendidos, os traços humanos mais selvagens sensíveis e bestiais assumem o primeiro plano (LUKÁCS, 2011, p. 223).

Esse processo de tornar o homem bestial, adotando os princípios naturalistas, fez com que o uso da violência se tornasse comum: a lei do mais forte. Os fascistas viveriam, de modo genérico, a lei da selva. Não importa a dignidade humana, quando se considera outras etnias mais “fracas”. Assim funciona o domínio imperialista ocidental, a partir do esmagamento da natureza humana e redução

da capacidade de união entre povos. Dessa forma, o uso da ciência como justificativa para uma “depuração” étnica, pouco a pouco foi afastando da concepção humanista. Os escritores naturalistas dominaram os folhetins e filósofos, como Heidegger, contribuíram para o crescimento da cultura fascista.

Nesse sentido, os acontecimentos históricos têm caráter importantíssimo para uma obra ser considerada romance histórico. A história não pode ser apenas uma localização na temporalidade, as personagens necessariamente precisam estar na dinâmica das lutas sociais. Entretanto, não se estabelece que o protagonista seja proletário, mas que a narrativa busque os acontecimentos históricos que mudaram o passado, para uma mudança do presente do leitor. A má influência do naturalismo tem muita relação com a cultura que dará base para o crescimento do fascismo como saída para a luta de classes. A escalada do protagonista para a base social burguesa, sem quebra de hierarquia social, se dá de modo vitorioso nesse ambiente hostil da modernidade.

O poder das tendências prejudiciais à literatura evidencia-se mais nos casos em que os escritores, lutando contra elas na teoria, submetem-se a seu domínio na prática. Vimos que a redução do naturalismo à tradução fiel da realidade imediata (e exclusivamente dessa realidade) subtraiu da literatura a possibilidade de figurar as forças motrizes essenciais da história de modo vivo e dinâmico. Mesmo o romance histórico de escritores tão importantes como Flaubert e Maupassant decaiu ao nível da superficialidade episódica. As vivências puramente privadas e individuais das personagens não têm nenhum vínculo com os acontecimentos históricos e, por isso, perdem seu verdadeiro caráter histórico. E, com essa separação, os próprios acontecimentos históricos tornam-se exterioridade, exotismo, mero pano de fundo decorativo (LUKÁCS, 2011, p. 253).

Essa pobreza narrativa, na qual somente a descrição dos fatos de forma isolada remontam a uma separação entre ficção e realidade, promove o afastamento da arte do povo e, mais ainda, metamorfoseia a função social da arte. Assim, pode-se dizer que, se o povo não se sente representado em um romance, ele se afasta do protagonismo de sua história.

O espaço desse protagonismo é preenchido de certa forma pelo fascismo, porque, quando não se conscientiza de sua classe, o proletariado se transforma em massa que busca um lugar na sociedade. Essa transformação pode resultar no apoio a fascistas. Em meio ao caos de identidade das massas, do qual o fascismo se beneficiou, alguns artistas conscientes de sua posição no processo de manutenção democrática destacaram-se no período do nazista, formando as bases para o movimento antifascista.

O protesto humanista contra a barbárie da era imperialista é mais claro, aberto e combativo na medida em que ela encontra de maneira clara e aberta seu mais brutal apogeu no fascismo. Com o avanço do fascismo, e na luta contra ele, o humanismo da oposição democrática torna-se cada vez mais amplo e profundo politicamente, cada vez mais social; seus representantes significativos erguem-se a posições cada vez mais elevadas na crítica de seu tempo. É verdade que, no decorrer desse mesmo processo, dá-se necessariamente uma diferenciação no interior da oposição democrática. A agudização das oposições assusta uma parte de seus combatentes iniciais, chegando algumas vezes a empurrá-los para o campo dos inimigos do

progresso humano. Mas a linha principal do desenvolvimento pode ser reconhecida justamente no crescimento ideológico e artístico das personalidades fortes, tais como Romain Rolland ou Heinrich e Thomas Mann (LUKÁCS, 2011, p. 320).

É preciso destacar os valores da cultura antifascista, pois mais importante do que a cultura fascista europeia foi a luta democrática antifascista de autores que fizeram da literatura o seu campo político. Interessante observar que, durante o período tenebroso pelo qual passou politicamente a Alemanha, representantes da cultura democrática alemã resistiram de forma contundente, como o autor Walter Benjamin. Formaram-se grandes escritores nesse período, os quais conseguiram forças para fomentar o humanismo em seu país dominado por interesses imperialistas.

A vitória do fascismo hitlerista é uma virada na evolução não apenas para a Alemanha, mas sobretudo para o humanismo oposicionista dos principais escritores alemães. A formação da Frente Popular contra o fascismo é um acontecimento político de dimensão histórica mundial, mas, do ponto de vista literário e ideológico, também significa o começo de um novo período na literatura alemã. Nos representantes mais significativos da oposição humanista, nos adversários mais importantes do fascismo, é visível a evolução da clareza da visão de mundo, da larga e ampla concepção histórica dos acontecimentos do presente e dos caminhos que conduziram a ele. Seria mesquinho e estreito, ou mesmo, sectário querer medir a elevação do nível de compreensão social e ideológica da literatura alemã perguntando quão conscientemente próximos do marxismo como visão de mundo e do comunismo como programa político encontram-se seus representantes mais significativos. O efeito principal que a Frente Popular provoca em termos políticos e ideológicos aponta para uma fermentação, para uma evolução contínua e orgânica dos escritores. Portanto, trata-se do despertar – em escritores importantes que durante toda a sua vida tomaram parte de maneira mais ou menos consciente da oposição às correntes reacionárias dominantes em seu país – do espírito da democracia revolucionária, por influência da catástrofe alemã que se produziu em consequência do domínio hitlerista, do sucesso da Frente Popular na França e na luta revolucionária de libertação do povo espanhol, e da vitória do socialismo na União Soviética (LUKÁCS, 2011, p. 321).

O despertar revolucionário foi muito importante para a formação da frente antifascista. O sucesso da revolução russa foi muito além da tomada do poder, a estrutura cultural da União Soviética proporcionou uma tomada de consciência mundial. O apelo da Frente Popular não foi somente o combate ao fascismo, mas também ao liberalismo sufocante sobre o proletariado. Nessa perspectiva, Lukács (2011, p.322) expõe o modo como Heinrich Mann discute o problema da ausência de um movimento revolucionário alemão.

Com tais considerações, Heinrich Mann expõe de modo muito decisivo os atuais problemas da democracia revolucionária. Pois tão importante quanto esse apelo aos instintos democráticos revolucionários de todos aqueles que são oprimidos, injustiçados e explorados material e culturalmente pelo capital monopolista reacionário é ressaltar que esse despertar do espírito democrático revolucionário ocorre hoje sob condições muito particulares. Por isso, Diaz tinha plena razão de falar de uma democracia de um tipo totalmente novo, cuja realização é o objetivo da Frente Popular espanhola. Por essa nova democracia é que a Frente Popular luta em todos os países. E, se antes abdicamos da pretensão vil e mesquinha de medir a importância dos grandes escritores antifascistas por sua aproximação à visão de mundo do marxismo, isso não significa que a discussão dos problemas do socialismo não possa ser a pedra de toque para a autenticidade e a veracidade da democracia revolucionária de nossos dias (LUKÁCS, 2011, p.322).

Por mais que houvesse diferenças no socialismo, Lukács foi uma importante voz para a união em torno do combate ao fascismo. Para ele, era preciso a luta pela democracia em primeiro lugar, para que posteriormente fosse encaminhada uma revolução proletária. A consciência de que as ações têm que partir do povo foi uma preocupação dos escritores e artistas autênticos, pois a narrativa realista não poderia viajar no tempo e ignorar todos os conflitos sociais históricos. Acredita-se que o povo, ao ler o passado de lutas, tomaria coragem para viver o presente de forma parecida.

Ainda, Lukács acrescenta a ideia de que não há humanismo sem revolução e que o humanismo burguês não é humanismo. Para ele, esse falso humanismo conjugado com o liberalismo originou o ambiente ideal para a ascensão do fascismo, principalmente, na Alemanha.

Em seu livro sobre Erasmo de Roterdã, Zweig contrapõe humanismo e revolução: “Mas por essência o humanismo jamais é revolucionário” (...). Com isso, ele visa, de modo aparentemente filosófico, ao falso humanismo da burguesia liberal alemã. Ao contrário do que diz essa concepção, as verdadeiras grandes tradições do humanismo europeu sempre foram revolucionárias. A melhor parte da intelectualidade europeia viu na Revolução Francesa a realização dos ideais do humanismo, a “magnífica aurora” de que falava com afeto e entusiasmo Hegel já cansado e desiludido. Foi somente quando a burguesia alemã se submeteu ao bonapartismo bismarckiano que começou a predominar nas escolas e nas universidades um classicismo vazio e formalista, que se escondia timidamente do povo e dos movimentos populares e privava o humanismo de seus conteúdos democráticos revolucionários e assim rebaixava a uma respeitabilidade rasa, burguesa e liberal (LUKÁCS, 2011, p. 325).

É interessante o tratamento que Lukács dá ao iluminismo e ao cientificismo que afasta o humanismo na liderança de um ideal filosófico alcançável. A ciência, que afastou o caráter positivo do povo, é basilar para o fascismo e sua ideologia antissemita e racista. As grandes mudanças positivas do mundo foram produzidas diretamente pelo povo e o que nos torna humanos e ligados uns aos outros é o caráter popular das sociedades.

Mas esse princípio é correto e progressista desde que não seja exagerado metafisicamente; do contrário, ele absorve os preconceitos modernos que surgem com a decadência da ideologia burguesa. Tais preconceitos consistem sobretudo em considerar que o povo, a massa são os representantes do princípio da irracionalidade, do elemento meramente instintivo em comparação com a razão. Com essa concepção do povo, o humanismo destrói suas melhores armas antifascistas. Pois o ponto de partida do fascismo é precisamente a “irracionalidade” da massa, e ele utiliza sua demagogia implacável para extrair logicamente as consequências dessa concepção. Portanto, para desmascarar de fato a hostilidade contra o povo como característica fundamental do fascismo, devemos nos concentrar no caráter insustentável e mentiroso desse argumento, devemos proteger as forças criativas do povo contra a calúnia fascista e mostrar que todas as grandes ideias e atos que a humanidade produziu até hoje surgiram da vida do povo. Se ao contrário, contrapormos a razão humanista à irracionalidade do povo de modo exclusivamente metafísico, então deve se retirar da arena em que o destino da humanidade é decidido (LUKÁCS, 2011, p. 327).

As lutas revolucionárias contra o absolutismo garantiram a guinada do povo no rumo democrático das sociedades. Não fosse o caráter popular das mudanças sociais, ainda estaríamos sob o jugo aristocrático. Portanto, pode-se dizer que o conservadorismo foi a mazela principal do século

XX e assim o será se, no campo das artes, não erigirmos forças progressistas capazes de mudar nossas bases sociais.

1.4 – Literatura e autoritarismo em Portugal: Estado Novo, Salazarismo e campo intelectual e artístico.

A passagem de Portugal para a *Era das Revoluções* foi iniciada de forma diferente dos demais países europeus que adotaram o sistema republicano como forma de organização do Estado. Em Portugal, a aliança entre Igreja e Estado causou desconforto diante dos movimentos republicanos que transformaram a realidade do país no início do século XIX. Como a Igreja se encaixaria em um Governo republicano que clamava pelo Estado Laico? Ela foi se adequando à sociedade.

Além disso, a principal diferença entre os países que vivenciaram revoluções foram os protagonistas da tomada do poder. Em Portugal, não foi o povo que destituiu o monarca (quando nos referimos ao povo, entenda-se a maioria da população proletária). A destituição do trono Português foi comandada pela elite portuguesa com interesses classistas. Era a reorganização do baronato diante do clamor por um país mais moderno e capaz de expandir suas colônias. Os militares que promoveram o golpe de derrubada da Monarquia Portuguesa pertenciam a essa elite, as traições das forças armadas diante do rei demonstram como os militares portugueses sempre dominaram os rumos do país.

A força dos militares deu início ao projeto autoritário de poder, fazendo com que o herdeiro do trono se exilasse e houvesse algumas mortes no alto escalão do Estado. Não houve violência como no movimento francês, porque quem detinha as armas já eram os que as detinha antes. Muda-se a forma de governo, mas não muda quem está no topo da hierarquia social. Nesse processo de avanço do autoritarismo em Portugal, a ideologia imperialista e nacionalista dos movimentos de extrema direita existiu.

Ademais, destaca-se uma particularidade lusitana, a adaptação da Igreja nesse novo desenho social. Inicialmente, ela foi a favor do Império e defendia o trono de forma veemente, porém, quando percebeu que era da República, manteve seu caráter conservador, visando a reconfiguração social que estava em formação.

Para que o processo de legitimação de um Golpe de Estado tivesse resultados satisfatórios, o Governo ilegítimo ampliou o controle do Estado, aumentando a gestão da propaganda estatal e, mais ainda, da produção cultural. Um Estado autoritário sabe a importância do controle das artes, uma vez

que a expressão artística fomenta o espírito crítico, que tem por natureza o questionamento da vida real, e a verdadeira arte sempre estará ligada ao movimento popular e ao movimento revolucionário.

Salazar procurava estender o controle ideológico, para tanto reformou o sistema educacional e apoiou movimentos artísticos que buscavam um afastamento da realidade do povo. O professor Fernando Rosas (1990, p.393) discorre a respeito da dimensão sociopolítica de Portugal durante o Estado Novo.

Os sujeitos reenviavam-se a sociabilidades concretas e fundamentalmente paralisadas: à família, como célula básica, e depois à freguesia, ao município... e a elas se pretendia dar dignidade constitucional. No fim das contas, o que se fazia era deslocar o indivíduo da perigosíssima área da cidadania para o encerrar em esferas qualificadas e sobretudo restritas da opinião, em fragmentadas unidades sem qualquer possibilidade de influenciar o sentido e a produção mesma da realidade política. Tomado em si e na sua livre iniciativa, ao cidadão não se lhe reconheceria qualquer legitimidade. Da igualdade se disse pois ser a maior e mais perigosa utopia.

Esse último trecho sobre a “utopia” da liberdade é muito significativo, pois a base do pensamento progressista é a igualdade entre os homens e nada é mais conservador do que acreditar que a hierarquia social sempre imperará nas sociedades. A Ditadura Salazarista considerava de suma importância a ampliação do controle sobre a intelectualidade, para isso aumentou a participação estatal nesse segmento social na ocasião da criação da Academia Nacional de Belas-Artes e do Conselho Superior de Belas-Artes, ocorrida em março de 1932⁷. Não é coincidência a escalada social de Salazar ter acontecido por meio da Universidade de Coimbra.

A fundação da uma Academia Nacional de Belas Artes [...] impõe-se hoje mais do que nunca. Na crise de orientação em que se encontram actualmente as artes plásticas, o remédio para o mal tem de ser sobretudo obra de uma instituição que, reunindo os maiores valores da especialidade, possa lutar com vantagem contra todos os excessos, fixando o que mereça ser fixado. Só ligando o presente ao passado e levando assim àquele o critério equilibrado e educador que representa a lição deste é que se pode remediar o que precisa de remédio e levar a bom caminho os elementos aproveitáveis que necessitem de ser auxiliados. [...] Ocupar-se-ão assim os académicos de tudo o que à arte respeite, dando porém maior importância ao que for nacional, isto é, pelo que respeita às obras de arte, daqueles em que, no dizer de um grande erudito, “salta aos olhos a maneira dos séculos e da Nação. (1932 apud ROSAS, 1990, p.396).

Posteriormente, o Governo criou o Secretariado da Propaganda Nacional em 1933. Esse processo favoreceu o avanço do autoritarismo e promoveu uma maior intensificação da propaganda ideológica.

Quando, em setembro de 1933, surge, junto da Presidência do Conselho, o Secretariado da Propaganda Nacional (SPN), terá como teremos oportunidade de ver, o Estado Novo encontrado o seu mais diversificado, profundo e duradouro instrumento dessa laboração. Fiquemos agora com as questões postas no momento da sua aparição. Muito caro aos regimes totalitários coevos – o Governo de Lisboa associa-o, no entanto, a uma pacífica

imprescindibilidade: os serviços centralizados da propaganda, “nos Estados modernos são tão necessários e fundamentais que por vezes se chega com eles a formar um ministério que lhes seja exclusivamente dedicado”; “Portugal é o único país que não tinha resolvido ainda esse problema” -, este tipo de órgão estatal surge, entre nós preso ao propósito de esclarecer a obra realizada pelo executivo. Mas o empreendimento ganhará outra dimensão; logo se lhe prescreve em seguida: ser capaz de integrar a população no “pensamento moral que deve dirigir a Nação”.

A propaganda definiu um centro na orgânica do Estado. Porque trataria de “coordenar”, “organizar” e “difundir” e forma “sistemática” a capacidade essencialmente reprodutora do poder, o primacial desígnio faria com que o SPN emergisse como instituição por excelência vinculadora dos restantes dos braços da administração (ROSAS, 1990, p. 397).

As raízes do fascismo como representante do capital financeiro e do capitalismo voraz imperialista que se instalou no século XX fez com que as nações da Europa passassem muito tempo em suas colônias, extrapolando os limites de liberdade dos cidadãos europeus e dos países colonizados. O Estado Português, para manter suas colônias, precisava do sacrifício do seu próprio povo. Esse processo foi insensato, pois explorava as colônias por meio do serviço militar do povo da metrópole, para manter um status de uma potência que Portugal nunca teve. A marginalidade de Portugal em relação ao capitalismo força a propaganda positiva do regime totalitário na política externa. Entre as competências do SPN, na secção externa, consta:

Elucidar a opinião internacional sobre a nossa acção civilizadora e de modo especial sobre a acção exercida na colónias e o progresso do nosso Império Ultramarino; promover a expansão, nos grandes centros, de todas as manifestações de arte e da literatura nacionais (ROSAS, 1990, p. 398).

É interessante notar a tentativa de formação de uma imagem de Portugal como potência internacional, mesmo tendo como base um país atrasado industrialmente, no qual a maioria da riqueza provinha da agricultura. Portugal nada mais era do que o grande estoque de alimentos da Europa. Com a Primeira Guerra Mundial, isso foi um fator importante diante das necessidades dos países envolvidos no conflito.

Uma vez isolada a tese virtualmente ordenadora das correspondências globais, é com facilidade que chegará à fase subsequente da integral contaminação ideológica. Reconhecera a necessidade da apropriação plena das estruturas culturais; doravante, prosseguirá referindo a posição e utilidade de cada uma delas na activação da base doutrinal, determinando, por consequência, o aparecimento de outras plataformas institucionais. Semelhante exercício logo se afiguraria imperioso. Só que o seu carácter abrangente obrigou o Estado Novo a socorrer-se do departamento que por definição estava incumbido de moldar os espíritos jovens, enviando-lhe a responsabilidade de harmonizar o sistema da inculcação. Na conjuntura de meados dos anos trinta ainda nenhuma outra instância do poder conseguia razoavelmente satisfazer esse requisito. Datadas de 1936, as notícias mais reveladoras chegam-nos através da Junta Nacional da Educação (JNE), que esse ano se constituía no âmbito da reorganização do Ministério da Educação (ROSAS, 1990, p. 399).

A ampliação do controle social avançou com a criação da Junta Nacional de Educação, a partir do controle da difusão de conhecimento por toda a nação portuguesa. Esse processo partiu do interior do país e se expandiu por vários segmentos sociais.

Desde logo a JNE, cuja orgânica contemplava as secções de “educação moral e cívica”, “belas artes”, e “alta cultura”, além das relativas aos quatro ramos de ensino, deveria encontrar os seus efectivos pela convocação das “individualidades ou instituições” que houvessem “dado provas da capacidade em qualquer dos problemas” relativos ao conceito de educação contido no seu objeto. E o entendimento desta indicação não seria de molde a restringir as colaborações. Intuíam o regime que a sua mundividência, propiciadora de alargado consenso sobre o tecido social, teria de conseguir antes de mais operacionalizar-se pelo interior. Todo esse processo começará então por se organizar em torno de uma espécie de pacto que assinará com o conjunto das agremiações, públicas e privadas, ligadas à fabricação do saber ou divulgação cultural, como designadamente eram os institutos e associações das universidades, as academias, os museus, as pequenas sociedades musicais recreativas, não prescindindo ainda de contactar os elementos que chefiavam os departamentos oficiais, da propaganda à radio, dos espetáculos ao turismo, sem esquecer as organizações de juventude, dos trabalhadores, ou da família que nessa época começava a patrocinar por sua conta e risco (ROSAS, 1990, p. 398).

A ampliação do plano doutrinator foi além do sistema educacional e avançou com a criação da Mocidade Portuguesa, que abrangeu não somente os jovens estudantes, mas toda uma parcela da sociedade. Esse avanço sobre a estrutura das pequenas camadas sociais fez com que as bases do corporativismo se instalassem. É diante desse domínio que os sindicatos com orientações de esquerda foram exterminados pouco a pouco.

Surge um ano mais tarde o plano da formação completa dos jovens, a Mocidade Portuguesa (MP), “que abrangerá toda a juventude, escolar ou não, e se destina a estimular o desenvolvimento integral da capacidade física, a formação do carácter e a devoção à Pátria, no sentimento da ordem, no gosto da disciplina e no culto do dever militar”.

Ainda em 1936, a defesa da chamada célula social básica, a família, com a Obra da Mãe pela Educação Nacional (OMEN), associação a que cumpre, por um lado, “estimular a acção educativa da família”, na defesa “dos bons costumes” e, por outro, organizar a Mocidade Portuguesa Feminina (MPF), interiorizando nas jovens portuguesas, além dos mesmos princípios aduzidos aos rapazes, “a devoção ao serviço social” e o “gosto da vida doméstica” (ROSAS, 1990, p. 401).

O avanço do regime precisava da preparação do terreno cultural, para que o apoio fosse conquistado aos poucos. Nesse período, crescia o movimento modernista português, com um conceito de arte pura e conceitual, afastada da realidade objetiva e mais ainda afastada dos anseios sociais e do povo português.

Quando se qualificava a arte como “belas artes”, havia o propósito de afastamento do popular e a defesa da apreciação pela elite portuguesa, que estava preocupada em manter-se no poder. Esse aspecto da arte é fundamental para o extermínio de uma cultura popular e, como vimos anteriormente, todo Estado Fascista se utiliza disso para eliminar a influência cultural das frentes populares.

Panorama em tudo distinto do universo da “alta cultura” é o que agora se nos apresentará. A acumulação de capital privilegiaria quem melhor e mais depressa compreendeu as virtualidades imediatamente políticas da linguagem da raiz cultural. O contexto que abriu e alicerçou todos os processos envolveu mesmo o assentimento directo do líder do regime. E existia um interveniente principal. Para dirigir o SPN foi nomeado António Ferro, escritor e publicista. A sua biografia exige reconhecimento de dois traços marcantes: o convívio com a geração do chamado primeiro modernismo português de cujo órgão – a revista literária *Orpheu* publicada no ano de 1915 – fora editor, a convite de Mario Sá-Carneiro, representando nesse movimento a “ala [...] mais mundanamente escandalosa; a partir de meados da década de vinte, uma declarada admiração pelos fascismos nascentes na Europa, nesse plano conquistando certa notoriedade como repórter internacional através de sucessivas entrevistas a, entre outros, D’Annunzio, Benito Mussolini, Charles Maurras, Primo de Rivera, algumas delas dadas à estampa um ano após o Golpe de “28 de maio” sob o sugestivo título de *Viagem à Volta das Ditaduras* (ROSAS, 1990, p. 402).

Todo regime totalitário precisa também da adesão das massas, a manipulação dessas ficou por responsabilidade de António Ferro⁸. Contudo, não se deve acreditar que todo indivíduo ligado às artes tem consciência de seu papel social e de sua classe, visto que grandes nomes da filosofia apoiaram Hitler. Ferro entrou no regime disposto a essa tarefa importante.

Ferro iniciou bem sua carreira como modernista, participando inclusive da Semana de arte moderna de São Paulo, em 1922. A sedução pelo fascismo começou cedo desde, quando entrevistou D’Annunzio, intelectual fascista italiano. Antes disso, foi para Angola, em 1918, durante o governo de Sidónio Pais, como oficial miliciano, promovendo a imagem do governador geral da colônia. O historiador Luís Reis Torgal (2009, p.59) traça o perfil de António Ferro como um intelectual orgânico do Estado Novo, mas Ferro se preparou para tal posto muito antes de Salazar tomar o poder plenamente em 1933.

É então que se reafirma como modernista, na escrita e na prática jornalística. Depois de ser chefe de redacção do periódico republicano de direita *O Jornal*, no fim de 1919, aparece em 1920 como redactor de *O Século*, que o envia a Fiume para entrevistar D’Annunzio, por cuja aventura nacionalista manifesta, como dissemos, uma grande simpatia. Será em 1922 que publicará essas reportagens em livro, a que chama nascisistamente, à maneira modernista, *Gabriele d’Annunzio e Eu*.

Salazar não precisou procurar um homem das letras e recrutá-lo para aderir ao Regime, António Ferro se aproximou do homem que sabia que conquistaria o poder mais cedo ou mais tarde. A ascensão de Salazar dentro do governo militar de Carmona era vertiginosa, o apoio estrangeiro também consolidou seu nome. O resultado disso foi a Constituição de 1933, que deu plenos poderes ao professor de Coimbra. Tratava-se apenas da espera pelo convite oficial.

A famosa entrevista a Salazar em 1932-33, que gerou o maior best-seller da literatura oficial do Estado Novo, e o seu passado cultural, catapultaram-no para a direcção do aparelho de propaganda, o SPN. Era o apelo de Salazar a uma geração jovem (ainda mais jovem do que

8 Jornalista, escritor e dirigente do Secretariado da Propaganda Nacional (SPN).

ele, em idade e em ideias) ... Aí, e mesmo no depois chamado SNI, tornou-se o intérprete da cultura do regime, por ele apelidada de Política do Espírito, que - como já sugerimos e agora vamos um pouco precisar - se não era uma cultura oficial monolítica, era uma cultura integrada nos seus valores. Foi assim que surgiu o Teatro do Povo, o Cinema Ambulante, o bailado Verde Gaio (cruzamento dos temas populares e do bailado russo), os prémios de cinema e de literatura, nas mais diversas áreas, do romance e da poesia, ao ensaio, ao jornalismo, à história e aos temas ultramarinos, o turismo encarado numa concepção “nacionalista” (TORGAL, 2009, p. 78).

Todos os governos fascistas tiveram como resultado o extremo capitalismo, o que levou os países à alta concentração de renda e ao afastamento da classe trabalhadora das decisões das nações. No caso lusitano, a influência da Igreja para uma pacificidade do povo explorado manteve o proletariado mais submisso do que em outros países de Estado Fascista. Em Portugal, os movimentos reacionários tiveram início com a formação do Integralismo Lusitano e posteriormente com movimentos propriamente fascistas que tomaram conta da Europa, principalmente no início do século XX.

Os eventos históricos sempre desencadeiam as mais diversas reações. Nesse sentido, o materialismo histórico oferece um modo de compreensão da luta de classes e seus reflexos sociais e, em consequência, do que aconteceu nos campos da arte, mais especificamente na literatura ocidental.

O movimento integralista de Portugal teve início com a recusa à República e a insatisfação de parcela da elite portuguesa que desejava a restauração monárquica. Diante disso, alguns estudantes se exilaram em outros países como França e Bélgica se aproximaram de movimentos de extrema direita como a *Action Française*⁹, posteriormente fundando o IL (Integralismo Lusitano). Vale ressaltar que, nesse momento, aconteceram as chamadas revoltas monárquicas, de 1912 a 1913. Após a dissolução desse movimento, ocorreram diversos exílios de seus integrantes.

Como movimento de direita e reacionário por natureza, o fascismo buscava o afastamento do popular e era composto por quem estava em posição social privilegiada, nesse caso, os representantes ruralistas portugueses. A respeito disso, António Costa Pinto (2016, p.27) elucida o período e a ação integralista em Portugal:

De forma geral, para estes núcleos distritais e concelhios, foram escolhidos elementos da notabilidade local, maioritariamente proprietários rurais, muitos dos quais da pequena aristocracia. Recuperaram-se ainda alguns membros do partido legitimista, na sua maioria “senhores da terra”, se não em poder económico pelo menos em poder social. Foram eles os sustentáculos financeiros do movimento e os contribuintes líquidos da imprensa local e nacional. À medida que alguns licenciados integralistas se foram instalando profissionalmente nas sedes de concelho, estes assumiram alguma preponderância militante, sempre sob a “proteção” dos primeiros.

9 Movimento contrarrevolucionário monarquista francês que teve como principal ideólogo Charles Maurras.

As instruções do IL, publicadas em 1921, definiram-no como um movimento “nacionalista, por princípio, Sindicalista (corporativista) por meio, monárquico por conclusão”.

É importante nos determos sobre o período anterior ao primeiro conflito mundial, porque ele tem estreita relação com a decadência do capitalismo, bastante evidenciada pelos estudos marxistas. Nesse momento, à procura por seus espaços tomados pela democracia popular, todas as elites europeias se aproximaram das ideologias que buscavam uma restauração do absolutismo.

O integralismo Lusitano foi se pulverizando em diversos setores conservadores, primeiramente com o apoio da Igreja Católica à República. Em seguida, houve conflitos sobre o real herdeiro do trono de D. Manuel, após seu exílio, o que gerou a criação da Ação Tradicionalista Portuguesa em 1921. Após isso, foi suspensa a atividade política do IL.

Nessa “liberdade” de atuação a partir de 1922 esteve, porventura, um dos fatores de penetração dos integralistas nas diversas áreas das forças conservadoras. Muito embora refratários a organizações de tipo milicial, estes abandonaram pelo menos o restauracionismo monárquico sistemático e começaram a participar em organizações unitárias de direita radical, associações patronais e conspirações militares.

As Juntas Escolares permaneceram em atividade e denotaram, a partir de outubro de 1922, uma crescente referência ao fascismo italiano e, em 1923, à ditadura de Primo Rivera (ROSAS, 1990, p. 30).

As Juntas Escolares retomadas com força por Salazar demonstraram que o líder sabia o caminho a ser percorrido para o fortalecimento ideológico do regime. Para tanto, a juventude Salazarista encabeçaria os movimentos nas ruas. O fortalecimento da ideologia fascista tomou conta do IL, demonstrando a proximidade dos movimentos conservadores em prol dos ideais antidemocráticos. É importante ressaltar que toda a Europa viveu sob a ordem da extrema direita, não apenas na Alemanha e Itália. Em nota do jornal *A Monarquia*, de 26/10/1923, lê-se:

Mussolini em Itália e Primo Rivera em Espanha são o triunfo estrondoso daquelas verdades e daqueles métodos que desde 1914 o Integralismo Lusitano aconselha a todos os bons portugueses.[...] possuímos também nós uma doutrina de salvação [...] E se não houver rei, que haja um Ditador, porque será chefe o que primeiro devolver Portugal ao rumo suspenso dos seus destinos eternos! (ROSAS, 1990, p. 30).

O avanço conservador em setores importantes da elite portuguesa teve a agricultura como base. Seu importante papel na manutenção do Estado Novo foi favorável aos latifundiários, grandes beneficiados econômicos e apoiadores do Regime Salazarista.

As associações patronais iniciaram um processo de progressiva intervenção na vida política no pós-guerra. Diante as ameaças de reforma agrária proposta por alguns setores da esquerda republicana, o seu peso organizativo cresceu significativamente. Pequito Rebelo, fundador e membro da Junta Central, desempenhou um papel ativo na organização de interesses da grande agricultura alentejana, criando a Liga Católica dos Agricultores Alentejanos e, mais tarde, na viragem antirrepublicana da Associação Central da Agricultura Portuguesa (PINTO, 2016, p. 30).

Vale lembrar que o movimento dos ruralistas era inicialmente de apoio à Monarquia. Assim, comportou-se até Salazar conseguir conquistar essas camadas sociais, comprometendo-se com a agenda de interesses do setor. Nesse cenário, surge o integralista Rolão Preto, em busca de unidade entre os herdeiros do império romano e suas capacidades de tomarem a dianteira do capitalismo ocidental.

Em carta a Corradini, que publicaria em 1920, Preto mostrava-se crente em um renascimento deste novo nacionalismo antidemocrático que refundasse uma nova época clássica nos países latinos. “devemos crer” – escrevia – “no triunfo da rodem latina, da ordem clássica que abraçará e irmanará todos os povos herdeiros da civilização romana – França, Espanha, Itália e Portugal”. Preto manter-se-á sempre na esfera cultural deste neonacionalismo latino, profundamente marcado pela mitologia imperial e civilizacional dos povos herdeiros da latinidade, obreiros da descoberta do mundo, “colonizadores e guerreiros”. Os seus primeiros artigos para o diário integralista eram, no entanto, muito mais orientados para o imediato, procurando ver na guerra a reafirmação de um nacionalismo autoritário como única solução para o novo mundo dela resultante (PINTO, 2016, p. 37).

Nessa conjuntura, Portugal, na esteira do capitalismo, tinha como preocupação os movimentos camponeses que pudessem ser despertados com o sucesso da *Revolução Russa*. É evidente que os ruralistas portugueses também temiam as revoltas campesinas e, assim como os ruralistas italianos apoiaram Mussolini diante de tal ameaça, estes apoiaram Salazar desde o início.

Retoma-se, então, a raiz do problema e a explicação marxista: a propriedade privada. Dessa forma, o movimento conservador, juntamente com o fenômeno fascista, consegue conservar seus privilégios de classe e preservar a “sagrada” propriedade privada. O discurso nacionalista vem de encontro à fragmentação dos povos diante das revoluções populares desencadeadas pela Revolução Francesa. Nesse período, os conflitos se multiplicaram e a alta concentração da renda das potências capitalistas criou um ambiente hostil para o proletariado.

Portugal possuía colônias, mas havia perdido a principal delas: o Brasil. A decadência do Império Português deu lugar a uma república dita “liberal”. O protagonismo das navegações dava espaço ao ruralismo atrasado diante da modernidade e da *Revolução Industrial*. O início do século foi decisivo para a delimitação de quem seriam as potências imperialistas, e os portugueses se viram fora dessa realidade, assim como espanhóis, italianos e alemães. A postura da nação portuguesa diante do primeiro conflito mundial define a posição lusitana na esteira do capitalismo mundial. Diante das potências econômicas, como Inglaterra e França, os portugueses sofriam com sua impotência em pagar a dívida externa e o excesso de juros cobrados pelos bancos estrangeiros.

Não é coincidência, portanto, a escalada de Salazar no poder por meio das finanças e sua austeridade diante das decisões econômicas que sacrificaram o povo português e beneficiaram os credores do país e uma elite econômica portuguesa rentista. O patriotismo figurava somente no

discurso, porque essa elite mantinha suas riquezas fora de Portugal, nos principais bancos internacionais ou em negócios exploradores no continente africano. A riqueza das elites portuguesas não estava em Portugal, o país servia como base de exploração econômica e não como nação, no sentido patriótico.

Pode-se entender o fenômeno Salazarista por meio da biografia escrita por Felipe Ribeiro de Meneses. Percebe-se que o homem surgiu na realidade portuguesa de forma oportunista e calculada, tanto em sua vida pessoal quanto na vida pública. De origem simples, o português conseguiu estudar em instituições católicas e, como forma de gratidão pela libertação da pobreza, foi fiel ao postulado clérigo. Além disso, nunca abandonou os interesses da Cúria Romana enquanto esteve no poder.

Salazar também estudou em Coimbra, passando a integrar a pequena elite portuguesa dos acadêmicos conservadores que dominariam todo o período do século XX, transformando a política portuguesa em um jogo de interesses da sua classe burguesa e mantendo a nação portuguesa escrava desse modelo político. O início de vida pública de Salazar foi como professor em Coimbra. Pode-se dizer que ele foi alçado ao posto de maneira rápida, visto que não possuía experiência em pesquisa.

Quando o professor que ocupava a respectiva cátedra faleceu, em 1916, Salazar foi convidado a dirigir, provisoriamente, a seção de Ciências Econômicas e Financeiras, sem ter de se submeter a nenhum exame ou de apresentar uma tese original – a primeira vez que tal aconteceu na Faculdade de Direito de Coimbra. Em março de 1918, no contexto da participação portuguesa na I Guerra Mundial ao lado da Grã-Bretanha e da França, Salazar foi declarado inapto para o serviço militar e, no mês seguinte, quando fez 29 anos, foi promovido a professor ordinário, sendo dispensado de qualquer exame. No mês seguinte foi-lhe conferido o título de doutor de leis, por acordo dos pares, mais uma vez sem ter de se submeter a qualquer exame ou escrever uma tese (MENESES, 2010, p. 55).

Durante todo o período do Estado Novo, os latifundiários portugueses seriam beneficiados pela política de Salazar. Desde o início de sua vida pública, ele já dava sinais de que satisfaria aos interesses da elite portuguesa em detrimento dos mais pobres, os quais depois seriam ainda mais sacrificados por conta das medidas de austeridade do período inicial da sua participação no executivo nacional.

O que continham então os dez decretos propostos no relatório? Além de uma reforma dos mecanismos de cobrança de impostos, Salazar apelava a um abaixamento da carga fiscal sobre a agricultura. Isso seria compensado por um aumento da tributação sobre a propriedade urbana (que implicava um regresso gradual ao mercado livre no setor do arrendamento, sujeito a intervenção governamental desde a I Guerra Mundial). Salazar era também favorável a encontrarem-se alternativas ao Imposto Complementar, um imposto progressivo sobre o rendimento, que atingia desproporcionalmente aqueles que ele designava como “os melhores contribuintes”. Contudo, do ponto de vista da carreira de Salazar, o fato de ter estabelecido contatos com os grandes grupos econômicos, que ficaram impressionados com as suas capacidades, era mais importante do que o conteúdo do seu relatório (MENESES, 2010, p. 71).

O caráter austero das contas públicas gerou empolgação dos grandes capitalistas que buscavam investir novamente em Portugal. Todavia, os ditos avanços econômicos sempre têm um preço social: a marginalidade portuguesa no caráter capitalista português fez o povo sofrer nas ruas, mas principalmente sofreram aqueles pobres que viviam da terra para enriquecer o baronato rural.

O fracasso da tentativa de obter um empréstimo terá decerto abrandado o ritmo do programa de Salazar; a regeneração econômica teria de ser conseguida gerindo os meios limitados de que Portugal dispunha. Essa autossuficiência poderia por seu turno gerar algum capital político, mas só reforçando a dimensão nacionalista das políticas de Salazar e o seu sabor a autarquia: por outras palavras, dando um passo à direita. Esse passo, por sua vez, tornava o regime mais autoritário, já que nem todos conseguiam ajustar-se aos sacrifícios financeiros em curso. Poupanças financeiras, significavam, no fim das contas, dificuldades crescentes num país já empobrecido, provocando naturalmente tensões sociais (MENESES, 2010, p. 85).

Citaremos uma medida que tem muita relação com o objeto desta pesquisa, o romance *Levantado do Chão*. Salazar promoveu a *Campanha do Trigo*, estimulando a produção do cereal por todo o país, com a desculpa de que o país precisava ser autossuficiente. Entretanto, ao fim, os grandes beneficiados do programa foram os grandes latifundiários e a indústria de fertilizantes, que também lucrava com tais medidas econômicas.

Apelava-se que Portugal se tornasse autossuficiente em trigo, para que a importação de um alimento tão básico não prejudicasse a balança comercial num país que era, afinal, agrícola. O objetivo seria alcançado de diversas formas, capazes de conciliar o fim desejado – autossuficiência em trigo – com a necessidade política, desconhecida do Salazar “acadêmico”, de trabalhar em concertação com os proprietários rurais do Sul do país, que constituíam uma voz forte e poderosa na política portuguesa. Assim, a campanha não contemplava planos imediatos para dispendiosos sistemas de irrigação nem ideias sobre as muito debatidas questões da propriedade rural e da redistribuição populacional. A produção de trigo seria aumentada dedicando mais terra ao seu cultivo e aumentando a colheita média. Para assegurar, o Estado flectia os seus músculos, cada vez mais fortes; havia subsídios para desbravar a terra para o cultivo e prêmios para os produtores com melhores resultados (embora os critérios utilizados reservassem tais prêmios aos latifundiários). Havia mais subsídios ao transporte e distribuição e, claro, havia um preço de venda garantido para a colheita (MENESES, 2010, p. 91).

Nesse período, houve programa de juros baixos para produtores rurais e, mais uma vez, os grandes beneficiados foram os grandes latifundiários, pois podiam revezar as áreas de plantio de modo a sempre garantirem grandes lucros. Isso demonstra como o Estado foi cruel com seu povo, principalmente com aqueles que mais precisavam de seu auxílio, que existiu apenas para os pertencentes à elite – decadente, desde o fim do período monárquico.

O golpe militar não foi orquestrado por Salazar, esse apenas tinha entrado no clube seletivo daqueles que dirigiam os interesses ditos “nacionais”, mas que na verdade eram interesses de alguns setores da elite econômica. O grande estrategista Salazar não deu o sangue pela pátria, assim como muitos militares portugueses de baixa patente e aqueles que foram mandados para as colônias diante da crise dos movimentos de independência em África.

Em meio a golpes de Estado recorrentes na nação portuguesa, entravam e saíam líderes que tinham um consenso: jamais deixar Portugal passar por um processo revolucionário como o ocorrido na Rússia. O cenário russo foi muito parecido com o português para o estabelecimento de uma revolução proletária, os conservadores sabiam que o primeiro passo para o sucesso de uma revolução é o campo.

No caso português, além da preocupação com a propriedade privada e a garantia dos direitos de latifundiários, a balança comercial portuguesa era totalmente refém do setor agrícola. O dinheiro do Estado confundia-se com a riqueza produzida no campo, logo o que setor agrícola necessitava era de um governante que atendesse aos caprichos do baronato rural e não dos militares, apenas para o uso da força.

As forças reacionárias portuguesas sempre foram inteligentes em se antecipar no domínio do movimento sindical e dos partidos trabalhistas. Por meio das armas e violência, qualquer tentativa de união do proletariado para a formação de uma democracia popular era impedida. Essa democracia demoraria muito tempo para chegar ao país destruído pelo autoritarismo, que deixou muitos portugueses mortos pelo mundo. Importante lembrar que o Estado Novo acabou com muitas vidas portuguesas espalhadas em suas colônias por um ultranacionalismo que fez sofrer diversas gerações.

A Primeira República foi instituída por meio de golpe militar e posteriormente com o advento do Estado Novo. Ambos períodos históricos garantiram o domínio da elite portuguesa por quase todo o período da modernidade. Esse movimento de suposta redemocratização foi traçado por militares. O estrategema de Salazar, portanto, tem como objetivo se afastar da ditadura militar e, ao mesmo tempo – como responsável pelas finanças do país, indicado pelo presidente militar, e por ser próximo da Igreja –, situar-se como diferente e moderno aos olhos do povo português.

O simples fato que Salazar procurava demonstrar era que a máquina política do século XIX já não podia funcionar no século XX. Por um lado, havia o legado revolucionário de 1789: individualismo, parlamentarismo e socialismo. Por outro, do lado da reação, havia um nacionalismo violento combinado com anti-individualismo. Em ambos os casos, o resultado seriam ditadores de um tipo ou de outro. A solução tinha de ser permitir que todas as forças participassem pacificamente no governo da nação, sem que o Estado fosse prejudicado na sua força. Portugal não era exceção, e já percorrera um longo caminho desde o caos graças à sua própria ditadura (MENESES, 2010, p. 107).

A decadência do capitalismo fez com que houvesse crises econômicas recorrentes, demonstrando as dificuldades de um sistema que se diz autorregulamentado: o mercado. Contudo, o Estado sempre funciona como recuperador de riquezas e perpetuador de desigualdades.

Salazar rejeitava assim a ideia dominante de que a luta de classes era uma realidade inescapável, salientando antes a aceitação de uma organização hierárquica da sociedade, organizada não segundo títulos ou riqueza, mas segundo mérito. Tal como era necessário

proteger e desenvolver o capital financeiro, era igualmente necessário educar e encorajar o capital humano - desenvolver as elites. Essas elites tinham também de estar subordinadas a um líder. Salazar reafirmava as suas ideias já anteriormente expostas sobre a necessidade de uma sociedade hierárquica (MENESES, 2010, p. 109).

A hierarquia mencionada não passa de um avanço do autoritarismo que viria nos anos seguintes, quando Salazar ainda atuava como Ministro das Finanças. Os laços entre autoritarismo e capital financeiro foram bem mais fortes nos países do Eixo. O espaço aproveitado pelo Estado, para os interesses da elite econômica, fez com que o totalitarismo na Península Ibérica tivesse duração longa mesmo após a vitória dos Aliados.

O nacionalismo tinha como objetivo acabar com a luta de classes (não com a sociedade de classe). As rebeliões das massas é que deveriam acabar, para tanto o controle estatal teria microssistemas sociais, papel fundamental também da implementação do corporativismo, de forma a dominar todas as camadas sociais inferiores portuguesas. Tal união da nação, de modo artificial, seria fundamental para o Regime:

O nacionalismo era necessário como meio que permitiria manter a sociedade portuguesa unida em face das dificuldades. Era igualmente parte do processo por meio do qual se poderia ultrapassar a luta de classes. Dirigindo-se a uma manifestação de trabalhadores em fevereiro de 1939, Salazar anunciava à audiência o dia vindouro em que poderiam olhar para as imagens dos que, há oito séculos, fundaram Portugal e dizer-lhes: “Nós somos bem os filhos do vosso sangue e os legítimos continuadores da vossa história”. Dir-se-ia que o tipo de nacionalismo salazarista – territorialmente satisfeito e de forma alguma agressivo – também reforçava a posição de Salazar, descrito como um leitor singularmente dotado do interesse nacional, ainda que felizmente desprovido do estilo bombástico de Mussolini (MENESES, 2010, p. 123).

É fato que os avanços sobre o Estado precisavam de amparo legal e Salazar foi amparado pela Constituição de 1933. Na lei, ampliou-se os poderes de Salazar, igualando-o ao presidente da república, de modo a dominar o legislativo para controlar as decisões do país.

Não obstante o papel aparentemente secundário reservado ao Governo, na prática, a Constituição de 1933 instituiu uma ditadura do presidente do Conselho de Ministros e, apesar de haver muitas garantias de direitos civis e políticos, todas elas estavam sujeitas a uma série de restrições que eram despidamente exploradas pelo poder executivo. Como veremos, o articulado da Constituição de 1933 conduziu a um Estado policial. O que é que o texto da Constituição permitiu, sem qualquer ambiguidade, que Salazar fizesse? Ele podia propor ministros e subsecretários de Estado ao presidente da República que os nomearia oficialmente; respondia perante o presidente pela “política geral do Governo”, ao mesmo tempo que coordenava e dirigia “a atividade de todos os ministros, que perante ele respondem politicamente pelos seus atos” e convocava o Conselho de Ministros, poder que partilhava com o presidente da República (MENESES, 2010, p. 145).

Realizou-se posteriormente um plebiscito, manipulado pelos grandes jornais e interessados na plataforma de governo de Salazar, para aprovar a Constituição, o qual foi meramente protocolar. Vale destacar o *slogan* do jornal Diário da Manhã: “*TUDO PELA NAÇÃO, NADA CONTRA A NAÇÃO*”.

Em discurso, Salazar exhibe o ponto central de sua ideologia conservadora, o que manteria os interesses ditos nacionais, mas que durante toda a ditadura beneficiou apenas a elite portuguesa:

Nós queremos para nós a missão de fazer com que um elevado critério de justiça e de equilíbrio humano presida à vida econômica nacional. Nós queremos caminhar para uma economia nova, trabalhando uníssono com a natureza humana, sob a autoridade de um estado forte que defenda os interesses superiores da Nação, a sua riqueza e o seu trabalho, tanto dos excessos capitalistas como do bolchevismo destruidor. Nós queremos ir na satisfação das reivindicações operárias, dentro da ordem, da justiça e do equilíbrio nacional, até onde não foram capazes de ir outros que prometeram chegar até o fim (MENESES, 2010, p. 148).

Esse fim seria o avanço da ideologia fascista, aparentemente nacionalista, e as aproximações aconteceriam com instrumentos sociais para implementar uma sociedade controlada, dentre eles o corporativismo. Segundo Meneses (2010, p.153), eis a definição desse instrumento:

O corporativismo era, claro, muitíssimo ambicioso, pois tinha sido adotado, e adaptado, pelos fascistas italianos e fazia parte daquela grande área de confusão política em que o autoritarismo conservador se misturava livremente com o fascismo. O corporativismo português refletia essa dupla influência; era determinado pelo catolicismo social, parte das raízes políticas de Salazar, mas era igualmente tingido por um traço mais autoritário e fascista.

É importante destacar, sobre a luta de classes, conceitos clássicos do pensamento de Gramsci sobre Estado, as nuances do poder e o estabelecimento de hegemonias e outros fatores que dominam uma sociedade capitalista. Esses termos podem contribuir para a análise do caráter totalitário do período Salazarista. Nesse sentido, Nicos Poulantzas (1978, p. 328) destaca:

Em primeiro lugar, o poder de Estado é, em geral, constituído por uma aliança de classes ou frações dominantes: bloco no poder numa formação capitalista. Assim, apesar de ser uma classe ou fração que, em geral detém a hegemonia, o poder político das outras classes ou frações “no poder” produz defasagens entre os aparelhos de Estado. Com efeito, só se pode falar de poder de Estado, quer dizer, de poder político de classe, na medida em que ele se concretiza nos aparelhos do Estado.

Salazar foi avançando seu poder político pelos aparelhos do Estado, mas o mais notável feito se deu quando assumiu como Ministro das Finanças. Nesse momento, o político passou a dar credibilidade ao “Deus” intitulado Mercado e agradou à classe econômica mundial. Os interesses ingleses, por exemplo, estavam diretamente ligados à austeridade econômica, visto que Portugal devia muito para o país. Além disso, Portugal exercia papel importante na produção agrícola, em tempos de escassez de comida por toda a Europa.

É relevante ressaltar que a aliança entre mercado financeiro e estados fascistas foi forte no período que antecedeu a eclosão da Segunda Guerra Mundial. Após o confronto, o Imperialismo passou a usar a bandeira norte-americana e não mais a britânica, mas Portugal ainda alimentava o sonho de conquistas ultra marítimas. Consequentemente, as colônias em África seriam prioridade por muito tempo e o processo de independência das colônias seria a declaração do fim do Regime.

A aliança de Salazar com o Mercado Financeiro manteve Portugal em patamar de bom pagador da dívida externa e o país foi considerado um bom lugar para investimentos estrangeiros. Gramsci colabora conosco, mais uma vez, para entender o fenômeno em que Salazar e todos os fascistas sempre se apoiaram para a construção do apoio dos grandes capitalistas e de parte da sociedade. Na modernidade, sempre há o fenômeno econômico antes de qualquer outro fator social. Na edição brasileira de *Cardenos do Cárcere*, em seu terceiro volume, o pensador italiano esclarece:

Fase econômico-corporativista do Estado. Se é verdade que nenhum tipo de Estado pode deixar de atravessar uma fase de primitivismo econômico-corporativa, disso se deduz que o conteúdo da hegemonia política do novo grupo social que fundou o novo tipo de Estado deve ser predominantemente de ordem econômica: trata-se de reorganizar a estrutura e as relações reais entre os homens e o mundo econômico ou da produção. Os elementos de superestrutura só podem ser escassos e seu caráter será de previsão de luta, mas com elementos “de plano” ainda escassos: o plano cultural será principalmente negativo, de crítica do passado, tenderá a fazer esquecer e a destruir: as linhas da construção serão ainda “grandes linhas”, esboços, que poderiam (e deveriam) ser modificados a cada momento, para ser coerentes com a nova estrutura em formação. [...] (GRAMSCI, 1999, p. 286).

É necessário ressaltar o conceito de hegemonia cultural postulado por Gramsci, o qual tem como base o domínio ideológico da classe dominante sobre a sociedade como um todo e principalmente sobre os elementos do Estado. Nessa perspectiva, o governo de Salazar utilizou-se do corporativismo para dar base à sustentação do controle ideológico na sociedade portuguesa. Assim, ele aparelhou todas as corporações com lideranças que comungassem do pensamento da extrema direita e ainda organizou a caçada a toda ideologia socialista que pudesse representar risco ao regime.

1.5 – A longevidade autoritária em Portugal e a Revolução dos Cravos

É intrigante a longevidade da Ditadura Salazarista e do Estado Novo, assim como todo o legado autoritário que durou por muitos anos na mentalidade política portuguesa. Fato é que a redemocratização aconteceu por meio da organização dos militares, que outrora tomaram o poder e, por ironia do destino, as forças de esquerda e o apoio popular deram voz ao novo regime que se instalaria.

O pós-guerra trouxe um movimento de independência em todas as colônias em África e Ásia, as políticas coloniais começaram a sofrer ataques constantes. Era preciso reformular o contexto econômico até mesmo para manter o regime capitalista nas colônias. As revoltas populares poderiam ficar incontroláveis e o fantasma do socialismo assolava os investidores estrangeiros. Havia pressão também dos mercados industriais para investimento em África de grandes indústrias. Para tratar do assunto, mais uma vez, citaremos Fernando Rosas (1990, p.381):

A verdade é que desde a aprovação da Carta das Nações Unidas e da publicação da Declaração Universal dos Direitos do Homem, em 1945 e 1948, as tradicionais políticas coloniais começam a estar debaixo de uma crítica consistente e continuada:

Aí se estipula que, quer nos territórios sem governo próprio sob administração dos membros das Nações Unidas que nos submetidos a regime de tutela, se deverá promover o progresso político, económico, social e educativo, no sentido da autonomia administrativa e do desenvolvimento das suas livres instituições políticas e, até, no caso dos territórios tutelados, no sentido da independência.

A tarefa de equilibrar as forças de repressão militar em Angola e Moçambique criou o fenómeno de emigração em massa dos jovens militares. Esses aceitaram a convocação de um serviço militar obrigatório para garantir a supremacia da metrópole decadente sobre colônias revoltosas. Salazar mandou os jovens portugueses para a morte, simplesmente na tentativa de parar o movimento democrático em África. Nesse momento, o povo português iniciou seus movimentos democráticos com mais veemência.

A insatisfação dentro das forças armadas, diante de uma guerra que sabiam ser infrutífera, foi mais um incentivo para a decadência do Estado Novo e o fortalecimento da esquerda em Portugal. Lembremos que o dinheiro proveniente das colônias não era somente para o Estado Português, havia os interesses dos empresários industriais que ganhavam muito dinheiro com a exploração do trabalho dos povos africanos.

A partir de 1928, Salazar, por meio do Ato Colonial, reforçou o caráter econômico de exploração das colônias em África, incluindo-se restrições à instalação de indústrias e acerca do regime de trabalho para os indígenas. No que tange ao trabalho forçado, “O Estado somente pode compelir os indígenas ao trabalho em obras públicas de interesse geral da colectividade”¹⁰. Desde então, o modelo de exploração das colônias equilibrava-se entre a pressão das Nações Unidas e a necessidade econômica de Portugal.

Não havia mais espaço para o sistema colonizador europeu e menos ainda para um país tão dependente economicamente de mercados específicos. A decadência econômica empurrou os movimentos populares para as ruas, pois a economia sempre alavanca mudanças sociais, assim, os avanços em relação aos movimentos de independência aconteceram.

Os primeiros acontecimentos trágicos que vieram a colocar abertamente em causa a presença portuguesa em África, deram-se no pequeno arquipélago de S. Tomé e Príncipe, no ano de 1953. Procurando tirar partido de uma conjuntura internacional favorável (alta dos preços do cacau e do café), as autoridades coloniais requisitaram abundantemente a mão-de-obra local. A resistência generalizada ao trabalho forçado ganhou foros de pequena rebelião, sufocada em sangue pelos colonos brancos e pelas forças policiais. As condições específicas destas pequenas ilhas justificam que só em 1961 surja a primeira organização defensora dos

10 Artigo 20 do Acto Colonial de 1930.

interesses são-tomenses com intenções abertamente independentistas, o comité de Libertação de S. Tomé e Príncipe, e podem ainda explicar o facto de esta ser a única colónia portuguesa em África onde nunca existiu resistência armada (ROSAS, 1990, p. 385).

O processo de independência foi diferente em cada país devido ao acesso dos povos locais à educação e principalmente ao apoio dos colonos ao Estado Novo. Essa contribuição dos colonos às lideranças locais influenciou a forma como a violência se encaminhou para guerras civis, que se estenderam mesmo na segunda metade do século XX. As consequências foram avassaladoras, tanto para a juventude portuguesa quanto para os povos africanos, mas de todo o fenómeno de contradição e luta de classes envolvidos no processo há o nascimento de uma nova força democrática portuguesa.

Para além disso, favoreceu-se a força de um humanismo artístico profundo nos países independentes. Interessante destacar que, nos locais em que mais se concentraram as ações militares portuguesas, surgiram repúblicas populares de fato. Isso possibilitou fatores sociais e educacionais que influenciaram diretamente o acesso à educação e a emancipação dos cidadãos das novas repúblicas.

Em Angola, a espiral da violência terá tido o seu início mais nítido em 1961, com as autoridades coloniais a reprimir de forma massiva a revolta dos apanhadores de algodão da Baixa de Cassange. Ainda não tinha terminado a repressão deste movimento – que terá causado muitas centenas ou mesmo milhares de mortos entre a população negra – quando duas centenas de habitantes dos musseques de Luanda atacaram prisões, quartéis e a rádio da capital. A acção improvisada e, ao que parece, conhecida antecipadamente pelas autoridades, foi repelida com recurso a destacamentos militares entretanto chegados da metrópole. Mas o mesmo já não acontece com os massacres de colonos brancos na região dos Dembos e todo o Noroeste de Angola.

A situação militar foi-se complicando ao longo dos anos, mas, fruto da existência de três movimentos de libertação que frequentemente se digladiavam entre si, era em Angola que os altos comandos militares portugueses mais esperanças tinham de manter a situação sob controlo.

O mesmo já não acontecia em Moçambique, onde, nos primeiros anos da década de 70, Portugal dispunha de 60.000 soldados. “Ao contrário da Guiné, de Angola ou de S. Tomé e Príncipe, onde os movimentos revolucionários foram organizados por quadros de formação portuguesa e assentaram sobre bases de “assimilados” ou quase, em Moçambique o caminho para a independência foi trilhado por muitos africanos indiferentes ou de todo alheios à cultura e à própria língua portuguesa” (ROSAS, 1990, p. 386).

A demora na redemocratização portuguesa gerou um fenómeno interessante relacionado ao aspecto político e à arte lusitana no ambiente da *Revolução dos Cravos*. Pode-se dizer que houve uma revolução popular, pois, o povo foi chamado para as ruas e essa participação de todos os setores da sociedade civil serviu para desmontar o aparato da elite portuguesa.

O jogo capitalista, em face do processo de independência das colónias, exigiu muita análise dos militares que tomaram o poder com o apoio popular, porque uma revolução não é feita somente por meio da força. Essa era repleta de interesses privados e económicos dos grandes empresários portugueses e da direita, que pretendia lograr êxito em um movimento contrarrevolucionário.

Entretanto, o clamor popular pedia o fim imediato das guerras coloniais e o retorno dos militares portugueses, mas deve-se ressaltar que não eram os filhos do baronato lusitano que estavam nos campos de batalha. O atraso no processo de independência beneficiava diretamente os conservadores de direita, os quais ditavam as regras econômicas do país e a circulação do capital português no cenário embrionário da União Europeia. No livro *Revolução em Portugal*, de Walder Góes (2007, p. 45), há uma descrição dos fatos históricos da Revolução dos Cravos, em textos datados do período do movimento revolucionário.

As contradições decorrem da aplicação dos dois pontos centrais do programa do MFA. No primeiro, declara-se que a descolonização precisava ser feita rápida e completamente em relação à Guiné-Bissau, a Moçambique e a Angola. No segundo, pretende-se descentralizar as decisões econômicas, reduzindo-se a força dos grandes conglomerados. Isso se fará mediante canalização de recursos para as empresas de pequeno e médio portes, reduzindo-se o apoio aos grandes grupos.

Havia grandes interesses em jogo com o processo descentralizador. Os grandes grupos sairiam no prejuízo, com a perda de força produtiva barata localizada em África. Isso porque a abertura para o crescimento de pequenas empresas conflitava diretamente com os interesses da elite portuguesa que dominou o país durante todo o período moderno e, nesse momento, queria manter-se no poder econômico e político.

Segundo especialistas locais em política, Spínola admitiu a possibilidade de uma confrontação armada no sábado, quando certamente os militares enfrentariam os direitistas da concentração. Mesmo assim, seus objetivos realizariam-se, porque, ainda que esmagados militarmente, os manifestantes teriam dado uma prova de força. Além disso, com Spínola estavam os empresários, muitos generais e vários membros do governo, até mesmo os ministros da Defesa e da Aeronáutica. No governo, contudo, ele era minoria, porque a maioria estava, e está com o Movimento das Forças Armadas (GÓES, 2007, p. 46).

Interessante destacar o ambiente democrático, no sentido amplo do termo, no qual a sociedade portuguesa e os partidos avançaram sempre à esquerda e rejeitaram os partidos de direita. Assim, criou-se um ambiente antifascista salutar. Isso aconteceu principalmente no campo das artes.

Difícilmente haverá lugar para a extrema direita, até mesmo porque ninguém se designa como tal – se o fizer será caçado, acuado e destruído pelos sentimentos antifascistas que dominam arrasadoramente essa floresta política em que Portugal se transformou. E mesmo a centro-direita precisará operar com cuidado, pois a construção democrática portuguesa tem essa singularidade: na opinião dos que hoje decidem no país, a democracia é um jogo de livres divergências, mas desde que elas não abandonem os bons terrenos da esquerda (GÓES, 2007, p. 54).

A decadência do capitalismo sempre arrasou os países que estiveram às margens de sua potência econômica inicial, porém no caso de Portugal o pós-colonialismo foi pior. A ditadura viveu seus últimos momentos em torno da militarização exacerbada das colônias, a fim de impedir o processo de independência. Tal fato resultou em um problema econômico grave: o que fazer com os militares regressos?

Há ainda um grave problema a decorrer da descolonização. Calcula-se aqui em Lisboa que pelo menos 150 mil portugueses voltarão de Moçambique, da Guiné-Bissau e de Angola até o fim do próximo ano. Será uma forte pressão sobre a frágil estrutura de empregos de Portugal. Entre os que vêm da África, é preciso considerar à parte os dezoito mil soldados estacionados em Guiné, que chegam este mês; e os cinqüenta mil de Moçambique, trinta mil dos quais voltarão antes de março, caso não ocorra algum deliberado retardamento. São homens que faziam a guerra e que voltam à metrópole com uma enorme carga de excitação. Desmilitarizados, procurarão emprego, mas, conscientemente do papel que tiveram, exigirão soluções políticas que o regime talvez não possa produzir (GÓES, 2007, p. 60).

É importante ressaltar que a geração progressista, que se instalou propiciando o fim do regime fascista português em prol do ambiente democrático em diversos setores, detinha o poder das armas. Eles deram exemplos, com a limpeza daqueles que tinham espírito reacionário de forma rápida. Os jovens oficiais das forças armadas deram voz ao povo e tinham uma sensação de pertencimento ao popular, isso foi analisado em diversas passagens e discursos de militares que atuaram dessa maneira.

O fortalecimento do MFA (Movimento das Forças Armadas) fez com que a população tivesse medo da instalação de uma nova ditadura com tons progressistas. Por diversas vezes, esses militares foram questionados sobre seus ideais. O movimento não foi perfeito aos olhos de toda a esquerda, mas permitiu um período de estabilidade para a volta progressiva da democracia portuguesa. Em entrevista ao *Jornal do Brasil*, o Brigadeiro Otelo Saraiva de Carvalho deixa claro que a revolução não deixaria espaço para a volta da direita:

- E passarão a controlar tudo?
 - Não é bem assim. Nós temos uma meta: não permitir que em Portugal se estabeleça uma ditadura do capital ou uma ditadura do proletariado. O movimento nasceu com dois objetivos. Primeiro, o de restabelecer o prestígio da Forças Armadas, que estavam desmoralizadas porque funcionavam como uma guarda pretoriana da ditadura fascista. Nós tínhamos vergonha de sair às ruas. Segundo, entregar o país a seu povo, criar instituições capazes de fazer com que o povo não fique nas mãos de lata fiança, dos fascistas (GÓES, 2007, p. 67).

A luta contra o fascismo é permanente e assim foi durante o período após a *Revolução dos Cravos*. Fato é que não se retira os movimentos conservadores que ficaram tanto tempo nas entranhas do poder durante a ditadura sem o uso da força. Dessa forma, aconteceu, conforme relata Góes (2007, p.70):

- Não combater o fascismo significa permitir o retorno de sua ditadura. Por isso nós vamos desalojá-los de todos os seus templos, procura-lo minuciosamente, erradica-lo por completo da vida portuguesa. Ele está em toda a parte, em todos os setores da vida do país e seu objetivo é travar a MFA. Por isso é preciso lembrar que não estamos em uma democracia, estamos em uma parademocracia. E estamos lutando para construir uma democracia para dar ao povo o direito de escolher livremente seu destino. É uma revolução. O emprego da violência é necessário e legítimo. Temos o direito de usá-la e vamos usá-la contra o fascismo, se for preciso matar, acho que não podemos ser travados por preconceitos. Nós não queremos matar pessoas, mas no combate ao fascismo não vacilaremos.

A revolução propagou-se de forma dilatada por todos os setores da sociedade portuguesa. Houve invasões de propriedade comandadas pelo Partido Comunista Português e a mudança dos processos educacionais de Coimbra, símbolo máximo do conservadorismo e berço de Salazar. Em Coimbra, aconteceram mudanças importantes:

Agora os professores não ousam contrariar os estudantes. Nem se fala mais na aula magistral, no professor que chega à sua cátedra e faz um belo discurso para seus obedientes alunos. Os professores discutem os programas e os autores a estudar com os alunos e, somente depois de decidida a questão, tem permissão para iniciar o trabalho. Evidentemente nenhum se negou a adotar uma perspectiva marxista, em classe. Isso se dá mais em direito, economia, ciências e tecnologia, pois a orientação é difícil nos demais cursos de Coimbra: letras, medicina, farmácia (GÓES, 2007, p. 97).

Os aspectos acadêmicos foram importantes, mas os reflexos sobre a estrutura social foram maiores. A voz do povo realmente passou a ser ouvida. Nesse aspecto, o processo de seleção para novos estudantes tinha regras voltadas para aqueles que a sociedade capitalista havia excluído da participação ativa na vida acadêmica:

Como os pobres não podem pagar a universidade, nem deixar de trabalhar para dedicar-se aos estudos, propõe que a universidade pague os estudos dos e a subsistência dos operários camponeses que queiram se matricular. E que se elimine o vestibular, pois eles não tiveram a oportunidade social para estudar e competir, em exames, com aqueles que tiveram (GÓES, 2007, p. 97).

O choque de realidade que o povo português sofreu com o movimento descolonizador fez com que a nação repensasse seu espaço no cenário mundial, partindo da sua identificação territorial. Para isso, considerou-se o país ibérico como era de fato, sem os sonhos imperialistas nocivos. Mais cedo ou mais tarde a situação colonial não se sustentaria, independentemente da queda ou não do regime fascista. A briga interna dentro do movimento revolucionário era o que atrasava a retomada econômica e a instalação de um regime de fato democrático.

O anticomunismo, encabeçado pelo norte do país forçou uma caça ao Partido Comunista Português (PCP), inaugurado em 6 de março de 1921, causou fraturas dentro das forças armadas. Desse modo, não se estabeleceu um consenso, resultando em uma crise econômica grave durante todo o ano de 1975. O processo revolucionário não seria fácil em um país com participação ativa da Igreja nas decisões de várias parcelas da população:

A redução nacional ao espaço ibérico é o verdadeiro trauma – a revolução real – na vida portuguesa, embora o fenômeno seja imperceptível aos sentidos do homem comum, demasiadamente absorvido pelas vicissitudes da experiência cotidiana e pelos fatos mais explícitos da luta política. Os próprios líderes do nacionais não o notaram, ou não o proclamam. No entanto, mais que a perda do Brasil em 1822 e as revoluções que se seguiram, a revolta dos capitães no ano passado e suas consequências na política externa vão realizar uma clivagem fundamental a história do país (GÓES, 2007, p. 314).

O momento em que Portugal teve que olhar para seus próprios problemas estruturais e perceber as mazelas de um país atrasado diante da robustez do capitalismo na Europa fez com que os desafios tornassem o caminho democrático mais difícil e pulverizado ideologicamente. Diante da ameaça comunista e com o cansaço de um longo período de extrema direita, os portugueses sabiam que o caminho seria dificultado novamente pela economia precária do país.

Retardada pelos regimes ineptos que as crises instalavam na metrópole, a descolonização africana causa agora fortes impactos. A perda dos recursos naturais angolanos e moçambicanos pouco representou, porque ela se deu simultaneamente com a desorganização do sistema produtivo que os utilizava na metrópole. As grandes corporações industriais, estatizadas, encontram-se submetidas a políticas degradantes de seu dinamismo e não poderiam garantir a efetividade de funcionamento de suas sucursais no ultramar (GÓES, 2007, p. 315).

A queda da atividade econômica incomodava a todos os setores da sociedade e gerava mais instabilidade. Assim, as ocupações urbanas organizadas pelos comunistas geravam desconforto na capital porque eram apoiadas pelas forças armadas. A ocupação popular mais significativa aconteceu no campo, o local que de fato moveu as estruturas sociais que remontavam ao tempo do Império e que o Estado Novo tanto beneficiou: os ruralistas do Alentejo.

Esse é ponto especial para o momento histórico retratado em *Levantado do Chão*: a luta pela terra e o esmagamento do trabalhador rural pelo grande latifundiário. O momento de protagonismo do povo rural aconteceu durante a revolução lenta e progressista que se encaminhou no interior do país:

Évora – “Não nos interessa se a terra tinha bom ou mau uso, e até preferimos que seja boa e esteja bem cultivada, pois o que queremos é destruir uma classe, a classe dos proprietários”, disse me aqui João Crisóstomo, subdiretor regional do Instituto de Reestruturação Agrária (IRA).

A lógica de Crisóstomo é tão precisa quanto os fatos que aconteceram. Reunidos por seus sindicatos e pelas células regionais do Partido Comunista, apoiados pelo Exército, os trabalhadores invadiram as terras e assumiram o controle dos rebanhos, das máquinas, das casas e às vezes até dos automóveis particulares dos fazendeiros. Em poucos meses, quase 2 mil propriedades no Alentejo, um milhão de hectares, caíram em suas mãos. “A reforma agrária avança”, diz um lavrador, mas está não é uma lógica tão precisa. A alteração do quadro agrário do Alentejo é o episódio mais traumático da vida nacional. As lutas que ela inspira e agora intensifica atuarão como balizadores da revolução portuguesa, que está procurando reorientar-se diante de tremendas dificuldades (GÓES, 2007, p. 322).

É claro que não foi fácil o processo de distribuição da terra na região, pois desde sempre Salazar estimulou e manteve os índices de produção altos, o que gerava riqueza para poucos. A reestruturação de uma economia familiar provinda da terra gerou prejuízo econômico para o Estado. Toda mudança gera desconforto, todavia, a certeza era que o regime de escravidão do trabalhador rural havia acabado.

certeza. Seja como for, há histórias de ambos os lados. O avanço proletário no Alentejo está empobrecendo a região e o país, que se atropela nos desvãos abertos entre o sonho revolucionário de alguns e a realidade concreta da economia. E há o passado, que é também uma dicotomia. Alguns lavraram a terra com técnica e esforço, constituindo unidades modelares de produção. Outros milionários urbanos mantinham isoladas enormes terras férteis para servir-lhes de campo privado de caça ou destinavam suas propriedades e outras formas escravocratas de uso (GÓES, 2007, p. 324).

O corporativismo do Estado Novo foi capaz de criar a Federação Nacional dos Produtores de Trigo (FNPT) em 1932, concentrando os interesses privados dos latifundiários e os interesses do Estado. Produto com preço tabelado, controle na distribuição e beneficiamento até chegar ao consumo foram garantidos para a fabricação de pães, o que representou um total domínio de uma elite econômica e poder de barganha direta com o governo. Esse setor contava com incentivos fiscais que contribuíram para o aumento da margem de lucro e venda garantida pelos mecanismos protecionistas.

A aliança entre latifúndio e governo foi duradoura, somente o 25 de Abril conseguiu desmontar essa estrutura montada em prol dos grandes produtores. Como herança, a FNPT transformou-se em Instituto de Cereais, no ano de 1977, e ficou sob administração dos cooperados trabalhadores rurais. Por isso, a região do Alentejo foi sempre importante para os interesses do Estado Novo e o movimento revolucionário no campo foi muito representativo para as mudanças sociais.

O movimento comunista basilar que promoveu o início da reforma agrária foi importante para que os latifundiários não se readequassem ao novo governo provisório. Com o fim da propriedade privada do campo, ou pelo menos a diminuição dessas propriedades, chegou ao fim um ciclo e deu-se início a um processo de valorização do trabalhador rural. Essa mudança se estendeu até a atualidade.

Ao final do movimento revolucionário português, a consagração da esquerda foi com Mário Soares do Partido Socialista. Não podemos perder a consciência de que o movimento da esquerda na Europa foi muito prejudicado diante dos avanços norte-americanos e com o enfraquecimento da União Soviética no período da Guerra Fria. Quando de fato chegou ao fim o longo período fascista em Portugal, uma grande esperança se instalou no povo português. Eles acreditavam que dias melhores viriam, não pela exploração colonial, mas pela força de trabalho da sociedade civil portuguesa dentro de suas limitações e imperfeições.

Em síntese, o fascismo, como movimento da extrema direita aliado aos interesses econômicos do capitalismo, foi um fenômeno social que deixou cicatrizes na humanidade no século XX. A necessidade de estudá-lo está estritamente ligada ao presente, pois o passado histórico nos mostra os caminhos extremos da ideologia e os riscos que isso representa para a democracia de modo geral. Este capítulo pretendeu mostrar como o fascismo necessita de ambiente favorável para tomar o poder

e que momentos de crises econômicas pressionam as classes médias para tomarem caminhos reacionários em oposição a visões progressistas. Além disso, tratou-se do autoritarismo dentro da sociedade portuguesa e do papel das instituições na formação nacional ,que tornou possível longos anos de ditadura.

Capítulo 2

O romance de José Saramago: literatura, história e política

A grande e decisiva arma é a ignorância. É bom, dizia Sigisberto no seu jantar de aniversário, que eles nada saibam, nem ler, nem, escrever, nem contar, nem pensar, que considerem e aceitem que o mundo não pode ser mudado, que este mundo é o único possível, tal como está, que só depois de morrer haverá paraíso [...]

José Saramago

José Saramago, único escritor em língua portuguesa ganhador do Prêmio Nobel de Literatura, traçou os rumos da história portuguesa e sua relação direta com a sociedade moderna. Sua literatura humanista é capaz de demonstrar como os laços históricos influenciam diretamente a realidade objetiva do povo português, realizando, de forma muito clara, um projeto literário que busca uma libertação ideológica do Estado Autoritário em Portugal. Este capítulo se propõe a expor a importância da estética literária de Saramago como chave para a compreensão da história portuguesa e suas contradições, destacando-se a forma romanesca, como elemento principal de sua obra, e o papel do intelectual na resistência ao fascismo português.

2.1 – Saramago e a cultura autoritária em Portugal

O autoritarismo português tem como origem o limite entre absolutismo e nascimento do Estado Democrático após a *Revolução Francesa*. Entretanto, não se pode esquecer das invasões napoleônicas que ocasionaram a fuga da Corte Portuguesa para o Brasil em 1808. O passo inicial é refletir sobre o absolutismo português e a construção do reino de Portugal que se iniciou com a expulsão dos mouros e a ascensão de Afonso Henriques, primeiro rei de Portugal.

Nesse ponto, encontra-se o papel fundamental de Saramago para a reconstrução do passado português. Assim, o escritor se posiciona ativamente contra essa formação nacional baseada na autoridade investida, seja por Deus ou pelo Estado. Essa crítica está presente em *Memorial do Convento*, romance que questiona a formação nacional sob influência da religião, ou de forma direta ao Estado, como em *Levantado do chão*. O olhar do escritor se volta para a formação nacional e suas relações diretas.

Quando o movimento revolucionário francês chegou ao poder com a tomada da Bastilha e morte da corte real francesa, o reino português preocupou-se desde o início com as notícias que chegassem ao país. Houve um movimento de censura para que as obras dos filósofos franceses não fossem levadas ao público letrado, capaz de difundir as ideias revolucionárias. Até mesmo a aristocracia não conseguia ter acesso ao que se passava de fato na França.

Para sorte ou azar do trono português, os fatos históricos foram atropelados pela ascensão de Napoleão ao poder na França e, conseqüentemente, o reino português precisou centrar os esforços na resistência para manter a soberania nacional e não, apenas manter-se no poder da nação. Com a *Revolução Francesa*, as forças reacionárias encaminharam-se para a *Restauração*. De país libertário,

a França passou a ser o carrasco do velho mundo. As invasões napoleônicas foram se expandindo de forma rápida pelo continente e a resistência inglesa foi fundamental para o apoio ao trono português, mesmo que, depois dos combates no interior do país, esse apoio tenha sido uma escolta da marinha inglesa na fuga para o Brasil.

Após a independência do Brasil e o fim das guerras napoleônicas, Portugal conseguiu um período de estabilidade do Estado e do poder monárquico, vindo a cair somente com o golpe republicano em 1910. Essa historiografia é importante para compreender o caráter autoritário que se desenhou para a formação de uma República menos democrática do que a Monarquia, de modo contrário ao que entendemos por democracia republicana. A onda autoritária em Portugal não aconteceu apenas em períodos de Ditaduras, após a Proclamação da República, apesar do senso comum estabelecer relação direta entre Golpe Militar e autoritarismo. A nação portuguesa sofreu com o fenômeno autoritário antes da modernidade, sobre isso o historiador Jaime Nogueira Pinto (2014, n.p.) esclarece:

Nos finais do século XIV, com a crise de 1383-1385, vemos em Portugal uma afirmação de nacionalismo *avant-la-lettre*, quando parte do país contestou o herdeiro legal do trono, D. João de Castela, casado com a única filha legítima de D. Fernando, D. Beatriz. Este nacionalismo precoce, como consciência de um destino político e da necessidade de defesa da identidade e da independência daí decorrentes, só muito mais tarde apareceria no resto da Europa.

Pelo contrário, até 1974-1975, a persistência de instituições autoritárias e de um império ultramarino, quando tais instituições e impérios tinham já desaparecido da Europa Ocidental. Desde o Infante D. Henrique que autoridade central e Império eram interdependentes e, na segunda metade do século XX, a manutenção dos territórios de além-mar na soberania portuguesa foi considerada pelos governantes do Estado Novo incompatível com soluções democráticas.

A marca do autoritarismo português evidencia o caráter da nação de exprimir suas posições ideológicas sempre contra os movimentos revolucionários populares e a favor das restaurações. Esse caminho será percorrido em diversos momentos históricos. É importante lembrar que enquanto as nações da Europa davam passos progressistas encaminhados pela Reforma Protestante e pelas revoluções proletárias, Portugal era o berço da Contrarreforma Católica e fonte profícua para movimentos reacionários, que beneficiariam o Clero e uma elite monárquica em detrimento das vontades populares.

A exposição do povo lusitano em guerras fratricidas, para defender alianças nem sempre positivas para a nação, mas apenas para a continuidade do trono português ou de interesses da monarquia, construiu um país fragmentado. Essa fragmentação do povo manipulado, pelo Estado Monárquico e por um Império Ultramarino, que, de fato, nunca fora como o desejado, resultou no desejo de grandeza de um país que saiu na frente nas navegações, porém ficou para trás no contexto da Revolução Industrial, sempre à sombra do Império Britânico.

As riquezas das colônias portuguesas sempre foram transferidas para a Inglaterra, que socorrera Portugal em suas guerras, tanto na península quanto em suas colônias. Essa aliança entre capital acumulado inglês e proteção militar fez com que o nacionalismo lusitano tenha sido sempre acompanhado do autoritarismo, diferentemente dos ingleses e seu caráter liberal. Era um contrassenso o atraso econômico de Portugal para satisfazer à realeza britânica e sua agenda liberal. Essa construção de uma aliança de atraso para Portugal foi significativa para a instalação do Estado Novo, a ascensão de Salazar ao poder tem estreita ligação com essas condições. Quando foi nomeado pelo governo militar para assumir o cargo de Ministro das Finanças, a primeira medida tomada foi o saneamento das contas públicas e a austeridade para o pagamento da dívida externa. A nação amiga sempre seria a Inglaterra.

A questão ultramarina, sobretudo quanto a Angola e Moçambique, determinara há muito uma regra: Portugal não podia ter como inimigo a Grã-Bretanha, que controlava as rotas marítimas de acesso às colônias, o que fazia do Ultramar uma refém da Entente. Por outro lado, havia a vizinhança com as possessões alemãs, que em Angola, com o Sudoeste Africano ou Damaralândia, quer em Moçambique, com o Tanganica, a África Oriental Alemã. Por isso, entre os militares, desejava-se uma intervenção em África, mas não na Europa (PINTO, 2014, n.p.).

A morte de D. Carlos significou o fim da alternância de partidos e a formação salutar do parlamento, originando uma escalada do autoritarismo com o domínio do Partido Democrático durante a Primeira República. Isso aumentou o poder de uma elite instalada desde a Monarquia, elite essa que participaria ativamente da ascensão de Salazar anos mais tarde. O Partido Democrático chegou a restringir o direito ao voto, manobra totalmente antidemocrática. Os passos para um Estado de Exceção foram tomados desde o golpe militar em si, tomando-se as estruturas dos três poderes e confluindo para o desenvolvimento de uma estrutura autoritária, que terminaria somente com a Revolução dos Cravos.

Não se pode retirar Portugal do contexto mundial nesse período da Primeira República, quando acontecia a *Revolução Russa* e a deflagração da Primeira Guerra Mundial. Nesse contexto de reorganização dos Estados Europeus, o país se equilibrava para manter-se soberano e não se envolver diretamente no centro do conflito. De modo patente, também podemos perceber que a condição periférica do capitalismo, dominado por Inglaterra e França, fez com que o governo antidemocrático fosse um dos menores problemas com os quais os portugueses precisariam se preocupar.

Evidentemente, durante um conflito de grandes proporções, o que mais interessava era a garantia de que o povo não seria mandado para as frentes de batalhas mais intensas e teria comida no dia seguinte. A aliança antiga com a Inglaterra proporcionou ao país viver de forma mais tranquila o

período de Guerra, porém depois ocasionou mais dívidas com a nação amiga e influenciou diretamente na escalada de Salazar como Ministro das finanças. A agenda liberal do ministro proporcionou uma tranquila estadia no poder executivo, o que não incomodou os ingleses, mesmo o Estado Novo tendo tantas semelhanças aos países do Eixo.

O estado de exceção, como prática depois da Primeira Guerra Mundial, foi decisivo nos movimentos de crescimento da desconstrução do pacto dos três poderes. Esse movimento impulsionou em vários países o crescimento dos superpoderes do chefe do executivo, que de forma pacífica foram tomando o legislativo e judiciário com a desculpa de que o estado de necessidade (Guerra) impunha isso. Sobre tal questão, o filósofo italiano que dedicou seus estudos ao fenômeno de Estado de Exceção e ao conceito de *homo sacer* (homem sagrado), do antigo direito romano, Giorgio Agambem (2004, p.13), elucida:

Diante do incessante avanço do que foi definido como uma “guerra civil mundial”, o estado de exceção tende cada vez mais a se apresentar como paradigma de governo dominante na política contemporânea. Esse deslocamento de uma medida provisória e excepcional para uma técnica de governo ameaça transformar radicalmente – e, de fato, já transformou de modo muito perceptível – a estrutura e o sentido da distinção tradicional dos diversos tipos de constituição. O estado de exceção apresenta-se, nessa perspectiva, como um patamar de indeterminação entre democracia e absolutismo.

O contexto histórico português, em conjunto com os acontecimentos mundiais, acarretou um ambiente propício para instalação de uma rede de movimentos autoritários desde a queda da Monarquia. Exemplo disso foi o movimento integralista de Rolão Preto e posteriormente o avanço da ideologia de extrema direita que culminou com a ascensão de Salazar. O autoritarismo instalado como forma de controle social desde a queda da monarquia apresentou crescimento no ambiente antidemocrático da Nova República com o golpe chefiado por Sidónio Pais, em dezembro de 1917.

Tradada como “revolução”, o movimento não passou de um golpe militar apoiado pela extrema direita, até mesmo por movimentos monárquicos, que viam a ameaça comunista. Não podemos esquecer que, durante a Revolução Russa, ocorrida no mesmo ano, Portugal contava com um ambiente campesino propício para uma revolução proletária. Entretanto, dessa vez, os militares garantiram o domínio da elite burguesa no poder.

A elite burguesa ruralista é peça fundamental para entender o papel dos latifundiários na estruturação autoritária no campo, investida pela Monarquia, por meio da propriedade privada, ainda no período absolutista. O desenho do latifúndio e do sul do país, diferentemente da pequena propriedade na região do Minho, foi decisivo para a manutenção do regime que se instalava, com o apoio da Igreja aos latifundiários e a manutenção do analfabetismo e exploração da mão de obra, justificada pela doutrina católica.

O *Sidonismo*¹¹ representou o aumento da repressão aos movimentos populares. A situação da Primeira Guerra também favorecia o enfraquecimento da liderança ditatorial e os movimentos grevistas foram se ampliando, culminando com a morte de Sidónio em 1918, assassinado por José Júlio da Costa, líder de esquerda. O autoritarismo português foi sintomático e não se restringiu ao Estado Novo ou à criação de Salazar, o terreno ideológico responsável por esse fortalecimento do autoritarismo começou dentro da Universidade de Coimbra. A união com a Igreja formou uma cultura controversa que perdurou por todo o Estado Novo. Torgal (2009, p.33), sobre isso, esclarece:

A cultura portuguesa do fim do século é simultaneamente laica e religiosa, racionalista e sentimentalista, universalista e nacionalista, idealista e relativista, pessimista e otimista. De toda essa série de ambiguidades e contradições surgiram duas realidades político-culturais que se sucederam no tempo: a República (instável) e o Estado Novo, que sobreviverá cerca de quarenta anos e que será o esteio de uma cultura católica, nacionalista, historicista, simultaneamente tradicionalista e revolucionária, maniqueísta e repressiva.

O caminho para uma democracia liberal foi pavimentado durante os primeiros anos republicanos. Entretanto, o liberalismo, com medo do comunismo, tomou fôlego autoritário para tentar esconder seus interesses particulares. Isso se deu por meio do nacionalismo, que sedimentou os caminhos para a instalação definitiva de um Estado Fascista Português e caminhou juntamente com os interesses do mercado financeiro após a Primeira Guerra Mundial. Resultou-se disso a relação direta com a política internacional portuguesa e a primazia da manutenção das colônias em África.

A tradição conservadora do país em relação às mudanças liberais que aconteciam nas potências do capitalismo tem suas raízes na tradição católica. A Igreja em Portugal era tão forte e potente quanto na Itália. Evidente que essa força de conservação proporcionava a manutenção dos privilégios de uma elite que se mantinha alinhada com o poder. Assim, não importava qual fosse o regime de governo do Estado, era necessário manter a aliança entre Igreja, Estado e Latifúndio.

A ordem assim exposta funcionou no sentido de facilitar as construções desses pilares de conservadorismo que se utilizou do fenômeno autoritário nos caminhos da nação lusitana desde a formação do trono português. A Igreja tinha como objetivo, em primeiro lugar, estabelecer a legitimidade do poder para somente alguns. O Estado investia de legalidade a posse da terra no campo. Por fim, o Latifúndio concentrava a riqueza em favor da manutenção da elite econômica que devolvia a mais valia produzida aos detentores do poder estatal.

11 Período do Governo Militar em Portugal, de dezembro de 1917 a dezembro de 1918, liderado pelo General Sidónio Pais, que governou o país.

A substituição de um regime monárquico para uma República não mudou as estruturas sociais, pelo contrário, aumentou as tensões sociais e o poder de uma classe social que era para garantir a soberania nacional: os militares. Ao final, demonstrou-se gosto pelo exercício do Estado de Exceção, os militares exerceriam forte influência nos destinos da nação, inclusive na reinvenção democrática da *Revolução dos Cravos*, que partiu dos militares e foi expandida para o povo. O historiador Jaime Nogueira Pinto (2014, n.p.) esclarece:

Assim, franquismo e salazarismo seriam versões do fascismo global, devidamente adaptadas a países católicos, rurais, com um peso especial das instituições tradicionais, como a Igreja e um exército pretoriano e intervencionista. Em resumo, seriam modelos de um fascismo próprio de sociedades pré-industriais. Esta perspectiva confunde género e espécie, criando, por rejeição, uma amálgama de categoria substancialmente distintas.

Esse modelo de Estado demonstrou o caráter antidemocrático contra a construção de governos parlamentaristas, que por natureza são mais democráticos. A preparação para o terreno de Ditaduras sempre esteve relacionada ao atraso diante da iniciativa individual e posição de cada cidadão perante a desconstrução de privilégios. Assim sendo, considera-se fundamental o papel da cultura católica na promoção de privilégios sociais que estavam diretamente alinhados aos dogmas da Igreja, mesmo depois do fim do absolutismo. O autoritarismo era aliado à construção de uma sociedade capitalista com a divisão de classes nitidamente instalada, mas com um agravante, o atraso ruralista e uso da teologia para perpetuação de uma elite religiosa e econômica.

A formação das bases doutrinárias, a legitimação das instituições e distribuição do poder político em Portugal, No Estado Novo, obedeceu a uma genealogia ligada à história da República e aos primórdios da Revolução Nacional, até 1933. A seguir ao 28 de Maio, o poder ficou nos militares, nos quartéis, sobretudo nos jovens oficiais, tenentes e capitães, cujos colectivos passaram a decidir as questões mais importantes a partir de Sacavém, na primeira semanas da Ditadura. A resistência dos Democráticos, depois do passeio militar de Maio/Junho de 1926, manifestou-se na revoltas militares de Fevereiro do ano seguinte e justificou e condicionou o endurecimento e o corte progressivo mais radical da revolução de Maio com os republicanos moderados. O poder continuou nos militares, mas foi-se hierarquizando, passando para os chefes em que os jovens oficiais confiavam para os representar. E foram estes chefes, os generais e coronéis da Ditadura, cujo vértice acabou por ser Carmona, que convidaram Salazar para as Finanças, em 1928, e para a chefia do Governo, em 1932 (PINTO, 2014, n.p.).

Essa genealogia do autoritarismo no poder é necessária para entender a grandiosidade do movimento neorrealista como fonte de resistência progressista, não somente ao Estado Novo, mas diante do conservadorismo de uma sociedade de privilégios formada por núcleos claros de exercício da autoridade repressora. Essa repressão acontecia não somente por meio da censura e perseguição política, mas também pela postulação de uma marginalidade social permeada pela cultura católica portuguesa.

Os escritores não apenas tiveram sua ligação com o comunismo em si, nas bases ideológicas da *Revolução Russa*, mas tomaram a dianteira em um movimento social intenso em combate ao

fascismo do Estado Novo. A ideologia marxista dentro da arte teve mais efeito social do que o texto filosófico. A estética exerceu papel fundamental para difusão de uma alternativa de vida autêntica. Carlos Reis (1983, p.203) nos elucida:

O relevo de que se reveste este campo de reflexão manifesta-se com muita clareza quando, num dos mais salientes textos programáticos do Neo-Realismo, se afirma que a “arte é [...] arauto, grito, voz expressiva daquelas forças silenciosas que dormem nas entranhas mais recônditas da Vida Social. Eis porque a Arte tem sido o clarim das grandes revoluções, eis porque a arte vale muito mais como ideologia activante que as tentam explicar. Ora este papel de activação que cabe aos fenómenos artísticos exige que sejam dedicados cuidados especiais às circunstâncias e aos procedimentos que presidem à circulação da mensagem veiculada; cuidados tanto mais necessários quanto é certo reconhecer-se na Arte uma eficácia mais acentuada do que a conseguida pela pura doutrinação filosófica destituída de pretensões de elaboração artística.

A luta antifascista promovida pelo neorrealismo tornou a literatura uma fonte de esclarecimento e reflexão social. Houve circulação de livros proibidos pela censura e criou-se poesias engajadas com a luta democrática. A prática de uma literatura camponesa, baseada no modernismo de Jorge Amado, explorou a temática da luta de classes e a exploração do trabalhador no campo, como em o Caso de *Gaibéus* (1939), de Alves Redol.

2.2 - Saramago e o neorrealismo português

A evolução do realismo formal durante a literatura oitocentista originou um modelo romanesco engajado, cada vez mais, com a crítica social. Por exemplo, conhecemos mais da colonização belga e seus horrores por meio de *Coração das Trevas*, de Joseph Conrad. Isso porque a literatura desvela as mazelas sociais, tornando-se fonte inesgotável de fatos históricos e reorganizando os acontecimentos, principalmente, dando voz aos que estiveram na marginalidade do capitalismo em seu período imperialista.

O modernismo, como movimento inicialmente vanguardista, tornou-se abrigo para muitos reacionários e escritores conservadores. Um exemplo clássico é o futurismo na Itália e seu apoio incondicional ao Estado Fascista Italiano. Não foi diferente em outros estados autoritários fascistas. No caso português, o modernismo foi se aproximando de uma estética vazia, de uma apatia social que arrastou alguns nomes para próximo do Estado Novo.

O caminho percorrido pelo modernismo português foi sombrio, gerando posteriormente o fenômeno do *Presencismo*¹², movimento de distanciamento da arte da crítica social. A revista intitulada *Presença*, publicada no período de ascensão de Salazar ao poder, fez com que a prática

12 Segunda fase do movimento modernista português.

literária se afastasse dos movimentos sociais. Os participantes desse movimento defendiam uma literatura neutra no campo ideológico. Esse afastamento fez com que a censura do regime não incomodasse os editores da revista. Ao mesmo tempo, a revista também desqualificava toda literatura minimamente engajada socialmente, como se a revista também fosse um mecanismo da censura corporativista de Salazar.

Para compreender a complexidade da obra de José Saramago, é necessário regressar para sua formação como leitor: o que ele considerava importante na literatura, portuguesa e universal, sua visão de mundo, concepção sobre o papel do escritor como artista e capacidade de interferência na sociedade. Os romances brasileiros regionalistas da década de 30 do século XX, influenciaram o neorrealismo português, que demonstrou a força do romance social na década seguinte em Portugal, já sob regime totalitário Salazarista.

É possível estabelecer uma comparação entre o Estado Novo de Getúlio Vargas no Brasil e o Estado Novo de Salazar em Portugal. O Estado Novo no Brasil também teve caráter fascista, a extrema direita também dominou terras brasileiras, seus apoiadores também perseguiram os comunistas e os intelectuais de esquerda, as convulsões sociais da década de 1930 impulsionaram um vertiginoso crescimento do autoritarismo no Brasil resultando no Estado Novo e uma ditadura extremamente repressiva. Repressão essa que chegou a prender intelectuais como o escritor Graciliano Ramos, o regime foi de 1937 até 1946.

Poderíamos discorrer sobre os aspectos políticos da direita, nos países periféricos do capitalismo, que fizeram com que os escritores tomassem o caminho da literatura engajada, tendo como principal referência a monumental obra de Jorge Amado e a força do romance social feito em Portugal. Essa relação proficiente faz com que olhemos a obra de Saramago como uma herança desse momento importante da literatura. O autor realiza um romance neorrealista, em um período histórico anacrônico ao da década de 40. Sua escolha foi acertada e proporcionou uma opção pela forma do romance histórico, no caso de *Levantado do chão*, *Memorial de Convento*, *O ano da morte de Ricardo Reis* e *História do Cerco de Lisboa*.

Enquanto os romances do movimento neorrealista buscavam representar o ambiente proletário e personagens pertencentes aos excluídos socialmente durante a força repressora do Estado Novo, Saramago teve o privilégio de descrever as forças populares e seu movimento histórico não mais como esperança de uma sociedade democrática, e sim, como a força do povo sendo demonstrada de fato dentro do ambiente revolucionário da década de 70 do século XX. As narrativas neorrealistas deram protagonismo para os massacrados pelo capitalismo ruralista português, como nas obras de

Jorge Amado, que consistiam em parte da formação estética para a concretude da narrativa de *Levantado do chão*.

O neorrealismo português proporcionou uma ampliação da concepção dialética da história e o aprofundamento da estética marxista dentro dos romances, de modo que o papel social do artista foi fortalecido. A concepção de arte fomentada pelo Salazarismo, por meio de António Ferro, fez com que a censura sobre a arte fosse muito forte. Nesse sentido, o movimento artístico de esquerda foi essencial para a luta democrática e, de forma clandestina, abriu caminho para a leitura de escritores brasileiros que tinham postura engajada socialmente e faziam a diferença na realidade artística brasileira. Obras de Jorge Amado, José Lins do Rego e Graciliano Ramos circulavam de forma clandestina em Portugal, o que incentivou os escritores portugueses para a formação de uma estética social portuguesa.

A estética marxista no conceito de Lukács no sentido de totalidade, as obras neorrealistas estavam ligadas a realidade objetiva de seu tempo, as contradições do capitalismo dentro de um Estado Fascista. A resistência antifascista proposta pelo neorrealismo configura o que Lukács delimitou ainda na obra *Introdução a uma estética Marxista*, na qual ele define o papel da singularidade e particularidade o que de fato se aplicaria ao neorrealismo em Portugal. Lukács (1978, p. 163) define:

Toda obra de valor discute intensamente a totalidade dos grandes problemas de sua época: tão-somente nos períodos de decadência estas questões são evitadas, o que se manifesta, nas obras, em parte como carência de real universalidade não superadas artisticamente (falsas e distorcidas como conteúdo).

Essa formação de um núcleo artístico que optou pela estética marxista fez com que os romances sociais ganhassem força no pós-guerra. Desse modo, a sociedade portuguesa foi colocada diante de um discurso humanista que ganhou força e, conseqüentemente, tornou-se inspiração para os participantes, na década de 70, da *Revolução dos Cravos*. É de extrema importância o caminho percorrido pelos neorrealistas, pois este influenciou a escrita de Saramago em seus romances históricos, além de ter propagado o humanismo como caminho possível para toda uma geração de escritores portugueses e de autores de língua portuguesa das ex-colônias.

A posição do artista diante das mazelas sociais foi essencial para a concretude da *Revolução dos Cravos*. O protagonismo do povo nos romances portugueses da década de 40 criou as bases da sociedade crítica e cultural do povo português, culminando no processo de apoio à descolonização e redemocratização imediata. O neorrealismo favoreceu de fato a revolução e, nesse sentido, a visão sobre o papel da arte foi importante. A respeito disso, Mário Sacramento (1985, p. 44) diz:

O objeto da literatura tem de ser a totalidade da experiência humana sem dúvida; e a expressão panorâmica duma sociedade, a que promane de todos os canais dos seus diversos estratos. Aceitemos, portanto, todas as expressões que o escritor tenha para dar-nos [...] Toda a expressão literária inclui, portanto, uma expressão social e implica um conhecimento real. Mas este real, que a literatura nos permite conhecer duma forma singular e concreta, não é estático, mas dinâmico, não só de si, mas pela intervenção que podemos exercer sobre ele, transformando-o. Realismo que não exprima este dinamismo só o é, portanto, no sentido estrito (ou menor), em que há pouco se lia que a arte não pode exprimir outra coisa.

Mario Sacramento colaborou para a compreensão da importância dos artistas no combate ao sistema alienante do fascismo, auxiliando na reflexão sobre os poetas que produziram ativamente durante o período. Nessa perspectiva, a contribuição histórica da literatura como forma de resistência ao sistema fascista proporcionou uma visão da literatura sobre os aspectos históricos da fase colonialista portuguesa e, principalmente, sobre a decadência do projeto colonial dentro do Estado Novo. A literatura foi fonte de uma reflexão social ativa sobre qual era o papel do povo na resistência contra o regime: os poemas neorrealistas desnudavam a realidade do povo, que sofria nas plantações no interior do país. É evidente que Saramago se propôs ao retorno dessa voz que foi basilar na luta antifascista no início do Estado Novo.

Saramago, no movimento de redemocratização, fez uma obra de crítica social muito parecida com os romances neorrealistas no aspecto de temática social. O autor foi além do tema e realizou uma mudança na forma de composição da narrativa, de modo que os personagens analfabetos ganharam voz, demonstrando a importância da oralidade para o povo rural. As tradições populares do contexto cultural dos trabalhadores rurais foram potencializadas na forma narrativa de *Levantado do chão*. Assim, a crítica social ganhou força com o uso do discurso indireto livre, a ironia e as mudanças de foco narrativo.

A dimensão ideológica do romance é indissociável da opção do artista em recontar a história sob a ótica do trabalhador. O ambiente revolucionário favoreceu a adoção do engajamento social, tão importante quanto o movimento neorrealista que resistiu ao Estado Novo no início da Ditadura. A importância do momento histórico vivido, ao final da narrativa, reflete o papel do povo para as mudanças reais em suas vidas, advindas da Revolução e da libertação das colônias.

A literatura cumpre a função de reconstruir os fatos históricos que foram manipulados por quem detinha o poder. No caso português, a historiografia oficial sempre esteve alinhada aos interesses, tanto de um Estado repressor quanto do Clero, o qual interferia na decisão de assuntos importantes relacionados à nação portuguesa. O engajamento do escritor, para despojar a aliança maléfica que atrasou o país mais que a outras nações europeias, a vida histórica das vozes silenciadas pela ditadura, ganhou força em cada uma de suas obras, Saramago resgata a história de Portugal por meio das vozes dos excluídos.

Quando o autor fez a opção pelo romance histórico, ele entendeu o apagamento da história como ferramenta de dominação mais abrangente no sistema capitalismo. A utopia presente na literatura, de modo geral, é necessária para a formação de resistências importantes. A perspectiva marxista do escritor não deixou de lado a esperança em uma nação portuguesa mais justa e solidária. Ele acreditava na reforma agrária e na melhoria da qualidade de vida popular para a formação de uma nova nação portuguesa.

O sentido da utopia na literatura vai de encontro ao período do avanço do capitalismo e as impossibilidades do indivíduo dentro da realidade objetiva, o mundo da arte cria uma realidade utópica que se torna necessária para a sobrevivência do indivíduo em outra dimensão, assim é com a literatura burguesa e assim acontecerá nas obras de Saramago.

Essa democracia recente proporcionou aos escritores um novo caminho de sucesso, após os anos de muita censura e apagamento das luzes da literatura sobre as sombras da ditadura. Esse movimento foi muito útil também para a aproximação do povo português da literatura das antigas colônias em África. O momento histórico de reconstrução democrática passou, mas o embate do escritor diante da condição humana na sociedade moderna não foi ultrapassado. O desmoronamento da proposta soviética não abalou os caminhos do intelectual, preocupado com o caos da desumanização. Esse princípio de denunciar os conflitos sociais, traço neorrealista, nunca deixou de ser um horizonte a se alcançar por Saramago em sua escrita.

O momento histórico da Ditadura Salazarista era de crise, a qual se estendeu por quarenta anos. Os artistas conscientes do papel social da arte demonstraram a grandeza da estética. No movimento neorrealista, é de extrema importância a formação dos escritores inspirados no engajamento artístico de outrora. É importante lembrar a repressão da Polícia Internacional e Defesa do Estado (PIDE), criada por decreto em 1945, responsável pela repressão aos opositores do governo, por meio da qual a censura foi institucionalizada pelo Estado.

Contudo, a nobreza dos autores não está apenas no êxito em sua produção literária, mas também no combate prático ao fascismo. Assim, um movimento de resistência se estendeu por todo o Estado Novo. Esse núcleo formado foi importante para recepção teórica do marxismo e difusão dos caminhos da esquerda internacional. Além de contribuir com a produção estética, os neorrealistas foram responsáveis pelas divulgações de obras marxistas, traduções de livros teóricos e, ainda, pela divulgação de obras dos modernistas brasileiros, que circulavam de forma clandestina pelos círculos intelectuais. Em uma pesquisa aprofundada sobre o movimento neorrealista, Carlos Reis (1983, p. 349) esclarece:

É pois, a partir dos argumentos aduzidos, que nos parece legítimo, mais do que a propósito de qualquer outro sistema ideológico, relacionar o materialismo histórico com a narrativa,

antes ainda de verificarmos, numa óptica histórico-literária, que foi esta a grande opção discursiva perfilhada por movimentos literários de filiação marxista. A essa relação não pode ser alheia também a propensão humanista do materialismo histórico, concebido, como se sabe, a pensar num homem concreto (económico, político e social) em luta contra a alienação (REIS, 1983, p.349-349)

A grande herança marxista do movimento neorrealista foi recuperada por Saramago, a estética que liga os acontecimentos históricos reais com a ficção literária no intuito de modificar a política. O escritor, por meio da ficção, proporcionou uma nova visão da história para seu povo, demonstrando a importância da estética para a modificação da concepção de mundo do leitor de seu romance. A estética cria o momento de catarse para o leitor e promove uma mudança política na realidade objetiva. A catarse aqui é vista como fenômeno de tomada de consciência do leitor será fundamental no momento histórico de resistência antifascista, sem o fenômeno a literatura não empreenderia mudanças imediatas que foram possíveis no horizonte de participação popular na resistência democrática contra o regime.

A política dentro da literatura não entrou apenas no contexto histórico ao viver sob um Estado ditatorial e seus abusos, ela entrou no momento histórico revolucionário que o país ainda passava mesmo após a queda do fascismo no país. O processo revolucionário não acabou de uma hora para outra, foi um ato contínuo de pequenas revoluções nas estruturas sociais e principalmente culturais do povo português. A elite portuguesa perdurou no poder durante tanto tempo que não conseguiria ser desmantelada apenas com a tomada de poder pelos militares revolucionários, tampouco pela eleição de um governo democrático. Esse governo instaurou as mudanças educacionais necessárias para a emancipação do povo herdeiro de um analfabetismo endêmico, que durou por mais de 40 anos de Ditadura. Dentre essas mudanças, a estética de Saramago teve papel fundamental para dar voz ao campesinato português que era esquecido em seu país.

O autor reconstruiu a história portuguesa durante a década de 80 e sua contribuição foi cultural e estética. Saramago era o intelectual que participa ativamente do processo revolucionário e produziu novos horizontes para o povo português. Ainda sobre a função da intelectualidade nos rumos políticos e ideológicos, é importante citar a contribuição histórica do romantismo em Portugal e as mudanças liberais encabeçadas por dois importantes escritores românticos: Almeida Garrett e Alexandre Herculano.

Para realizar um pequeno panorama da importância do romance histórico em Portugal, é necessário retornar ao movimento romântico na literatura portuguesa. Esse movimento favorecia, além da produção literária, a participação política dos principais autores românticos portugueses,

entre eles, Almeida Garret e Alexandre Herculano. Estes precursores foram essenciais para articulação do liberalismo em Portugal, baseado em ideias da Revolução Francesa. Eles apoiaram o movimento liberal contra o absolutismo em Portugal, após a Guerra Civil em Portugal entre Liberais Constitucionalistas e Absolutistas.

O ideal liberal abraçado pelos escritores românticos caminhou para um instinto de nacionalidade muito importante para a formação nacional portuguesa, o que resultou no resgate da importância de Camões e da literatura portuguesa anterior. O romantismo aliou-se a um novo panorama do povo Português, visando avanços para que Portugal pudesse reencontrar seu protagonismo diante das outras nações europeias após o fim do período napoleônico. Os escritores românticos que apresentavam um ideal liberal foram importantes para a desconstrução do mito nacional do Sebastianismo, para o alerta sobre a importância da imprensa livre e o fim da censura.

A tradição do romance histórico exercida por Herculano comprometeu-se com o instinto nacional. Isso favoreceu a valorização da cultura portuguesa, vista de maneira diferente da realidade. Iniciou-se uma formação ideológica do nacionalismo, que posteriormente seria prejudicial politicamente aos movimentos reacionários em Portugal no século XX. O caráter liberal iniciado pelos românticos foi importante para afastar o mito ligado à religião católica, porém houve progressivamente a substituição desse pelo mito nacional e pela valorização excessiva da nação portuguesa como Império Ultramarítimo.

O afastamento do historiador nacional dos domínios do Clero foi importante para a formação da literatura e do gênero romance histórico. Com o fim da censura inquisitorial, o autor se debruçou sobre os acontecimentos históricos no objetivo de revisitar o passado para estabelecer novos horizontes aos seus contemporâneos. A proposta liberal em contraposição ao absolutismo miguelista foi um grande passo para o país, que ainda se arrastava no seu período de início de um capitalismo mais acentuado com vistas a distanciar-se do modelo feudal de organização social. Essas mudanças ideológicas foram importantes para o estabelecimento da literatura como uma atividade intelectual, que teria participação importante na formação dos jovens políticos portugueses que se aproximavam da monarquia constitucionalista.

A tradição do romance histórico continuou percorrendo a literatura portuguesa, o gênero entrou também na obra do consagrado Eça de Queiroz de diferentes maneiras. O autor foi alvo de críticas ferrenhas após a publicação de *A Ilustre Casa de Ramires*, por ter sido um escritor revolucionário no início da carreira e reacionário ao final. Crítica infundada muito bem explicada por Antônio Cândido, em artigo intitulado *Entre campo e cidade* (1971). Os críticos da época não

conseguiram notar a complexidade da obra em seu relato do passado como crítica ao presente da sociedade portuguesa. Era uma luta constante, entre progresso do capitalismo por meio da cidade e o atraso do campo, que garantia a hegemonia de parcela da sociedade portuguesa. Aldinida Medeiros (2014, p. 204) comenta sobre o assunto:

Em se tratando da cultura portuguesa, ora, estamos diante de um povo que tem o passado como motivo de glória nacional. Um passado que justifica as impossibilidades do presente e as incertezas do futuro. Nada mais adequado à alma saudosista e nostálgica do português do que o passado e, nele, a História. Ambos, amálgama perfeito para o romance histórico contemporâneo português. Elementos que, aliás, bem anteriormente já mereceram o olhar perscrutador de José Maria Eça de Queiroz n’A ilustre casa de Ramires, quando, vivendo um presente decadente, e por presente compreendamos o da narrativa deste romance, o protagonista Gonçalo Ramires busca na vida do seu antepassado, Tructesindo Ramires, um “esplendor de Portugal” dos tempos de outrora.

O fenômeno histórico como mote das narrativas dos romances durante o século XX seguiu com importância, foi herdado pelo neorrealismo e, posteriormente, pelos romances pós-revolucionários na década de 80. Em seguida, o gênero inspirou José Saramago em sua obra literária. Vale ressaltar a mudança de perfil ideológico dos escritores e intelectuais: Garret e Herculano em defesa do que representava o capitalismo ascendente e os neorrealistas que herdaram a decadência do capitalismo em sua pior fase autoritária.

Esse neorrealismo refletiu a fase apologética do capitalismo e influenciou em grande medida a obra de Saramago. Talvez a forma romanesca de Herculano tenha sido importante, mas o engajamento da estética neorrealista foi mais impositivo esteticamente. Nem sempre a obra mais estudada de um autor é a mais profunda em termos literários. Esse é o caso de Alves Redol, consagrado pelo romance *Gaibeus* (1939), entretanto a obra que teve mais importância, como influência direta à sociedade, foi *Barranco de cegos* (1961).

Nesse romance que se passa na região do Ribatejo e que também tem como ambiente a região rural de Portugal, evidencia-se o quanto o campo representava contrastes sociais. Além disso, é fonte de crítica das estruturas sociais provenientes do fenômeno fascista em Portugal. Apesar do romance ambientar-se no ano de 1890, a narrativa demonstra como o capitalismo, por meio da instalação de fábricas e do processo de industrialização em Portugal, foi contraditório. A longevidade do Estado Novo permitiu também uma longevidade da resistência antifascista na literatura portuguesa. Redol conseguiu, por isso, evidenciar as bases sociais para que o Estado Novo se vinculasse ao século XX.

As contradições entre campo e cidade em Portugal são objeto de análise de Antonio Cândido quando o crítico analisou a obra de Eça de Queiroz, no artigo intitulado *Entre Campo e Cidade* (1945). Ainda dentro do movimento romântico português a problemática entre as contradições da vida urbana dentro da estrutura social moderna e o denominado atraso do ruralismo em Portugal permitiu que a

crítica de *Cândido* fosse essencial para entender a obra do consagrado escritor, além do caráter hermenêutico e sim as contradições de seu tempo e da nação portuguesa ainda na marginalidade do que era o capitalismo em Inglaterra e França.

Não podemos esquecer da enorme contribuição do romantismo para a compreensão da estrutura do capitalismo na sociedade moderna, a crítica romântica alemã com os irmãos August e Friedrich Schlegel e ainda a contribuição da estética de Goethe e os questionamentos sobre a natureza humana e a modernidade.

2.3 – Saramago: literatura e autoritarismo

O projeto literário histórico de Saramago é notável pela sua capacidade de união entre a política e o universo ficcional. Os fatos históricos utilizados pelo autor, no contexto dos romances, são fundamentais para a construção de uma nova visão política do passado português. Em quatro romances históricos, os fatos reais modificados pela ficção trazem uma mudança da história oficial dos acontecimentos. Tem-se então uma estética comprometida com a sociedade portuguesa.

O escritor, como fiel seguidor do neorrealismo português, serviu-se do materialismo histórico em sua obra ficcional, nos romances *Levantado do chão* (1980), *Memorial do convento* (1982), *O ano da morte de Ricardo Reis* (1984) e *História do Cerco de Lisboa* (1989). O compromisso em reescrever a história portuguesa foi a chave para o sucesso de recepção da crítica, visto que o ambiente pós-revolucionário propiciou o avanço da história e a releitura do passado confiscado pela censura da Ditadura. Aos poucos, o povo foi conhecendo o que se passava durante o Regime tão duradouro.

Enquanto os documentos oficiais da PIDE (Polícia Política) eram analisados pelo governo democrático, a literatura dava sua contribuição por outros caminhos. A recepção crítica desse projeto literário baseado em uma reconstrução histórica foi muito bem dimensionada por Tereza Cristina Cerdeira (1991, p. 176), que demonstra a importância dos acontecimentos históricos para o romance de Saramago:

De certa maneira, o historiador, para crer no documento, começou por duvidar dele, pois o compreendeu como uma produção que determinados agentes sociais puderam fixar no tempo de modo a preservar o poder. As minorias são pobres em documentos, por isso se tornaram pobres em História. O historiador contemporâneo, imerso na multiplicidade e na diferença que caracterizam a pós modernidade, nega-se a deixar para sempre calados “os esquecidos da História. Faz então falar diferentemente os documentos, indaga-os em seus silêncios, em suas ausências, em suas falhas. Parte deles para ir além deles, com os recursos que a imaginação lhe concede para tecer com os farrapos uma leitura possível da História dos

homens, fazendo intervir não mais o passado como modelo do presente mas o presente como reavaliador do passado, que lhe chega incompleto, dilacerado, por isso mesmo, extremamente sedutor, porque, se ele não mais se recupera, adquire-se a possibilidade de ler as forças que o moldaram em tal ou qual estereótipo, antes que se começasse a pôr em questão a própria artimanha da linguagem.

O escritor não é um historiador, mas o artista sempre está em posição periférica, assim como o povo esquecido dos relatos históricos. Essa tradição de recontar a história dos movimentos populares à margem dos fatos relatados nos documentos oficiais, herança de Walter Scott, é retomada com muita força pelo movimento neorrealista. A resistência antifascista deu lugar ao comprometimento democrático de Saramago. A aliança entre literatura, história e política é imprescindível nessa fase de sua obra. Em *Memorial do Convento*, a estudiosa do autor (1991, p.177) afirma que ele se separa da realidade por meio da ficção para dar liberdade para a verdade dissimulada pelos registros históricos oficiais:

Tece-se justamente deste logro e desta criação, faz explodir as fronteiras do imaginário e se afasta – consciente e voluntariamente – do objeto, para se construir como imagem dele. Como imagem a linguagem é a própria ausência do facto, é mais que a consciência ou a denúncia de uma impossibilidade, mas o terreno mais-que-fértil de uma contrapartida da ficção, aquela “trapaça”, aquela “esquiva” aquele logro magnífico” a que Barthes chamava “literatura”. Entretanto o seu percurso não nega a História e os textos de José Saramago – assim como outros tantos da literatura portuguesa contemporânea – dão prova disso. Há neles, pelo contrário, uma sedução da História, que está longe de ser ingênua e de proceder a um mero relato bem escrito das fontes colectadas nas bibliotecas. Se o ponto de partida é o banco de dados, a escrita é a cambalhota arguta que surpreende no século XVIII uma mulher do povo, feiticeira, e amadora, permite o voo de uma passarola – contado em sua épica aventura de construção – e denuncia a trágica experiência da exacerbação do poder que fez de Mafra, para os incautos, a suprema glória de D. João V. Aliás, talvez esteja num dos projectos possíveis do Memorial do Convento, esse redimensionamento da própria história portuguesa, como se ele existisse também para rasurar o “discurso da verdade”, segundo o qual caberia ao rei, generoso e pródigo, a construção do monumento, ele que, na verdade, só era capaz de construir simulacros, jogos de armar, fetiches de um Miguel Ângelo em escala minimal. A pedra uma – documento poder -, se indagada diferentemente, pode dar respostas surpreendentes. Ela não é, portanto, inócua, e reverte todo um percurso ideológico que a transformara em modelo da monumentalidade de um século português que se enriquecia com as minas do Brasil. Reavaliada, ela adquire a forma da violência e do abuso do poder e redimensiona – pela construção ficcional da caminhada de Pero Pinheiro a Mafra – a imagem que os discurso ratificadores do poder haviam tecido para sua garantia.

Memorial do Convento expõe um problema citado anteriormente, o autoritarismo. Essa autoridade “investida” por Deus e apoiada pela Igreja faz com que o rei D. João V ordene a construção do convento, mesmo sabendo que a obra representaria a morte de seu povo. Não lhe interessa as vidas humanas que seriam perdidas, ou os maridos que abandonariam suas casas pelo uso da força, deixando as mulheres e filhos desamparados, isso para o Rei seria cumprir uma promessa feita para que ele pudesse ter um herdeiro.

Saramago expõe nesse romance histórico a natureza autoritária do Estado Português, os fatos históricos são ampliados para uma reflexão política de seu tempo. O autor traz fatos acontecidos bem

antes da modernidade, mas que podem ser transportados para a realidade objetiva de um Portugal que sofreu por mais de 40 anos com um Estado Totalitário “Moderno” que buscava um protagonismo internacional às custas da fome de seu próprio povo. A leitura do romance proporciona uma reflexão sobre a diferença entre um Monarca Opressor e um Presidente Ditador. No fim, quem se beneficiava e quem sofria as consequências eram as mesmas estruturas sociais.

O papel da Inquisição da Igreja Católica será decisivo na estruturação de um autoritarismo baseado na censura no país, repressão por meio da violência e penas de morte que vigoraram durante séculos, manchando de sangue a pátria cristã. O impacto da censura inquisitorial foi de muitos séculos; livros eram proibidos e retirados de circulação, outros eram simplesmente destruídos.

A história portuguesa sempre esteve ligada ao autoritarismo e suas modalidades. Em 1547, com a instalação da Inquisição, a censura passou a figurar na realidade do Reino de Portugal e séculos depois com curtos momentos de liberdade de imprensa. Em séculos da Monarquia comandando o país, houve mudanças de regime, mas o caráter autoritário por meio da censura sempre esteve presente. Uma herança de séculos, que não foi novidade durante a Ditadura Salazarista, começou bem antes, como revela António José Saraiva:

O humanismo como impulso criador e crítico anima, pode dizer, a primeira metade do século XVI e atinge o seu apogeu pouco antes de 1550 com o Colégio Real das Artes e o magistério a ele ligados, incluindo as representações académicas de teatro clássico. [...]

Cerca de 1550 ocorrem, com efeito, alguns acontecimentos decisivos [...]. Em 1547 é definitivamente estabelecida a Inquisição em Portugal [...] por André de Gouveia (já falecido em 1548) é posto à margem após um processo movido por inimigos do Colégio. Em 1555 o rei entrega este colégio, rebaptizado como Colégio das Artes, à Companhia de Jesus [...]. A partir de 1557, ano da morte de D. João III, a principal personagem do reino é o cardeal-infante D. Henrique, inquisidor geral, que alterna a regência com a rainha viúva. Em 1564 as decisões do concílio de Trento são promulgadas em Portugal sem restrições, caso único entre os reinos da Europa ocidental. Desde cerca de 1550 foram silenciados mesmo os mais estrénuos erasmistas, como André de Resende, Damião de Góis e Diogo de Teive, e por 1580 está extinta a geração de letrados e gramáticos antiescolásticos que tinham campeado por altura das grandes reformas escolares do início do Reinado de D. João III (SARAIVA, 1978, p.184-185).

Em *O ano da Morte de Ricardo Reis*, Saramago (2010, p.298) constrói a narrativa com o compromisso de evidenciar o momento histórico do fascismo. Além disso, pretendia retratar a vida das pessoas que viveram no início do regime ainda nos anos 30. O discurso irônico do autor beneficia-se da mistura entre ficção e fatos reais:

Se estas são mágoas de uma pessoa, a Portugal, como um todo, não faltam alegrias. Agora se festejaram duas datas, a primeira que foi o aparecimento do professor António de Oliveira Salazar na vida pública, há oito anos, parece que ainda foi ontem, como o tempo passa, para salvar o seu e o nosso país do abismo, para o restaurar, para lhe impor uma nova doutrina, fé, entusiasmo e confiança no futuro, são palavras do periódico, e a outra dará que também diz respeito ao mesmo senhor professor, sucesso de mais íntima alegria, sua e nossa, que foi ter completado, logo no dia a seguir, quarenta e sete anos de idade, nasceu no ano em que Hitler

veio ao mundo e com pouca diferença de dias, vejam lá o que são as coincidências, dois importantes homens públicos.

O escritor expõe com muita ironia a coincidência entre os estilos de Hitler e Salazar, o que no romance pode soar como simples comparação. Na vida real, há muitas semelhanças entre o modo como o Estado foi comandado e como as perseguições ocorriam durante os regimes comandados por ambos. A máquina de matar nazista foi enorme, mas as mortes do povo português nas mãos de Salazar também foram muitas, tanto na perseguição política em si como nas guerras coloniais. Tania Carvalho (1999, p.120) cita os fatos reais que estão presentes na ficção e que são importantes:

É certo que esta tem sempre um pé no real, e isso lhe é dado fartamente pela cidade de Lisboa com suas ruas, casas, o hotel Bragança, os tipos que nela vivem, situações específicas (como o carnaval e o bolido) e, mais do que tudo, o momento histórico este ano-chave de 1936. Em Portugal a ditadura de Salazar; na Europa, a Guerra Civil da Espanha, a Frente Popular francesa, a gestação da Segunda Guerra Mundial com o domínio de Hitler e a expansão nazista na Alemanha, o êxito de Mussolini na Itália; no resto do mundo, a guerra da Etiópia, rebeliões, desequilíbrios, enfim, o desconcerto.

O herdeiro neorrealista Saramago resgatou a forma dos escritores antifascistas de outrora. A luta do autor pretendia que o conhecimento histórico em sua literatura permitisse aos portugueses reencontrar seu passado para entender o presente e, conseqüentemente, agissem diferentemente do período de formação da nação portuguesa ou da história recente. O compromisso do autor com a história é destacado por Tereza Cristina Cerdeira (2014, n.p.):

O ano da morte de Ricardo Reis é um bom exemplo para a ilustração deste viés, até porque, em se tratando de história recente, são os jornais uma fonte rica para a documentação da história. Pouco importa, na verdade, se tais documentos são monumentos do poder – pois é evidente que o são – e, nesse sentido, velam mais do que desvelam aquilo a que aspiraríamos como verdade histórica (conceito utópico, já o sabemos). Porque, como diz bem Jacques Le Goff – com o acento dado ao fato de ser ele um historiador –, em certa medida todo documento é monumento, pois faz parte de um esforço que as sociedades históricas, consciente ou inconscientemente, fazem para deixar uma determinada imagem de si próprias para as gerações do por vir.

O objetivo do escritor era recontar a história portuguesa recente, não com o compromisso de relatar na forma pormenorizada cada acontecimento do ano de 1936, mas aprofundando sua pesquisa sobre os jornais da época. Ele sabia que o ano havia sido chuvoso, a pesquisadora destaca as passagens da obra que faziam referência ao clima chuvoso. O que nos interessa aqui, portanto, é a ficção em favor de uma reconstrução da história, acontecimentos históricos não apenas de Portugal, mas do mundo no ano corrente. A Guerra Civil Espanhola é citada, de modo que o narrador também toma partido ideológico dos jornais da época, que assim também o faziam por meio da censura oficial, o apoio da imprensa portuguesa ao aliado de Salazar era forte e isso consta no romance.

Os jornais da época mantinham o compromisso com o Estado Novo, diminuindo a importância popular na resistência antifascista em Espanha. Esse fenômeno contribuiu para o controle das revoltas populares nos centros urbanos de Portugal. Isso não era necessário no ambiente rural, que era formado

pela massa de trabalhadores analfabetos, entre os quais poderiam se enquadrar os avós do próprio Saramago.

Não importava o que os jornais diziam já que a preocupação com a sobrevivência era maior do que as lutas no país vizinho. A resistência literária de Saramago contra o fascismo não é o objetivo final de sua obra, a obra é apenas reflexo de sua posição do mundo. Sua concepção sobre literatura nos dá margem a pensar nisso quando diz:

Os que escrevemos corremos por vezes o risco de imaginar que a literatura é tudo, o que para além dela não existe mais nada. No entanto, acredito que assim como na nossa vida se vão sucedendo acontecimentos de todo o tipo, também na literatura se sucedem esses acontecimentos, que são expressão do que sentimos e pensamos: a criação é a forma que temos de colocar cá fora as nossas esperanças, as nossas certezas, dúvidas, as nossas ideias. E a minha ideia, ou melhor, a minha preocupação, neste momento ou mais provavelmente desde sempre, ainda nos últimos títulos se tenha tornado mais evidente, é considerar o ser humano como prioridade absoluta. Por isso, o ser humano é a matéria do meu trabalho, a minha quotidiana obsessão, a íntima preocupação do cidadão que sou e que escreve (SARAMAGO, 2013, p. 45).

A palavra empenhada está em favor do ser humano e sem a liberdade deste é impossível pensar em literatura, ou seja, a literatura é fonte para libertação da opressão social. Evidentemente, a censura sempre terá como alvo principal os livros. Assim foi durante a Inquisição e o Estado Novo, os neorrealistas ofereceram a primeira resistência, divulgando romances brasileiros modernistas de forma clandestina. Saramago leu muitos desses autores e anos depois também ofereceu resistência ao fascismo com suas obras. Não se pode esquecer o caso, em um momento contrarrevolucionário, no qual o autor sofreu ao ser demitido do *Diário de Notícias*, ou depois da publicação de *Evangelho Segundo Jesus Cristo*, quando foi perseguido por católicos extremistas e saiu de Portugal para as Ilhas Canárias.

Ainda sobre *O ano da morte de Ricardo Reis*, o livro ironiza o modo como se estabeleceu a ideologia fascista na sociedade portuguesa. Há, no romance, a representação da “maldição” comunista, das posições de classe entre Livia e Ricardo Reis, do burguês reacionário e da trabalhadora que pensava de modo progressista. Outro momento histórico relevante presente no livro é apresentado quando o irmão de Livia, marinheiro que participa de ato revolucionário¹³ que foi abafado pela Ditadura, terminou por atingir os navios em Lisboa, em setembro de 1936.

Saramago segue a tradição do romance histórico de Scott, conciliando um fato histórico importante com uma personagem da narrativa. Os vários acontecimentos que desenharam a história

13 Na Revolta dos Marinheiros (1936), em 8 de setembro, dois navios da esquadra portuguesa promoveram uma tentativa de revolta, tendo sido metralhados pelos fortes da beira do Tejo. O movimento foi em apoio aos republicanos da Guerra Civil Espanhola e contra Salazar.

mundial no ano de 1936 são explorados pelo autor: o massacre na Etiópia, o fascismo avançando no globo após a Grande Guerra, o intervalo de paz, no qual foram solidificadas as bases do fascismo. Além disso, o autor também trata das pessoas que renegam o fato de que se vive em uma sociedade sem classes, da classe média voraz contra o proletariado unido no socialismo e do discurso de ódio posto em prática pelo uso da violência. No episódio da *Revolta dos Marinheiros*, que foi decisivo para o regime de Salazar, matar os silenciosos resistentes civis por meio das torturas realizadas pela PIDE não choca tanto quanto matar militares portugueses em navios da pátria por meio de canhões da Capital Portuguesa, fato de demonstração de força extrema. Ainda diante dos horrores portugueses, o narrador irônico de Ricardo Reis diz:

Claro que na Alemanha o povo é outro. Aqui, a gente bate palmas, acorre aos desfiles, faz a saudação à romana, vai sonhando com fardas para os civis, mas somos menos que terceiras figuras no grande palco do mundo, o mais a que conseguimos chegar é à compararia e à figuração, por isso nunca sabemos bem onde pôr os pés e meter as mãos, se vamos à avenida estender o braço à mocidade que passa, uma criancinha inocente que está ao colo da mãe julga que pode brincar com o nosso espírito patriótico fervor e puxa-nos pelo dedo pai-de-todos que mais a jeito lhe ficava, com um povo destes não é possível ser convicto e solene, não é possível oferecer a vida no altar da pátria, devíamos era aprender com os ditos alemães, olhar como aclamam Hitler na Wilhelmsplatz, ouvir como imploram, apaixonados, Queremos ver o Führer sê bom, Führer aparece, gritando até enrouquecerem, com os rostos cobertos de suor, as velhinhas de brancos cabelos chorando lágrimas de ternura, as férteis mulheres palpitando sem seu túrgidos úteros e ofegantes seios, os homens, duríssimos de músculos, e vontades, todos clamando até que o Führer vem à janela, então só, Heil, assim vale a pena, quem me dera ser alemão (SARAMAGO, 1988, p. 260-261).

O povo português “abençoado” por Deus não sabe louvar seu líder como os alemães, mas curva-se ao líder Salazar, que diferentemente do Führer tem ligação direta com a fé católica. Esse grande acordo entre Igreja, Estado e Classe Dominante, manipulou os destinos da nação e que impregnou a sociedade de um futuro imperialista dominador de outros países que nunca saiu de uma condição de submissão ao Império Inglês. Sobre esse futuro que nunca chega, mas que manipula as vontades individuais do povo, típico das propagandas fascistas, o narrador irônico diz:

Fiados de Deus e Nossa Senhora desde Afonso Henriques à Grande Guerra, esta é a frase que persegue Ricardo Reis depois que voltou de Fátima, não se lembra se a terá lido em jornal ou em livro, se a ouviu em homília ou discurso, se estaria na propaganda do Bovril, a forma fascina-o tanto quanto o sentido, é um dizer eloquente, estudado para mover os sentimentos e afervorar os corações, receita de sermão, além de ser, por sua expressão sentenciosa, prova irrefutável de que somos um povo eleito, outros houve no passado, outros haverá no futuro, mas nenhum por tanto tempo, oitocentos anos de fiança ininterrupta, de intimidade com as potências celestes, é verdade que chegámos atrasados à construção do quinto império, passou-nos adiante Mussolini, porém não nos escapará o sexto, ou o sétimo, é tudo uma questão de paciência, e essa temo-la nós, de nossa natural natureza (SARAMAGO, 1988, p. 321).

Esse povo eleito por Deus, que faz milagres em Fátima, que apoiou de forma incondicional a Igreja Católica na carnificina inquisitorial, esse mesmo povo religioso que sonha em dobrar a humanidade pelo uso da violência, ironicamente vê outros países marginais do capitalismo moderno

ficarem na frente quanto à corrida imperialista. O domínio de outros povos e a herança colonial no Brasil também tem papel fundamental na construção de uma sociedade decadente, que sonha, porém, com o horizonte poderoso baseado na morte e destruição do outro.

O romance vai muito além de dar vida a um heterônimo do poeta moderno mais famoso de Portugal, a persona que Saramago cria dá vida ao passado que não se apagou de seu país. Esse é o passado de uma Europa que se deixou seduzir pelo fantasma nacionalista, que na verdade matou seu próprio povo e fez o uso da violência como fim e não meio, de acordo com os preceitos do direito moderno. O romance faz uma avaliação do passado que não passa, esse que ainda vive no horizonte daqueles que vivem a democracia na década de 70.

História do Cerco de Lisboa é o romance que une o presente ao passado, por meio da narrativa em torno do revisor de texto Raimundo, que modificará a história oficial do país pela inserção da palavra não. A história oficial conta da tomada da cidade de Lisboa do domínio islâmico e todas as consequências do acontecimento com a fundação da Coroa Portuguesa, as batalhas, a participação ativa da Igreja Católica em apoio ao novo rei, entre outros acontecimentos importantes. O romance promove uma reflexão que leva ao questionamento da história oficial e sobre a participação ativa de quem tem o poder das palavras, no caso Raimundo Silva, o revisor de texto que pode mudar os rumos da História e todo um conhecimento relacionado aos acontecimentos que têm consequências diretas para o presente em que vive. Saramago elabora, por meio da ficção, um acontecimento fantástico: a mudança histórica por conta apenas da inserção da palavra *Não*. Entretanto, o questionamento do autor é mais profundo: Quem escreve a história? Quais são as instâncias de poder em torno de quem escreve a história?

O historiador também é ficcionista em alguns momentos, as lacunas dos acontecimentos históricos são preenchidas por ficção, não de forma artística, logicamente. O historiador não se propõe à literatura e suas características específicas, mas o conhecimento histórico é feito por textos oficiais e extraoficiais, que, em sua maioria, são contados por quem tem “poder de fala”. As vozes silenciadas de determinado período histórico, muitas vezes, são registradas por meio da literatura. A posição naturalmente marginalizada do escritor, do poeta, ou de qualquer outro artista será favorável para a elucidação dos acontecimentos históricos em uma perspectiva periférica.

Saramago é herdeiro de uma tradição que enxerga a história de forma antiautoritária, o que começou com Alexandre Herculano em seus romances. Esse último percebeu que as formações municipais portuguesas eram fontes da força popular ainda no século XII e refletiu sobre os documentos históricos e seu papel na modificação dos fatos para mudar a história em benefício de

uma classe. Em *O Bobo*, Herculano discorre sobre o mesmo momento histórico que Saramago narra em *História do Cerco de Lisboa*, narrando, além da tomada da cidade e a batalha ocorrida, os bastidores do poder, o papel da Igreja e o apoio dos Cruzados ao Rei D. Afonso Henriques. Nesse sentido de modificação do eixo histórico da Corte para o povo, Herculano discute o papel da história na manutenção do poder pelas classes dominantes. Sobre a posteridade dos acontecimentos históricos, Horácio Costa (1999, p.101) reflete sobre a obra de Herculano:

Novela ou história, qual destas duas cousas é a mais verdadeira? Nenhuma, se o afirmamos absolutamente de qualquer delas. Quando o caráter dos indivíduos ou das nações é suficientemente conhecido, quando os monumentos, as tradições e as crônicas desenharam esse caráter com pincel firme, o romancista pode ser mais habituado a recompor o coração do que é morto pelo coração do que vive, o gênio do povo que passou pelo do povo que passa. Então de um dito ou de muitos ditos ele deduz um pensamento ou muitos pensamentos, não reduzidos à lembrança positiva, não traduzidos, até, materialmente; de um fato ou de muitos fatos deduz um afeto ou muitos afetos, que se revelaram. Essa é a história da alma do homem não pode falhar, salvo se a natureza pudesse mentir e contradizer-se, como mentem e contradizem os monumentos (COSTA, 1999, p.101).

O historiador, exercendo o papel de romancista, preenche as lacunas dos fatos históricos, que ficam por conta da imaginação dele ou de alguém que foi apenas um escrivão real e torna-se escritor da história de um povo. Ao recontar os acontecimentos dos monarcas portugueses, nesse caso, é fundamental lembrar a importância de Fernão Lopes para a formação da centralidade dos fatos históricos com uma visão da participação popular, o que retirou, de certa forma, os mitos que envolviam os monarcas portugueses em suas batalhas. Assim, a literatura medieval forma uma tradição na literatura portuguesa, por conta do interesse pelo passado.

Saramago tem consciência de todo o processo de poder ligado ao conhecimento histórico e sua relevância para a libertação do povo. Portanto, a história oficial será interposta à literatura pelo engajamento do escritor, mais preocupado com a ideologia e sua participação para o leitor.

Há uma definição que, de certa maneira, marcou o meu percurso como escritor, sobretudo como romancista, e que, tenho de confessar, recebo com uma certa impaciência. Trata-se do rótulo gasto de que sou um romancista histórico, o que se confirmaria tanto por alguns livros que escrevi como pela minha relação com o tempo e posição perante a história. Quero dizer, não obstante, que antes de começar a escrever sustentava como uma evidência palmaria (por outro lado nada original) que somos herdeiros de um tempo, de uma cultura e que, para usar um símile que algumas vezes empreguei, vejo a humanidade como se fosse o mar. Imaginemos por um momento que estamos numa praia: o mar está ali, e continuamente aproxima-se em ondas sucessivas que chegam à costa. Pois bem, essas ondas, que avançam e não poderiam mover-se sem o mar que está por trás delas, trazem uma pequena franja de espuma que avança em direção à praia onde vão acabar. Penso, continuando a usar esta metáfora marítima, que somos nós a espuma que é transportada nessa onda, essa onda é impelida pelo mar que é o tempo, todo o tempo vivido que nos leva e nos empurra. Convertidos apoteose e luz e de cor entre o espaço e o mar, somos, os seres humanos, essa espuma branca brilhante, cintilante, que tem uma breve vida, que despede em breve fulgor, gerações e gerações que se vão sucedendo umas às outras transportadas pelo mar que é tempo. E a história, onde fica? Sem dúvida a história preocupa-me, embora seja mais certo dizer que

o que realmente me preocupa é o Passado, e sobretudo o destino da onda que se quebra na praia, a humanidade empurrada pelo tempo e que ao tempo sempre regressa, levando consigo, no refluxo, uma partitura, um quadro, um livro ou uma revolução. Por isso prefiro falar mais de vida do que de literatura, sem esquecer que a literatura está na vida e que sempre teremos perante nós a ambição de fazer da literatura vida (SARAMAGO, 2013, p. 26-27).

A metáfora entre o passado e o presente é forma de ver esse passado com outros olhos. O conhecimento histórico é fomento para as mudanças do futuro. Quando o escritor relata que não se categoriza como romancista histórico, é para não encaixar sua obra em um rótulo, com regras fixas, por meio das quais, têm importância maior que os anônimos que fizeram parte da história portuguesa.

As bases culturais se encontram na relação com o passado de cada nação. No caso português, é mais emblemático, pois o país viveu a censura inquisitorial por muitos anos, a censura absolutista e, finalmente, a censura do Estado Novo. Nesse sentido, a história foi contada por quem estava no poder e a história do povo ocultada pelo Estado. Nesse sentido, o escritor reflete:

Penso que a verdade na História não está num lugar acessível, onde se possa chegar com facilidade. Abrimos num livro de História e deparamo-nos com uma sucessão de dinastias, de relações fastas ou nefastas entre casas reais, nunca entre povos, de guerras e de pazes, tudo ordenado como se uma mão lógica ali tivesse imposto a sua lei. Nessa História, iluminada com documentos e certificada com selos, dificilmente encontraremos a gente comum, a que parece que apenas tem existência para sofrer os avatares que outros decidem. E, no entanto, sabemos que a História não é apenas coisa de príncipes, daí que o revisor do meu romance decida contrariar o conformismo do historiador abrindo, com a sua decisão, diversas portas para os distintos cercos que existem, que já não são apenas os de Lisboa, são também os de algumas pessoas do Século XII e, obviamente, as barreiras amorosas que separavam o revisor Raimundo Silva e a editora Maria Sara, que esses são os seus nomes e era hora de que ficassem ditos. Em definitivo, o autor aspira a contar a vida das pessoas que não entram na História, ou melhor, o que ambiciona, no fundo, é escrever o único livro impossível: *A História do Passado*, esse tempo que é todo o Tempo, o tempo não organizado e catalogado, onde Miguel Ângelo se confunde com o Homem de Orce, o conquistador aparece junto do separatista que chegará depois, e o anónimo inventor da permuta na troca direta sobressai sobre a nuvem de economistas que trabalham para lograr uma teoria científica que justifique algo tão inumano como o neoliberalismo (SARAMAGO, 2013, p. 39).

O caráter artístico compreende os movimentos dos anônimos da história, pois o protagonismo é oriundo da ficção. A visão de mundo do artista é crucial para explicar o passado controverso de seu país. Essa chave de compreensão é emancipadora para os que releem o seu país sob a ótica literária, pois, a partir dela, é possível compreender o processo histórico de forma não linear. Esse é o caráter dialético da obra de Saramago, a exposição da historiografia positivista e da censura exercida por séculos na nação portuguesa.

No romance, Raimundo Silva deixa de ser revisor de textos e passa a ser revisor histórico. Essa simples mudança de uma palavra ressalta a modificação dos fatos históricos que foram contados por quem detinha o poder na época: o simples trabalhador das letras passa a ser protagonista da história oficial. Isso muda os rumos do presente e do futuro, porque mudar a história, ou o modo como a vemos, muda o povo e seus sentimentos de pertencimento a uma nação.

A estética literária de Saramago combateu ativamente o autoritarismo em Portugal. Mais do que representar uma resistência antifascista, o autor se propôs a repensar os diversos setores da sociedade portuguesa que construída baseada no caráter autoritário que buscou, desde sua formação, um protagonismo para subjugar o outro, sejam eles os mouros, as colônias, ou no caso de *Levantado do chão*, seu próprio povo.

2.4 - Saramago e a opção pela forma do romance histórico

A relação entre fatos históricos e a literatura em Portugal é antiga e diferente de outros países ocidentais. A história portuguesa é preenchida pela ficção, o principal fato que se tornou mítico é o desaparecimento do Rei Sebastião. A partir desse fato, construiu-se um mito nacional, que posteriormente, passou a ser, sob influência do catolicismo, uma promessa religiosa da grandiosidade da nação portuguesa, fenômeno que se intensificou no período de expansão marítima e criou um fenômeno literário específico com *Camões*: a epopeia portuguesa transforma-se em história.

A grandiosidade da nação portuguesa e sua formação foi muito utilizada como retomada mítica ao Estado Novo. Os usos do nacionalismo para justificar as ações reacionárias basearam-se na história do Reino de Portugal. Salazar buscou o apoio da Igreja, assim como no passado de formação da Monarquia Portuguesa, o clero esteve presente diretamente na ascensão de Afonso Henriques na Batalha de Ourique¹⁴. Nesse confronto, Afonso Henriques afirma ter visto Jesus Cristo no campo de batalha, iniciando-se, assim, uma tradição mítica em torno da nação portuguesa.

Dessa herança, na qual a ficção completa a história, criou-se uma tradição romanesca em que o romance histórico é responsável por estabelecer os fatos históricos, por isso o papel grandioso de escritores como Alexandre Herculano e Almeida Garret. Formou-se, portanto, uma literatura nacional baseada em mitos religiosos, aumentando os fatos importantes relacionados aos poderosos líderes da nação. Não é coincidência que o nacionalismo do Estado Novo não enfrentou fortes resistências na sociedade portuguesa.

Márcia Zamboni Gobbi (2011, p. 62), em *A ficcionalização da História*, explica a importância da ficção para a construção histórica de Portugal e suas influências sobre os fatos reais. A literatura,

14 Batalha em que os cristãos, liderados por Afonso Henriques, derrotam os Mouros, mesmo estando em desvantagem. A lenda diz que, no campo de batalha, D. Afonso vê Jesus Cristo.

por meio do romance histórico, reconstrói o passado, que, desde o início possui mais de ficção do que elementos históricos reais. Sobre isso, a autora esclarece:

É portanto, a fala de Afonso Henriques que dá sustentação ao nascimento mítico da nação: tendo como referente imediato outra fala – a do próprio Cristo –, constrói-se como um signo sobreposto e instala-se definitivamente no campo da realidade da linguagem, que cria sua própria referência, inventa as suas próprias fontes. Mais que qualquer outro, este é o argumento definitivo que, nossa hipótese de trabalho, situa a origem de Portugal na esfera do mito: a sua construção discursiva. Como se vê, esse discurso está também diretamente ligado à necessidade de afirmação de um poder, de legitimação de uma autoridade, traço fundamental da necessidade de solidificar a ideia de uma origem divina para a nação. É por isso que foi preciso justificar a imagem assumida – da nação eleita – por um retorno mitificador às origens, operado pela linguagem, pela construção de uma narrativa que sobreponha ao acontecimento histórico a significação que o alça, como milagre, à esfera do sagrado.

O mito da nação escolhida pelos desígnios divinos faz com que a ficção se utilize dos fatos históricos. Posteriormente, a ficção literária recontou os fatos ditos históricos. Realiza-se, desse modo, uma ficção da própria ficção, ou seja, os romancistas históricos como Herculano e Garret debruçam suas atenções sobre fatos históricos controversos, contaminados diretamente pelo catolicismo. Dessa forma, os autores criaram uma tradição de legitimação da autoridade portuguesa, o que foi fundamental para a composição de uma sociedade baseada no autoritarismo e consagrada com a “Santa Inquisição”.

Em contrapartida ao crescimento da história como ciência, em Portugal houve o fenômeno de conservação do mito fundacional em função de sua utilidade funcional. Essa é a importância de Alexandre Herculano como historiador e romancista. O autor retirou o caráter transcendental do próprio Afonso Henriques, no romance *O Bobo* (1878), expondo o Rei em seu caráter humano no conflito com a própria mãe.

É curioso notar que esse processo de construção de uma imagem de Afonso Henriques conveniente à construção do sentido de ser ele missionário de Cristo à frente do seu povo eleito se dá pelo apagamento de uma série de acontecimentos que a própria história já registrara e que certamente maculavam o modelo. Não é difícil nos lembrarmos, por exemplo, de que ele manda prender a própria mãe, D. Tareja, como uma das estratégias de persuasão de que se utiliza para reivindicar seus direitos sobre o então Condado Português. Tampouco nos é novidade a nomeação do bispo negro, que Herculano immortalizou no seu conto memorável e que registra uma consciente e ousada desobediência à autoridade papal, a que se segue a sua excomunhão, seguida, por sua vez, das ameaças de morte que o Rei faz ao cardeal que o viera prevenir contra suas heresias (GOBBI, 2011, p. 63).

A importância do romance histórico para o despertar das contradições na construção da história portuguesa, gerando uma percepção crítica de extrema importância dentro de uma sociedade construída sob censura religiosa ou monárquica. A contribuição da literatura e da forma romanesca foi essencial para reconstrução dos fatos históricos, o que depõe contra o mito da nação escolhida, no século XIX, criado pelos romancistas portugueses. Nota-se o processo de apagamento desses autores,

durante o Estado Novo, de modo a romper com essas ligações, referenciando autores como Camões para traçar a importância das navegações e intensificar o mito do “Império Português”, o que reforça o caráter imperialista do regime.

O romancista retoma o caráter ambíguo da história, baseado nas relações de poder para a construção do fato histórico. A partir do século XIX, o romance português se voltou para as ambiguidades entre o privado e o público, o que favoreceu a história dos anônimos que participam ativamente do processo histórico. A herança literária de Saramago desses autores fez com que o autor representasse a formação nacional com um elemento que o destacou de seus precursores: o fascismo.

Em defesa do capitalismo, e contra toda forma de socialismo e equidade social, o Estado Novo justificou suas medidas de perseguição a opositores e ações autoritárias do passado português. Nesse cenário, a literatura foi importante para a resistência contra os abusos ditatoriais.

Vimos que a leitura da História, via romance, é uma operação cujo movimento fundamental é o jogo ambíguo, a tensão entre um afirmar e um duvidar, uma incorporação da História que, simultaneamente, questiona sua verdade. Esse movimento manifesta-se, na construção da narrativa, por meio dos aspectos que vimos analisando: a (con) fusão temporal, a sobreposição de espaços, o rebaixamento dos personagens e a do narrador (que é, enfim, o regente dessa (des) ordem) (GOBBI, 2011, p. 83)

A ambiguidade do texto ficcional forjou as bases para o questionamento da realidade objetiva, trazendo peso maior aos fatos do presente. Isso favorece ao leitor perceber a formação nacional a partir dos acontecimentos do presente. Esse leitor, no turbilhão dos fatos reais, em meio ao processo revolucionário, busca na literatura as bases para a compreensão da realidade. Isabel Pires de Lima (1996, p. 137) analisa os romances da década de 1980:

Não é impunemente que uma velha nação secular, senhora do último dos impérios coloniais, quer essa posse fosse vivida numa delirante atitude eufórica ou com uma dramática má consciência, se vê subitamente reduzida à sua dimensão europeia. Cinco séculos de império, quarenta anos de mística imperialista em plena era de descolonizações, quinze anos de guerra colonial e no fim de tudo um rectângulo a ocidente da Europa, na cauda do desenvolvimento económico e social, não podia deixar de gerar perplexidades, interrogações, medos.... Quem somos nós? Que destino é agora o nosso, agora que já não há mais mundos aonde levar europas, agora que o mar deixou de ser ultra-mar, agora que nós somos apenas nós? E agora, José?.

A mística imperialista deixou de existir com a *Revolução dos Cravos* e propôs ao povo português um novo desafio: Para onde expandi? Na contramão desse questionamento, a resposta seria olhar para si, olhar para seu papel no mundo globalizado e globalizante, em uma Europa sem barreiras nacionais. Os romances da década de 80 são importantes para essa nova perspectiva nacional sem nacionalismos. Forma-se, assim, uma cultura lusófona que abarca as literaturas africanas, em um universo de constante recriação da memória nacional das antigas colônias.

De país multirracial e multicontinental, de povo em diáspora, eis-nos tornados, ou retornados, Europa; de centro de um império, foco irradiador de civilização, mesmo que a civilização quase já só tivesse a face de uma administração repressiva e de uma guerra sem perspectiva de fim, eis-nos periferia, parentes pobres e distantes de uma Europa rica, com tendência a irradiar tudo o que não seja ela própria, cujos centros de decisão sentimos escaparem-nos e que de nós pouco sabe. Somo o país de Fernando Pessoa, esse excêntrico poeta que se desmutiplica em vários? Ou um povo de velhos argonautas que paradoxalmente continua a esperar um jovem rei, há século desaparecido no norte de África em mais uma aventura imperial – D. Sebastião –, atravesse séculos de bruma para cumprir a promessa de um outro poeta visionário – Camões = que, para ele anunciara o destino messiânico de ser a *Maravilha fatal da nossa idade*.

Ora, a conjugação do clima finissecular com o circunstancialismo do nosso percurso nacional concorre, ao nível do imaginário nacional, em geral, e do imaginário cultural e literário, em particular, para um questionamento da pátria, do seu destino presente, em função de um passado entre mitificado e real, prova-o a multiplicação, dos anos 80 para cá, de oficiosos rituais rememorativos das glórias de antanho, de ensaios sobre a identidade nacional, de novas histórias de Portugal, de textos ficcionais que constituem narrativas de destino pátrio (LIMA,1997, p. 130).

Nesse ambiente, configura-se o romance, na década de 70 e por toda a década de 80 em Portugal, não somente com Saramago, mas com outros escritores como António Lobo Antunes, com o romance *As naus* (1978). O passado e suas contradições foram objeto de reflexão da literatura portuguesa desse período. O engajamento social iniciado no neorrealismo, como resistência antifascista, repensou as bases sociais de um Portugal liberto do autoritarismo e em busca de sua própria história.

Compreendendo o romance histórico como gênero, de acordo com as proposições de Lukács (2011), ficam claro os motivos para a escolha de Saramago por essa forma romanesca. Diante dos contrastes da modernidade e as heranças do gênero épico dentro da literatura, tem-se o desafio de constituir o romance como retrato da cultura da modernidade, da individualidade do homem em contraponto com a coletividade na literatura epopeica. Nesse sentido, o herói do romance não percorre os caminhos do herói épico, mas vive os desafios do mundo reificado, que podem ser maiores do que os deuses de outrora.

O romance visto como forma literária autêntica da modernidade teve um papel primordial para a cultura e fez do escritor o artista mais comprometido com a crítica social. De forma progressiva, o gênero avançou em seu papel ideológico e participou ativamente das mudanças culturais. Após a Revolução Russa, o papel libertário da arte na União Soviética fez com que o gênero se tornasse fonte de protagonismo do povo dentro do processo contraditório da história. É no romance que a luta de classes pode se tornar o retrato social mais fidedigno possível da realidade, e as estruturas sociais tornam-se límpidas quando vemos o drama do herói romanesco na sua sobrevivência cotidiana. Além disso, a relação do trabalho no capitalismo, em sua fase imperialista do século XX, também é representado no gênero.

O horizonte revolucionário possível despertou nos verdadeiros artistas a combatividade em romances engajados. O sucesso da União Soviética possibilitou que o protagonista do romance fosse o trabalhador, o homem comum. O marxismo poderia explicar as contradições do sistema capitalista e sua galopante desumanização. A visão de mundo dos escritores engajados pelos países periféricos do capitalismo formou uma corrente ao redor daqueles que sempre foram subjugados diante do imperialismo capitalista. Os regimes de direita tentaram sufocar de forma violenta os artistas desses países e o uso de censura e tortura foram práticas recorrentes no sufocamento da forma artística.

A condição histórica de Portugal, devido à marginalidade na modernidade do capitalismo, foi tema de várias obras de Saramago. Em *História do Cerco de Lisboa*, o autor ironiza as condições de formação da nação portuguesa e evidencia a posição da Igreja no Estado Português, desde o fim do período feudal ao início da Monarquia Portuguesa.

O uso do romance histórico para explicar a realidade do presente e promover uma perspectiva sobre o futuro da nação portuguesa foi necessário para o escritor, principalmente no início de sua carreira como romancista. Isso porque o romance histórico como gênero tinha o papel de sedimentar as bases para o leitor interpretar a realidade local de seu país e sua condição periférica. Como intelectual, Saramago pensou nas transformações sociais de seu tempo, deixando explícita a formação histórica portuguesa ao evidenciar as estruturas de poder desde o início da formação da nação portuguesa. Ao descrever, em *Levantado do chão*, de forma rápida, as oligarquias rurais do país, o autor expõe a elite rural portuguesa e seu conservadorismo religioso. Pode-se, portanto, refletir sobre o exercício do poder na história portuguesa por meio da arte literária.

Recontar a formação da nação portuguesa na forma de romance histórico traz a responsabilidade do escritor para a formação de uma nova verdade nacional, do compromisso do artista em desconstruir a verdade nacional sobre o Salazarismo. Essa atitude revela a quem o Estado Novo servia e se beneficiava dos acordos nacionais. Ao recontar de forma literária a história, tem-se acesso à visão de mundo do mais fraco, do anônimo que sofreu torturas no campo, daqueles que morreram e não entraram para as estatísticas oficiais.

A opção pelo romance histórico como um gênero serve para evidenciar a importância de delimitar o espaço do povo português no ambiente imperialista do pós-guerra. Nesse sentido, a proposta do autor de recontar a formação da nação portuguesa, por exemplo em *História do Cerco de Lisboa* (2011), parte do sentimento de reconstruir o que veio a se tornar o povo português e sua posição no mundo. Quando o escritor faz a opção pelo humanismo, para observar a realidade objetiva, ele consegue transmitir o sentido exato de emancipação diante da apologética, o que traz a realidade deformada do mundo capitalista. Desse modo, Saramago cumpre sua tarefa de escritor realista.

A posição de intelectual português é relevante diante de uma União Europeia que se formava no contexto anterior à queda do Muro de Berlim. Os países europeus que se libertavam das ditaduras de direita seguiam com governos democráticos de esquerda, mas representavam um perigo para os interesses dos países centrais que representavam o liberalismo moderno no período pós-guerra. O fechamento do ciclo colonial de Portugal representava uma postura mais subserviente do país diante das potências capitalistas, o que também influenciou na postura de Saramago sobre sua condição de português.

Nessas condições históricas, o universal e o local se complementam nas obras do autor. A reconstrução da história do país é para construir uma nova identidade não de Portugal em si, mas do sistema literário que refletiria a posição esmagadora sobre as colônias, o processo imperialista falido e suas consequências para um povo recém-liberto de um Estado Autoritário. Essa nova estética entrou em contato com o macrossistema literário em torno dos países de língua portuguesa, o que começou com a recepção do Romance de 30 e o movimento neorrealista português.

Ao estabelecer uma nova visão do homem português, Saramago torna sua obra universal. Isso aconteceu não porque os estudos culturais propõem uma nova visão sobre o perfil perigoso da colonização por meio da cultura, mas porque o escritor, por meio da obra literária, conseguiu demonstrar as estruturas sociais do capitalismo.

A capacidade de atingir um tal conhecimento íntimo do homem é o triunfo do realismo na literatura. É evidente que um escritor pode se abrir para uma tal concepção do homem somente quando houver superado, em si mesmo, os preconceitos equivocados que a burguesia divulga sob as mais variadas formas de respeito do homem e do mundo, do indivíduo e da sociedade, da vida interior e exterior da pessoa humana.

Contudo, autoconhecimento e conhecimento do mundo são inseparáveis. Não é possível que o homem supere em si mesmo os traços da decadência sem conhecer e compreender as mais profundas estruturas da vida, sem quebrar a casca superficial que, no capitalismo, recobre as ligações mais ocultas e a mais oculta unidade contraditória; aquela casca que a ideologia da decadência mumifica e vende como algo definitivo. A profundidade da intuição estética, da aproximação da realista à realidade, é sempre constituída – qualquer que seja a concepção do mundo formulada pelo escritor no nível conceitual – pelo impulso a nada aceitar como resultado morto e acabado e a dissolver o mundo humano numa viva ação recíproca dos próprios homens. Portanto, todo realismo verdadeiro implica a ruptura com a fetichização e com a mistificação. Quando os preconceitos da sociedade classista são tão enraizados num escritor que tornam impossível esta dissolução da sociedade nas mútuas relações humana, ele deixa de ser realista (LUKÁCS, 2010, p. 81).

É nesse caminho que a obra estudada se estrutura, na medida em que o romance evidencia as contradições da sociedade portuguesa diante de um objetivo nacional estabelecido pela ideologia capitalista adotada pelo Estado Novo. A teoria de Lukács sobre o realismo se aplica muito bem a *Levantado do chão*, na qual a poética de Saramago é ostensiva em várias partes da narrativa. Em outros romances do autor, é possível perceber a visão poética da humanização. Podemos avaliar que

o discurso irônico fortalece a visão de contradição no mundo capitalista e a visão aristotélica do homem diante da vida.

Propusemos aqui um olhar sobre o romance histórico como perspectiva estética de um escritor engajado. O projeto literário de Saramago, com seus romances históricos, tem como eixo o desnudamento das estruturas sociais nocivas de Portugal. Não podemos deixar de citar a importância de *O ano da morte de Ricardo Reis* nas passagens que retratam o Estado Novo. Fica evidente que o foco desse romance é outro, ainda assim, o elemento histórico está na ironia dos relatos sobre o período. Isso evidencia a importância do conhecimento histórico, por meio da estética e não pela historiográfica oficial, tencionando a construção de uma nação consciente de sua história.

2.5 - Fascismo e acordos nacionais: Estado, Igreja, Classe Dominante

A postura periférica de Portugal em uma Europa industrializada tem relação direta com a participação da Igreja de forma ativa no Estado e o controle do Iluminismo, que revolucionou os países da Reforma Protestante e atrasou de forma aguda os países ibéricos. Criou-se uma hegemonia que dominaria por séculos o país em um acordo de atraso entre Igreja, Estado e classe dominante. Essa última era formada por uma burguesia herdeira da aristocracia, que batalhou em seu movimento reacionário desde as revoluções proletárias que dominaram a Europa e foi barrada de forma permanente pelo autoritarismo lusitano em todos os regimes de organização estatal pelos quais passou Portugal.

O analfabetismo endêmico e o atraso social não são apenas aspectos históricos longínquos da realidade do autor, pois seus avós eram camponeses analfabetos. O atraso de Portugal foi aspecto impactante na realidade objetiva de um povo que sofria o esmagamento econômico do período entre guerras, juntamente com um Estado preocupado em satisfazer os interesses dos bancos estrangeiros credores do país em detrimento do famélico povo do campo. Esse era o povo que plantava trigo para alimentar a Europa em guerra. É intrigante como as relações de poder auxiliavam, na sociedade portuguesa, o processo hegemônico da elite que se beneficiava do atraso social.

Para entender a importância da resistência antifascista de José Saramago, é interessante lembrar que, por diversas vezes, o escritor demonstrou a capacidade do humanismo de mudar os rumos do mundo apologético. Para isso, era importante retomar a relevância dos direitos humanos e alcançar a emancipação humana diante de um mercado que dominava a Europa sobre domínio da

União Europeia. Nesse momento, havia mais preocupação com o mercado comum do que com o bem-estar de povos diferentes que precisavam se unir. Em discurso pronunciado no banquete do Prêmio Nobel, o autor comenta:

Nestes cinquenta anos não parece que os governos tenham feito pelos direitos humanos tudo aquilo a que, moralmente, quando não por força de lei, estavam obrigados. As injustiças multiplicam-se no mundo, as desigualdades agravam-se, a ignorância cresce, a miséria se alastra. A mesma esquizofrénica humanidade que é capaz de enviar instrumentos a um planeta para estudar a composição das suas rochas, assiste indiferente à morte de milhões de pessoas pela fome. Chega-se mais facilmente a Marte neste tempo do que ao nosso próprio semelhante (SARAMAGO, 2013, p. 90).

Ainda nesse discurso, o escritor destaca que alguém não está cumprindo seus deveres com a humanidade ou todos aqueles países estão fechando os olhos para as mazelas humanas. Esse discurso, mesmo depois de mais de uma década após a Revolução dos Cravos, demonstra que o escritor manteve seu horizonte democrático e, mais ainda, seu posicionamento frente aos imperialistas do mundo. Não por coincidência, ele cita o programa espacial dos EUA, não porque os tenha como inimigos, mas pela sua posição natural de democrata; não liberal, porém marxista na essência, o qual dialeticamente volta sua estética para a raiz da vida: o homem.

A tríade do atraso português, citada anteriormente, formou as bases para a escrita mais do que engajada de Saramago. Pode-se dizer que sua estética era combativa, a qual enfrentou, por meio da ironia, em seus romances, a estrutura decadente da sociedade portuguesa. A sociedade se baseava no atraso em contraste com a modernidade do restante da Europa, e aventurou-se pelo liberalismo que se sustentava em uma estrutura autoritária surgida a partir da Inquisição, e que se prolongou com outros formatos e em outros setores do Estado.

O modelo liberal inglês nunca seria alcançado, serviu, no máximo, para a ascensão de Salazar como Ministro das Finanças. Nesse momento, viu-se as garantias dos privilegiados serem perpetuadas por mais de 40 anos. O Estado era inerte em relação aos mais pobres, havia alta concentração de renda com poucas pessoas. No Estado Novo, novo existia somente no nome, pois nesse momento criou-se uma estrutura capitalista decadente, mantida ao custo de muitas vidas portuguesas e principalmente africanas.

O ganhador do Prêmio Nobel seguiu seu percurso literário sempre refletindo sobre sua nação, as contradições históricas que formaram a cultura lusitana e a posição ibérica dentro da Europa. Importante citarmos o livro *A Jangada de Pedra*, que reflete o papel desses dois países isolados na Europa pelo capitalismo periférico, catolicismo e outros fatores. Nessa perspectiva, a professora Sandra Ferreira (2015, n.p.) elucida o que a ficção tem por intenção criticar:

Côncio da realidade nacional de povo empobrecido, atrasado social e economicamente, com percentuais de analfabetismo marcantes na Europa Ocidental, Saramago parece crer que Portugal e Espanha constituem os dois lados de uma mesma moeda de pouco valor engastada na Europa. Utiliza a distância entre Portugal e a Europa da primeira e segunda revoluções industriais como fundamento para uma metáfora eloquente: “jangada de pedra”, capaz de remeter, simultaneamente, a um distanciamento historicamente efetivo, associado a peso imutável do que foi, e a um distanciamento almejado, voltado para a possibilidade do que será. O sintagma “jangada de pedra” retoma dois aspectos arquetípicos da existência: dinâmico, associado à jangada como símbolo de travessia, e estático, representado pela pedra como elemento fundador do sedentarismo, ora suspenso pela força do vocábulo e que a pedra se subordina.

Saramago estabelece sua crítica permanente sobre os problemas de sua nação e volta o olhar, sempre que possível, para a debilidade da religiosidade pautada na aliança do atraso em Portugal, acontecido de forma parecida também na Espanha. Nações irmãs nas alianças entre Igreja Católica e soberanos, sejam eles monarcas, soberanos das armas ou soberanos fascistas: Salazar e Franco. A obra de Saramago é fundamental para refletir sobre a formação histórica de Portugal que, mesmo após a *Revolução dos Cravos* e todas as mudanças sociais causadas por sucessivos governos de esquerda, não foi capaz de lançar luzes sobre o período tenebroso do Estado Novo. A figura de Salazar como um Chefe de Estado comum, e não como um Ditador dos mais longevos na história mundial, e a ausência de imparcialidade da reconstrução histórica facilitam a descaracterização do Estado Novo como movimento fascista. O professor Luís Reis Torgal (2009, pp.301-302) esclarece:

Assim, pode-se dizer que, apesar das acusações de “fascismo” que caracterizaram o discurso ideológico dos críticos de Salazar e do Estado Novo, produzidas durante o regime e depois da sua queda, haveria condições favoráveis para que, logo que passasse a “onda antifascista” que acompanhou a revolução de Abril de 1974 e surgisse uma consciência crítica à ainda jovem “democracia”, viesse ao de cima um “branqueamento” de Salazar (que nem sequer foi um “ditador” que assistiu à queda do regime e sim o seu sucessor, Marcello Caetano) e do Estado Novo que tinha criado. E essa tendência seria ainda mais evidente desde que aparecessem “narrativas”, mesmo que críticas, acerca da vida de Salazar que, no seguimento de algumas edições, portuguesas ou estrangeiras, publicadas no seu tempo sobre a sua intimidade, dessem conta da imagem de um “ditador” paternal, aldeão, solitário, com os seus dramas sentimentais... De resto, quanto mais se dá uma visão rural de Salazar – que (a nosso ver) só em parte é verdadeira – mais haverá tendência para criar um movimento de simpatia, que se transforma numa visão forte de honestidade, normalmente posta em contraste com os divulgados “escândalos da República”. Por isso, e devido à falta de um ensino sólido sobre a história do Estado Novo e do 25 de Abril e à não existência de um marco memorial forte e completo sobre a história do salazarismo, existem condições favoráveis para que se conclua, no domínio de uma história mais imagética do que científica, que o fascismo nunca existiu.

Essa imagética social citada pelo professor dá espaço para interpretações errôneas do que foi a repressão do regime, as mortes provocadas pela PIDE, as torturas e outras práticas de um Estado de Exceção. Houve ataques e discurso de ódio contra comunistas durante o Estado Novo. A falta de enfrentamento da sociedade civil sobre tempos tenebrosos a impede de encarar a verdade dos regimes totalitários, o que pode ser uma forma de construir uma sociedade democrática baseada nos direitos humanos. Retomar o passado da ditadura é imprescindível para que não se repitam erros do passado.

Debruçar-se sobre o passado autoritário é importante para que a sociedade discuta democraticamente a formação do Estado Autoritário e principalmente a permanência cultural desse modelo político. Assim, a sociedade civil pode entender o que se carrega de herança dos tempos sombrios e quais alianças do passado perduram nas estruturas de poder. Há muito interesse para que as pessoas não estudem a história contemporânea sobre os regimes totalitários do século XX, não porque muitos dos algozes estejam vivos, e sim por conta das posições corporativas que ainda insistem em alianças baseadas no interesse econômico em detrimento da democracia.

A *Revolução dos Cravos* foi muito positiva para o enfrentamento da extrema direita de todos que compuseram o Estado Novo, porém percebemos que, em todos os países que sofreram com o totalitarismo no século XX, ainda há dificuldades em avançar nos estudos do passado. Não se trata de revanchismo ou punição somente a um lado dos agentes do momento histórico, é importante estudar a história para desfazer as alianças corporativas que podem retornar o poder político para as mãos que buscam o discurso autoritário.

Nesse momento de crescimento da extrema direita no mundo globalizado do século XXI, é primordial o debate sobre os acontecimentos históricos que caracterizaram o século XX como o século do autoritarismo. O professor António Costa Pinto (2014, n.p.), no livro intitulado *O passado que não passa*, trata da necessidade de revisão dos estudos sobre os regimes autoritários. A importância dos estudos sobre o Romance Histórico vem ao encontro da capacidade da sociedade atual em interessar-se pela história de seu país, visto que a linguagem literária transforma a discussão sobre o passado em algo vivo, que, além disso, pode modificar a visão de mundo atual dos leitores.

Dentro dessa perspectiva, os estudos apontam para a participação ativa da Igreja no Regime Salazarista com a aliança direta entre o Ministro das Finanças e a direção do Clero no Estado Novo. Essa aliança oficial aproximou a Igreja dos mecanismos de repressão, quando muitos cidadãos que se alinhavam à esquerda eram denunciados devido ao controle da população pela instituição religiosa no interior de Portugal. Em *Levantado do chão*, o autor deixa claro em diversas passagens do romance a aliança entre a Igreja e os latifundiários.

Em estudo aprofundado sobre o Estado Novo, o professor Luís Reis Torgal cita diversos pesquisadores que apontam a resistência católica ao Regime Salazarista, ou seja, não houve um acordo supremo entre a direção da Igreja em Portugal com Salazar. Muitos padres participaram da resistência auxiliando os perseguidos pelo Estado, principalmente denunciando as mazelas das Guerras Coloniais. Diversos párocos exilaram-se por serem opositores do governo.

Muitos acontecimentos históricos podem ser estudados e Saramago vez ou outra os cita em seus romances. Os milagres de Fátima, por exemplo, são citados em *O ano da morte de Ricardo Reis*. Esses acontecimentos são objetos de estudo de historiadores interessados na religiosidade e seus conflitos com os interesses políticos na época do Regime. Mais uma vez, citamos o professor Torgal (2009, p. 379):

Devem, porém, contar a salientar-se as dificuldades que o historiador sente constantemente ao procurar analisar alguns arquivos da Igreja, acto imprescindível para ter uma visão científica de personalidades e problemas que historiograficamente não podem ser encarados de um ponto de vista confessional. Haja vista o estudo da questão de Fátima, a que já nos referimos, que poderá, eventualmente ser analisado não apenas como um dos elementos integrativos da ideologia do regime, mas também como elemento de risco para o salazarismo, pois por ali passava uma espécie de “romantismo” e “internacionalismo católico”, ainda que , eventualmente, de carácter conservador, que culminou com a visita de Paulo VI a Fátima (1967), que, pouco tempo depois, receberia os líderes dos movimentos independentistas de Angola, Moçambique e Guiné (1970).

As diversas faces de um regime de muitas décadas demandam análises de diversas perspectivas. A tarefa da obra literária é despertar o interesse do leitor para a importância da história em nosso presente. As controvérsias do salazarismo são as mais diversas e, por isso, a literatura é importante para reconstrução do passado histórico, servindo para compreensão da sociedade e da cultura na atualidade.

2.6 - Fascismo e resistência popular

Enquanto a censura era a forma de controle mais abrangente do Estado Novo sobre o povo, a linguagem literária ganhou força, não porque fosse a a melhor forma de resistência pacífica, mas por seu caráter naturalmente popular. A poesia neorrealista, no início do regime, foi fundamental para estabelecer os encontros do povo com a voz sufocada pelo regime. Relembrando o caráter coletivo do gênero épico, heróis anônimos, que apanhavam nas ruas e sofriam torturas em nome da liberdade, declamavam poesias. O avanço da rigidez da censura e a criação da PIDE trouxe mais medo àqueles que faziam literatura, mas inspiraram muito outros escritores, como Saramago.

A resistência da literatura contra o discurso de ódio e violência em defesa do humanismo e multiculturalismo foi o foco dos primeiros romances de Saramago. Esses fizeram a reconstrução da história portuguesa após a Revolução de 1974. A necessidade do escritor era de dar voz aos silenciados pelo regime, que durou tantos anos e matou diversos indivíduos, inclusive do próprio país. Repensar o nacionalismo lusitano, composto por uma religiosidade que prejudicava o povo mais pobre, e a elite nociva, que se beneficiava dos atrasos sociais atrelado a uma visão patriótica e não

nacionalista, são alguns desafios que Saramago enfrentou para uma resistência ideológica e pacífica. Isso foi importante para que se desfizesse a máscara de Salazar como um homem bondoso para Portugal.

Sabe-se que a ideologia fascista faz uso da violência em um Estado pretensamente democrático e que o avanço do direito para uso de uma classe dominante faz com que se deforme o exercício das liberdades individuais. Tudo isso resulta em Estado de Exceção, algo amplamente comum no século XX em diversos regimes totalitários. Em *Escritos sobre Mito e Linguagem*, Walter Benjamin (2011, p. 122) trata sobre violência e direito:

... Em princípio, a violência só pode ser procurada nas esferas dos meios, não dos fins. Com estas constatações obtêm-se mais aspectos para a crítica da violência e, todavia, talvez diferentes do que pode parecer à primeira vista. Pois, se a violência for um meio, então parece haver, se mais, um critério para a sua crítica. Este se impõe na pergunta se a violência é e determinados caso meio para fins justos ou injustos. Sendo assim, sua crítica estaria implicitamente dada em um sistema de fins justos. Mas não é bem assim. Pois o que um tal sistema incluiria – aceitando-se a hipótese de que estivesse assegurando contra todas as dúvidas – não é um critério da violência em si mesma enquanto princípio, mas um critério para os casos de sua aplicação. Permaneceria ainda sempre aberta a questão se a violência em geral, enquanto princípio, é ética, mesmo como meio para fins justos.

O monopólio da violência é do Estado. Esse contrato, que remete ao próprio fim do absolutismo, tem sua deformação com os Impérios Modernos, o uso dos exércitos mercenários e, de forma mais latente, com Napoleão. Com o avanço das repúblicas como forma de organização do Estado e do contrato social, no qual os cidadãos abrem mão de suas liberdades individuais em troca da civilidade e do estado de direito, o uso da violência se transforma em uma característica de demonstração de poder daqueles que controlam o uso do direito natural. Resumindo, o controle da polícia e o uso da força está com quem detém o poder estatal, acompanhada de uma obediência civil às leis e normas sociais.

A mudança fundamental para a explosão do uso da violência pelo Estado contra seu próprio povo está nos tiranos modernos. Esses institucionalizaram a violência como força de controle social e político, abusando da máquina pública para interesses privados e deformando o modelo democrático natural entre os três poderes. O período que antecedeu a Revolução Russa é exemplo do abuso da violência, com a qual Nicolau II matou pessoas do povo, e sua utilização não como um “meio” de controle social, mas como fim injusto – o massacre em frente ao Palácio Real. Desse mesmo modo agiu Salazar, autorizando o bombardeio aos navios na costa de Lisboa. Esse evento resultou na morte dos marinheiros revolucionários em 1936.

Toda violência como meio é ou instauradora ou mantenedora do direito. Se não pode reivindicar nenhum desses predicados, ela renuncia por si só a qualquer validade. Daí resulta que toda violência como meio, mesmo no caso mais favorável, participa da problemática do direito em geral. E mesmo que, nesta altura da investigação, não se possa enxergar com

certeza o alcance dessa problemática, o direito, depois do que foi dito, aparece sob uma luz ética tão ambígua, que se impõe naturalmente a pergunta se não existiriam outros meios, não-violentos, para a regulamentação dos interesses humanos em conflito (BENJAMIN, 2011, p. 136).

A violência de um Golpe de Estado é instauradora de um direito, porque cria um mecanismo que autoriza a tomada de poder. O suposto bem-estar social, ou até mesmo a propriedade privada vista como sagrada no capitalismo, é o que causa medo de uma revolução proletária, visto que dá poderes ilegítimos para parcela da sociedade se autodeterminar garantidora de um Estado de Direito. Essa mesma classe da sociedade se beneficia diretamente do uso da violência do Estado contra a outra parcela, o proletariado. É importante lembrar que o uso da instituição policial também é deformado para garantir que essa força funcione apenas com aqueles que se encontram à margem da sociedade. Isso salienta a quem o Estado serve: à burguesia.

Em uma combinação ainda mais contrária à natureza do que na pena de morte, numa espécie de mistura espectral, estes dois tipos de violência estão presentes em outra instituição do Estado moderno: a polícia. Esta é, com certeza, uma violência para fins de direito (com o direito de ordenar medidas). O infame de uma tal instituição – que é sentido por poucos apenas porque as competências dessa instituição raramente autorizam as intervenções mais brutais, enquanto permitem agir de maneira ainda mais cega nos domínios os mais vulneráveis e sobre indivíduos sensatos, contra os quais o Estado não é protegido por nenhuma lei – reside no fato de que nela está suspensa a separação entre a violência que instaura o direito e a violência que o mantém (BENJAMIN, p. 135).

A polícia, exercendo o monopólio da violência, exclui permanentemente o povo, porque afasta o proletariado dos movimentos que poderiam emancipar sua situação. Em um Estado de Exceção exercido permanentemente, essa polícia fará um tribunal clandestino de morte, com a sentença sendo exercida não pelo poder judiciário, mas pelo exercício da violência contra seus inimigos políticos. Por isso, Salazar exerceu seu poder (e ódio) por meio da PIDE. Saramago transporta esses acontecimentos reais para os romances *O ano da Morte de Ricardo Reis* e *Levantado do chão*. Essa realidade objetiva que o autor relembra aos mais jovens que leem seus romances no ambiente democrático é substancial para a sociedade em termos históricos.

A resistência popular do escritor visa traçar os caminhos das estruturas sociais que formaram um ambiente propício para a instalação de um regime fascista, porque, como vimos, o fascismo aconteceu não por ser um movimento que se encaminhava de cima para baixo, mas porque fez o caminho oposto. A adesão ao fascismo se deu por um conjunto de fatores econômicos e culturais, fazendo com que pessoas da classe média apoiassem esse movimento ideológico. Isso aconteceu não porque essas pessoas gostassem da violência ou do discurso de ódio, mas porque, em uma alienação capitalista, mais vale o poder econômico e distanciamento da realidade proletária do que a liberdade democrática para todos.

O exercício de poder dentro do regime fascista não é exclusivo do líder, mas também serve às pessoas comuns que exercem seu poder econômico sobre a estrutura de classe que as beneficia. Assim o faz Ricardo Reis, por exemplo, que se utiliza de sua posição de douto médico para explorar o trabalho de Lídia e, ainda, explorar os sentimentos dela para seu benefício carnal. Ela tem consciência de classe e de sua posição, mas aceita a situação mesmo sabendo que é explorada por ele. É nesse momento que o narrador de Saramago oferece resistência ao fascismo, como ideologia capitalista autoritária impregnada na sociedade portuguesa. Além disso, por diversos momentos, o escritor alertou a respeito das formas de fascismo e autoritarismo que estariam ligadas ao modo como os portugueses medianos viam a vida e a sociedade.

A estrutura autoritária da sociedade portuguesa foi criticada constantemente pelo escritor. No autoritarismo, instrumento do capitalismo garantidor de uma sociedade de classes que domina a resistência popular, as revoluções proletárias precisavam ser contidas desde o princípio ideológico comunista. Saramago tinha essa consciência sobre a naturalização do Estado Capitalista e criticou ferozmente o maior aliado do capitalismo em Portugal: a Igreja. A fé justifica as desigualdades sociais, prometendo vida próspera para o trabalhador somente após sua morte, e essa naturalização da pobreza, mesmo com o fim do absolutismo, contribuiu para a naturalização de determinados aspectos sociais, levando à inércia do povo. Lukács (2016, p. 172) exemplifica isso:

No capitalismo, a habituação equivale, portanto, a um embotamento geral. Os homens passam a conceber a espontaneidade capitalista como natural e normal, e aprendem a reagir às suas exteriorizações como se reage a tempestades ou ao calor exagerado, isto é, como a acontecimentos da natureza, que podem perfeitamente ser desagradáveis ou causa eventual irritação, mas que devem ser aceitos como são; do mesmo modo se dá a habituação à inumanidade capitalista. Ela é tremendamente importante para o aspecto ideológico da estabilidade do capitalismo, pois impede tanto o surgimento de uma revolta duradoura e fundamental contra a injustiça e a inumanidade quando um entusiasmo por grandes sublevações humanas que vão além da simples postura de espectador e da mera sensação emotiva, nas quais sempre está implicada – consciente ou inconscientemente – uma tendência para a revolta contra o sistema capitalista.

O caráter desumano do capitalismo é encoberto pelas estruturas sociais, mas revelado por meio da estética de Saramago. Em seus romances históricos, a ironia ao recompor a história de Portugal como perpetuador de uma elite social, desde os primórdios da formação da nação, percebe-se que o autoritarismo que reforça a estrutura capitalista não é um fenômeno do Estado Novo, é uma erva daninha que toma conta do país desde sempre. Para combater o capitalismo, é necessário acabar com o autoritarismo. A estética questiona o autoritarismo, é o caráter periférico do artista que faz com que as estruturas de poder sejam questionadas de forma ativa. Esse artista luta para construir uma estética, mesmo estando inserido na divisão do trabalho dentro da estrutura capitalista.

Engels mostrou que a grandeza dos homens da Renascença, como Leonardo e Michelangelo, baseava-se justamente no fato de eles ainda não estarem submetidos à divisão capitalista do trabalho. Essa vantagem de atuar em um capitalismo ainda pouco desenvolvido vai sendo perdida, ano a ano, pelos ideólogos da época Moderna por força de uma necessidade objetiva. Mas os grandes homens da época pós-renascentista sentem que a preservação do desdobramento universal de sua personalidade, sua ligação com a vida do povo tecida por muito fios, sua atuação nos mais diferentes setores da sociedade, em suma, sua não capitulação diante das exigências da divisão capitalista do trabalho é de interesse vital da cultura. Da mesma forma que as revoluções populares autênticas, sobretudo a de 1793-1794, conquistaram as finalidades da democracia burguesa contra a vontade da burguesia, também vem se dando, nos últimos séculos, o progresso ideológico em luta incessante contra as contradições objetivas e os requisitos subjetivos da dominação da burguesia (LUKÁCS, 2016, p. 174-175).

Saramago é um exemplo dessa necessidade moderna do escritor que persevera diariamente para escapar da divisão capitalista do trabalho. Ele que teve que estudar pouco para logo se inserir no mercado de trabalho, passando por diversas profissões até se estabelecer como escritor. Foi demitido de um emprego devido a suas posições políticas e viveu muitas dificuldades oriundas de seu posicionamento diante da vida. Esse caráter periférico do artista fundamentou sua posição antifascista, defendida antes do processo revolucionário da década de 70, mas que só tomou forma literária com o fim da censura.

Fascismo para José Saramago não era somente uma forma de governo, mas uma forma de ver o mundo e compreender a vida. A visão fascista é o interesse privado em contraponto ao coletivo; é o capital, em primeiro lugar, em oposição ao humano. Diante disso, o escritor se posicionou como antifascista por sua concepção da vida humana, da grandeza da humanidade para além do dinheiro e do valor da vida, contrapondo-se ao valor do material. Assim, produziu o texto literário em favor do humanismo, visto como a maior forma de expressão humana, sem as deformações da humanidade pela mercadoria.

A visão de mundo do escritor, enquanto antifascista, serviu para considerar maior e mais importante a vida humana em primeiro lugar, e não a divisão capitalista do trabalho. Essa foi a força de um intelectual comprometido com a liberdade de seu povo. Saramago conseguiu publicar seus livros somente após a Revolução dos Cravos, mas seu compromisso antifascista está presente desde muito cedo em sua trajetória. Ainda em 1969, o escritor filiou-se ao Partido Comunista Português e participou de movimentos populares de diversas formas possíveis.

A realidade revolucionária de Portugal facilitou a produção de um universo humanista na obra de Saramago após o período de publicação de romances históricos. Como se a falta de obrigação em fazer uma literatura engajada antifascista liberasse o autor para discorrer sobre a natureza humana sem preocupações diretamente políticas. Isso é o que Lukács (2016, p.190), baseando-se em Lenin, constata:

O êxito do socialismo estabelece a interação fecunda entre artista e vida em nível até então nunca visto. Cessa o rompimento anormal de relações entre escritor e público: o escritor volta a conviver com os sentimentos mais profundos do povo, a ser companheiro de armas nas lutas mais importantes deste. As necessidades da sociedade em termos de arte despem-se de sua estranheza capitalista e hostilidade em relação a ela. Ao buscar a efetivação de finalidades próprias da arte, o artista cumpre ao mesmo tempo missões sociais importantes. Na medida em que o progresso é expresso em suas obras, vida, arte e pensamento passam a constituir uma unidade orgânica profunda. Ao proclamar a resolubilidade real de todos os conflitos anteriores da vida social humana, ele não impõe ao material artístico, à forma literária, nenhuma exigência estranha, mas limita-se a tirar as conclusões e um modo realístico daquilo que acontece diuturnamente na realidade mesma.

A realidade revolucionária, no contexto da década de 80, colabora com uma nova forma estética de Saramago, que privilegiou em maior medida a problemática humana de forma mais distante da realidade de Portugal em si. Esse foi o início de uma nova fase na obra do escritor, a qual aborda as contradições humanas, os conflitos éticos, as deformações morais e o ser humano em sua integralidade. As bases morais, como a filosofia judaico-cristã, são constantemente questionadas. Por esse caminho, sua obra mais conhecida se tornou realidade: *O Evangelho Segundo Jesus Cristo*.

Capítulo 3:

Fascismo Português em *Levantado do chão*

Em abalando daqui, vou para a polícia de vigilância e defesa do estado, Manuel Espada perguntou, Que é isso, e o outro respondeu, É a polícia política, não imaginas, um tipo vai para lá, e se há um gajo qualquer de quem a gente não gosta, prende-o, leva-o para o governo civil, e se entenderes espetas-lhe um tiro na cabeça, dizes que ele queria resistir, e pronto.

José Saramago

O Fascismo, como forma de poder, atravessa todos os setores da sociedade; como ideologia, possui suporte a seu serviço: o estado, as instituições e as pessoas. Nesse capítulo, destaca-se os elementos históricos que evidenciam o Estado de Exceção Fascista na narrativa de *Levantado do chão*. Trata-se ainda das bases para uma ideologia fascista na sociedade portuguesa e principalmente da resistência popular diante do esmagamento dos direitos humanos pelo Estado, em nome da defesa do modelo capitalista e da santidade da propriedade privada. Além disso, serão observados também o latifúndio e suas alianças com o Estado Novo, e como os elementos do Estado foram utilizados pela classe dirigente ruralista em Portugal.

3.1 - Levantado do chão: fascismo e romance

Enquanto sua carreira como romancista não deslanchava, Saramago participou ativamente do processo de redemocratização, além de ter se filiado ao Partido Comunista Português (PCP). O escritor foi diretor adjunto do Diário de Notícias, participando inclusive de demissões de contrarrevolucionários que permaneciam no Jornal, durante o ano de 1975. O período que passou no jornal foi importante para sua participação diante do processo revolucionário. Após sua demissão, conseguiu dedicar-se à ficção, relatando posteriormente que seu romance *Levantado do chão* demorou três anos para ser finalizado. Em 1976, realizou visita à região do Alentejo para recolher dados para o romance, que seria publicado somente em 1980. Nessa visita, o escritor pôde ver de perto a realidade do povo da região e escutar os horrores sobre o fascismo e as perseguições políticas sofridas no interior do país.

A narrativa de *Levantado do chão* gira em torno das gerações da família campesina Mau-Tempo, paralelamente à história das gerações dos proprietários dos latifúndios, os “Betos”. Ao contar sobre as gerações das duas famílias e a formação social da região do Alentejo, o narrador também narra a formação nacional, desde o período anterior ao Império Português até os dias revolucionários da década de 1970. Os detalhes da vida difícil do protagonista misturam-se ao caráter nacional e às convulsões políticas pelas quais passou Portugal.

O romance ganha mais importância histórica quando analisamos os fatos históricos relatados por historiadores sobre os horrores da repressão da ditadura na região do Alentejo. Quando João Mau-Tempo é preso e sofre tortura, em cada detalhe da narrativa há fatos históricos importantes para o resgate da memória nacional. Aqueles que ganham voz por meio da narrativa ficcional ocupam o lugar na reprodução da voz daqueles que não tinham espaço de fala. Os relatos orais que Saramago

recolhe são fonte da criação literária, a partir de relatos do povo o escritor retira a base para a narrativa e a escolha pelo romance histórico ganha mais força. A importância da região do Alentejo para a Revolução dos Cravos é nítida até mesmo na escolha da música tocada na Rádio Renascença no dia 25 de Abril de 1974, intitulada Grândola, Vila Morena. Lincoln Secco (2005, p. 39) explica a importância dessa canção:

A música foi escolhida pelo seu tom político. Grândola é uma pequena cidade alentejana. Ora, este Alentejo, de terras adustas e escassas gentes, é a mais vasta região portuguesa, Dominado por propriedades maiores e pelo trabalho assalariado rural, se distancia de norte conservador, as vezes montanhoso e de pequenas propriedades. O PCP, apesar de seu cerne ser a organização do operariado urbano, tinha mais força na organização dos trabalhadores rurais alentejanos. Muitas lutas foram travadas no Alentejo e sofreram a repressão da Guarda Nacional Republicana (GNR). Um dos casos mais impressionantes se deu exatamente nas imediações de Grândola. Era uma greve de mulheres. De camponesas. Catarina Eufêmia, jovem militante do PCP, grávida e com um filho ao colo, foi fuzilada por um guarda da GNR. Ela se tornou mártir da causa comunista. Seu nome ainda hoje estampa camisetas e chapéus da juventude comunista. Lá se situa um monumento em sua homenagem. Não por outro motivo, a música que celebra a cidade onde o povo é quem mais ordena tinha sido proibida. Para depois se tornar o hino oficial da Revolução dos Cravos.

Em cada detalhe da narrativa pode-se perceber o engajamento de Saramago na questão política. O autor demonstra a importância da militância comunista dentro do movimento campestre, pois acreditava que o comunismo caçado pelo Estado e pela Igreja Católica era de fato a libertação do povo. João Mau-Tempo, o narrador, preso político fica por seis meses em cárcere sem participar do movimento comunista, faz questão de demonstrar o ideal libertador comunista:

Conversa-se muito na sala seis, discutem-se assuntos de política, e outras matérias, há quem estude ou ensine, dão-se aulas de leitura, de aritmética, outros fazem desenhos, é uma universidade popular são casos conhecidos, não há mais contar, ou a eternidade não bastaria. (SARAMAGO, 2010, p. 282).

O comunismo, para os campestres portugueses, não foi apenas uma ideologia, mas a única saída para a vida miserável dos trabalhadores. Quando a narrativa expõe detalhes da convivência entre camaradas, tem-se confirmação da fraternidade entre eles. Quando João Mau-Tempo sai da prisão, os companheiros de cela fazem uma doação para que ele tenha algum dinheiro para chegar em casa. Quando sai da prisão, João Mau-Tempo enfrenta mais dificuldades:

A rua está deserta, deserta mesmo, caiu a noite de todo, e felizmente não chove, mas o vento entre estes altos prédios é uma navalha romba de barbeiro com pressa, passa e repassa nas pobres roupas de João Mau-Tempo, tão nu está o vento como ele, assim parece. Já não corre, tem as pernas desajeitadas, e o fôlego curto, nem sabe andar, encosta-se a uma esquina, com seu saco e a maleta atada com cordas, e embora tudo isto seja leve, os braços mal podem segurar a carga, e por isso a pousa no chão, quem viu este homem, os carregos que suportou e agora nem uma gata pelo rabo, não fosse o frio tanto e ali se deixaria cair também, tem demasiado sofrimento sobre as costas para se manter de pé, e no entanto aguenta-se. Passam pessoas, sempre as há, e nem o olham, vai cada uma a pensar na própria vida, já me dá que fazer, nem sonham que aquele homem ali da esquina chegou agora de Caxias, onde esteve seis meses, e fez a estátua setenta e duas horas e foi espancado, não se acredita que tais coisas

aconteçam no nosso belo país, quem as conta de certo que exagera (SARAMAGO, 2013, p. 284).

Quem conta os fatos exagera ou simplesmente conta o que aconteceu? Em um regime totalitário que silenciou os que estavam em oposição, aqueles calados pelo extermínio por acaso teriam voz se não fosse por meio da propagação artística? O romance histórico feito para restabelecer e reafirmar a história de um povo será a opção acertada por Saramago, é o resgate do gênero e seu compromisso destacado por Lukács (2011). Quando o crítico húngaro realiza seu estudo sobre Walter Scott, evidencia a importância da participação popular nos rumos da história. O escritor português, por possuir essa herança, a utiliza na demonstração de importância do caráter popular.

O escritor apresenta um romance histórico aos moldes de Lukács (2011) e evidencia os embates sociais que demonstram as mudanças em uma sociedade, as quais mostraram uma verdade que não está ligada às estruturas de poder da época. Quando Walter Scott discute o seu tempo, é na condição de escocês que sua voz ganha importância, devido ao protagonismo de seu povo em face do esmagamento inglês sobre seu país. Saramago reconta os embates sociais de forma mais próxima dos acontecimentos históricos. Essa ausência de grande distância temporal entre os acontecimentos históricos e a publicação do romance proporciona mais engajamento ao escritor.

A grandiosidade de *Levantado do chão* está justamente na proximidade temporal dos acontecimentos históricos com a narrativa ficcional. Saramago reconstrói a história contemporânea de seu país, ressaltando a memória coletiva que o povo transmitiu pela oralidade. Essa memória oral é o retrato do conceito de narrativa proposto por Benjamim (2012): a narrativa oral antecede a escrita. O romance pode retomar sua tradição épica quando a coletividade toma espaço dentro da narrativa, assim João Mau-Tempo representa uma classe que não teve voz. Mesmo sabendo da virada ontológica de Lukács e a diferença filosófica entre seus escritos da juventude e da maturidade, o conceito de herói problemático, presente em *A teoria do romance*, de Lukács (2009, p. 41) serve-nos para analisar como as preocupações de João Mau-Tempo se caracterizam nesse conceito:

Com isso, o heroísmo tornou-se polêmico e problemático; ser herói não é mais a forma natural de existência da esfera essencial; antes, é o elevar-se acima do que é simplesmente humano, seja da massa que o circunda ou dos próprios instintos. O problema hierárquico entre vida e essência, que para o drama grego era um a priori formativo e por isso jamais chegou a ser objeto de representação, é inserido assim no próprio processo trágico [...].

Essa definição faz todo o sentido quando se pensa em João Mau-tempo, mas o neorrealismo anacrônico de Saramago propõe um coletivo de oralidade do povo alentejano. O herói do romance tem que elevar-se sobre sua condição proletária, “levantar-se do chão” para sobreviver ao esmagamento do capitalista latifundiário. João Mau-Tempo necessita mudar sua sorte e é por meio da luta e do comunismo que o horizonte de mudança se apresenta para ele. João não deixa de ser

trabalhador rural, mas desperta-se sua consciência de classe e seu papel revolucionário dentro da pequena comunidade.

O romance aponta os detalhes estruturais do fascismo português e o que a sociedade corporativa do Estado Novo conseguia controlar nos mais variados setores da comunidade. Isso acontecia na missa, por exemplo, evento religioso em que o padre observava quem não comparecia ou se distanciava das obrigatoriedades para contar aos latifundiários como seus empregados se distanciavam do previsto como conduta de cidadão de bem. Teresa Cristina Cerdeira (2018, n.p.) enfoca a aliança que *Levantado do chão* expõe com muita clareza:

Para traçar neste contexto a trajetória do poder, Latifúndio, Igreja e Estado formam a trindade perfeita. São vozes de falares idênticos que se unem em prol da classe dominante. O sonho desses discursos é a manutenção do status quo, o imobilismo. Apoiado pelas leis divinas que a Igreja traduz e pelas leis do direito dos homens que o Estado impõe, o Latifúndio sente-se forte para dominar, fazendo com que essa dominação não seja tida como violenta, mas como legal. É esse o poder inebriante da ideologia que consegue justificar o abuso de poder, além de convencer o dominado da naturalidade da situação.

A imobilidade da sociedade portuguesa em benefício da classe dominante e o domínio da classe proletária é feito ideologicamente pela religião. Quando não conseguem de forma doutrinária, utilizam-se dos aparelhos de repressão do Estado. O uso da violência para o controle social é carro chefe do Estado de Exceção e o protagonista do romance também sofre diretamente com a tortura.

O grande acordo nacional da elite portuguesa foi firmado para favorecer os interesses do Estado. O clã dos latifundiários formou-se com Noberto, Alberto e todos os outros que seguiam essa linhagem especial de “nobres” em pleno século XX. Em uma perspectiva histórica, os beneficiários das políticas do Estado Novo foram os grandes proprietários de terras, que receberam apoio do governo para plantio de trigo e outras culturas, exploração do trabalhador rural. Utilizava-se a guarda nacional quando julgavam necessário o uso da violência. O romance desvela a estrutura capitalista e desumana por trás da estrutura latifundiária.

O sistema capitalista que se funda na propriedade privada, herdada de pai para filho, dispensa o homem da conquista pessoal da terra, que lhe é garantida por leis que sustentam essa inadequação entre a força do trabalho e o seu resultado. Aqui a divisão do trabalho alcança o ápice do seu maniqueísmo: de um lado ficam os proprietários, donos da terra, dos meios de produção e, evidentemente, dos lucros. De outro, situa-se a massa dos trabalhadores, que vendem como mercadoria a sua força de trabalho e da terra nada têm, a não ser a condição de assalariados, sujeitos às ordens do dono do capital. Tal situação é desvelada pelo narrador, que não esconde a postura crítica, contestando o fato, entretanto, através de um discurso de aparente constatação do absurdo (CERDEIRA, 2018, Não paginado).

O fascismo português esteve estritamente ligado às estruturas sociais baseadas na sociedade de classes. A perseguição ao socialismo está diretamente ligada ao despertar de consciência dos trabalhadores como um todo. Nas cidades portuguesas, o controle estatal era facilitado pelo formato

corporativista nos diversos setores da atividade industrial. A PIDE não precisava de muito trabalho para perseguir os opositores do regime e tortura-los e prende-los.

No campo, a tarefa não precisava de muito esforço. A Guarda Nacional era incumbida da tarefa de dispersar qualquer reunião de trabalhadores rurais. No romance, há diversas passagens que descrevem tais ações. Os acontecimentos na narrativa são circunscritos pelos acontecimentos históricos da nação, principalmente os relacionados à mudança do modelo de organização estatal.

A estrutura latifundiária é herança feudal, e o fim do absolutismo não determinou o fim do latifúndio. Em outros países europeus foram, aos poucos, eliminadas as grandes porções de terra juntamente com o processo de industrialização. O atraso português no campo representou também grande atraso na formação industrial do país. Portugal estabeleceu uma indústria primitiva nas colônias baseada na exploração de mão de obra barata e assim tratava seus trabalhadores rurais, como os povos colonizados em África.

Tereza Cristina Cerdeira (2018, n.p.) é mais clara quando define como o Estado Novo fez seu grande acordo nacional:

Por sua vez o Estado Novo só veio aprofundar essa crise de privilegiados e oprimidos. Elitista, o governo salazarista tinha como grandes aliados os poderosos burgueses – desejosos de manter a situação de privilégios e o regime de mão dura que favorecia a ordem social e a possibilidade de lucros -, os latifundiários, donos das terras, e a Igreja, estandarte de defesa dos valores ocidentais contra a ameaça do comunismo.

O romance funciona como recuperador da história nacional, mas sem escapar do fio narrativo. Assim, os acontecimentos históricos são filtrados pela realidade dos Mau-Tempo, sem haver preocupação em ser fidedigno com datas ou fatos históricos muito específicos. Ao citar os acontecimentos da Guerra, não se expõe diretamente as mazelas do conflito, mas antevê-se o mundo de um camponês que se limita a trabalhar da hora em que o sol nasce até que este se ponha. Não importa a Guerra lá fora, visto que sua batalha diária é contra a fome. O narrador do romance também expõe as contradições da estrutura latifundiária. É a terra o tema do primeiro parágrafo do texto narrativo e em torno dela que se encontra a situação opositiva: latifundiário e trabalhador rural.

A vida dos donos do latifúndio é fundamentalmente diversa da dos que nele trabalham. São eles que ditam as ordens e que têm possibilidade de escolher, enquanto os outros se submetem e são guiados pelo desejo dos patrões. A liberdade parece ser dom unicamente dos ricos, dos que manejam os cordéis desse teatro social, onde os atores não têm vontade própria e se tornam simples marionetes sob o seu comando (CERDEIRA, 2018, Não paginado).

Os trabalhadores rurais não possuíam a liberdade da qual a burguesia desfrutava. Filhos da classe proletária trabalhavam desde cedo para que as famílias conseguissem um pouco mais para subsistência, enquanto filhos de latifundiários estudavam nos grandes centros urbanos ou na

Inglaterra. O campo era sentenciado por essa estrutura social, espécie de escravatura em pleno século XX em um país que se arrastava rumo a um sonho imperialista ultrapassado.

Ao pensar no fenômeno do fascismo em Portugal, pode-se estabelecer que esse não foi uma causa, mas uma consequência. Consequência de uma sociedade patriarcal baseada na propriedade privada, em aliança com a religião que dominava as estruturas do Estado, baseando-se na divisão de classes. Esse disfarce liberal sempre foi autoritário. A consequência desses fatores entregou os portugueses para o domínio da ideologia fascista e a um projeto de governo nos moldes ditatoriais, o qual não mediu esforços para manter-se no poder durante tanto tempo.

A geração de João Mau-Tempo será a transformadora da realidade no Alentejo, serão esses trabalhadores que seguirão o caminho revolucionário para a libertação dos últimos escravos da colônia portuguesa. A narrativa de *Levantado do chão* evidencia as lutas e tensões do movimento histórico, que é feito de contradições e embates entre classes para a mudança progressista da sociedade.

3.2 - Levantado do chão em contexto revolucionário

Levantado do chão foi a virada na carreira de José Saramago. O romance foi importante em diversos aspectos: pelo engajamento do escritor no movimento revolucionário, pela escolha da aproximação com o neorrealismo português, pela opção do romance histórico e pela forma de escrever a narrativa. Esse último foi o passo que mais causou impacto na recepção do romance pela crítica e que funcionou como um marco no estilo narrativo de Saramago.

Em entrevista cedida em 2003 em Lanzarote para o jornalista e escritor espanhol Juan Arias, José Saramago destaca como aconteceu a virada na composição do romance *Levantado do chão*. O que o autor relatou mudava toda a forma narrativa, resultando em um modo diferente de narrar do escritor, que o tornaria referência na literatura. Saramago diz:

Então comecei a escrever como todo o mundo faz, com travessão, com diálogos, com a pontuação convencional, seguindo a norma dos escritores. Na altura das páginas 24 e 25, e talvez esta seja uma das coisas mais bonitas que me aconteceram desde que comecei a escrever, sem pensar, quase sem dar-me conta, começo a escrever assim: interligando, interconectando o discurso direto e o discurso indireto, passando por cima de todas as regras sintáticas ou de muitas delas. O caso é que, quando cheguei ao final, não tive outro remédio senão voltar ao início e deixar as 24 primeiras páginas como as outras. Depois, refletindo sobre o sucedido, cheguei a duas ou três conclusões. A primeira é que, se então escrevesse um romance urbano, sobre algo que estivesse a acontecer em Lisboa, por exemplo, as coisas teriam sido diferentes, mas estivera a recopilar materiais num meio, o camponês, onde parte da cultura se transmite oralmente. As pessoas contam as coisas, e no tempo de que estou a falar mais ainda, porque quase todos eram analfabetos. Tudo se comunicava oralmente, os

contos, as lendas, os provérbios, toda a sabedoria de uma sociedade viva e articulada se transmite oralmente. O que chegava por escrito eram as leis do governo, algo que eram obrigados a cumprir, não a ler (ARIAS, 2003, p. 74).

Ao relatar sua experiência na composição do romance, lembramos de Walter Benjamin no texto *O narrador*, em que o filósofo relembra a tradição oral e sua relação com o ato de narrar, por isso a forma como Saramago elabora a posição do narrador é significativa. Em outro momento da entrevista, o autor destaca que, para alguns leitores, deu a dica de lerem seus livros em voz alta, alegando que facilitaria no acompanhamento do ritmo narrativo, participando ativamente do processo de leitura. Esse aspecto é importante, pois coloca o narrador como a contar de forma oral a narrativa, o que causa maior aproximação com a realidade e torna a narrativa mais histórica, como se o narrador fosse alguém do povo a contar o seu sofrimento e as atrocidades realizadas por aqueles que detinham o poder. A acidez do narrador ao relatar as relações espúrias entre o padre e os latifundiários causam ojeriza ao leitor, assim como o relato da infância de João Mau tempo em que mal conseguia pôr-se de pé para trabalhar com uma foice depois de dormir poucas horas e acordar de madrugada com fome e sono para enriquecer o latifundiário.

Não se pode esquecer do caráter épico quando a narrativa se aproxima de uma tradição oral, o povo analfabeto que contará suas vivências por meio da fala, não por opção, mas pela ausência dessa. Por exemplo: há um ritmo constante quando o narrador faz referência aos possuidores da terra, latifundiários que têm nomes semelhantes, criando uma espécie de rima. Essa função estética pode indicar que morre um, nasce outro, todos semelhantes e não muda nada na estrutura latifundiária: nomes diferentes para todos os iguais.

Dentro dessa oralidade proposta por Saramago temos um romance histórico que demonstra a principal característica do autor, que se mantém em outros romances, e de forma gradual foi aumentando até tornar-se marca registrada: o humanismo. A esperança no ser humano em sua integralidade e suas limitações sociais e culturais, na diversidade das etnias e processos de construção de identidade as interações sociais que proporcionaram uma concepção diferente da Europa são elementos importantes nas narrativas do autor. A formação nacional baseada na diversidade dos povos que construíram o país é colocada de forma irônica quando o narrador ao descrever os olhos azuis característicos da origem germânica, de personagens do romance.

Em muitas ocasiões, Saramago fez questão de mostrar-se contra a divisão da literatura em gêneros. Tentava demonstrar a prática da escrita como um trabalho comum e que não havia nada em especial em ser escritor, desmistificando a figura do artista e, principalmente, da ficção dentro do romance, muitas vezes, intitulado “ensaio”. Talvez essa postura possa demonstrar uma aproximação da ideologia com a prática, como se o autor se colocasse na condição de simples trabalhador, assim

como todos os outros trabalhadores. Em outro momento, destacou que não fazia romance histórico, senão sua obra seria anacrônica. Essa é mais uma demonstração de sua postura cética quanto à influência da literatura na sociedade ou, em sua opinião, de que ela não poderia gerar em mudanças sociais.

Quando Saramago se afirma mais próximo de um trabalhador comum do que de um artista na sociedade, ele pretende enaltecer as figuras sociais muitas vezes esquecidas pela história. Em seus romances, há tipos sociais comuns em suas limitações humanas, heróis típicos, tentando equilibrar-se na sociedade pós-moderna. Em *Levantado do chão*, há uma diferença importante com relação a outros romances, pois o momento histórico retratado foi muito importante para a formação da nação portuguesa e as bases culturais que se instalaram, principalmente após a *Revolução dos Cravos*, transformaram o destino dos portugueses. O romance escrito no imediatismo da luta social tem, nas primeiras páginas do livro, o narrador demonstrando como situa a narrativa entre o valor do latifúndio e o valor do trabalhador:

O lugar do dinheiro é um céu, um alto lugar onde os santos mudam de nome quando vem a ter de ser, mas o latifúndio não.

Madre de tetas grossas, para grandes e ávidas bocas, matriz, terra dividida do maior para o grande, ou mais de gosto ajuntada do grande para o maior, por compra dizemos ou aliança, ou de roubo esperto, ou crime estreme, herança dos avós e meu bom pai, em glória estejam. Levou séculos para chegar a isto, quem duvidará de que assim vai ficar até à consumação dos séculos?

E esta ou outra gente quem é, solta e miúda, que veio com a terra, embora não registrada na escritura, almas mortas, ou ainda vivas? A sabedoria de Deus, amados filhos, é infinita:

Aí está a terra e quem há-de trabalhar, cresci e multiplicai-vos. Cresci e multiplicai-me, diz o latifúndio. Mas tudo isto pode ser contado doutra maneira (SARAMAGO, 2013, p. 12).

O latifúndio é uma imensidão de dinheiro e poder para o capitalista (latifundiário) e uma pobreza e vassalagem para o trabalhador rural. Nesse ambiente hostil, faz-se o retrato histórico da formação de uma elite ruralista portuguesa e seus benefícios de classe oferecidos pelo Estado nos mais diversos momentos da história portuguesa. Um trecho importante do livro é quando o narrador relata a *Proclamação da República* e seus efeitos sobre as relações sociais dentro do latifúndio, demonstrando que a mudança do tipo de Governo não representará diferenças dentro das estruturas impostas pelos latifundiários.

Então chegou a república. Ganhavam os homens doze ou treze vinténs, e as mulheres menos de metade, como de costume. Comiam ambos o mesmo pão de bagaço, os mesmos farrapos de couve, os mesmos talos. A república veio despachada de Lisboa, andou de terra em terra pelo telégrafo, se o havia, recomendou-se pela imprensa, se a sabiam ler, pelo passar de boca em boca, que sempre foi o mais fácil. O trono caíra, o altar dizia que por ora não era este reino o seu mundo, o latifúndio percebeu tudo e deixou-se estar, e um litro de azeite custava mais de dois mil réis, dez vezes a jorna de um homem (SARAMAGO, 2013, p. 34)

O golpe republicano promovido pelos militares manteve as elites latifundiárias em suas posições confortáveis, de modo que o controle estatal por meio da força estava disponível para sufocar os movimentos camponeses. O comunismo, que era uma ameaça internacional, foi combatido por meio das estruturas corporativas e pela Igreja no interior do país. Antes mesmo do Fascismo tomar o poder, as elites portuguesas criavam histórias tenebrosas sobre o bolchevismo. Nesse sentido, Salazar foi a aliança perfeita entre a Igreja e os mecanismos de controle estatal. No romance, o discurso irônico mostra esse acordo, quando a Guarda Republicana é usada para controle das greves camponesas:

Eis que voa a guarda nacional republicana por esses campos fora. Vão a trote, a galope, batelhes o sol nas armaduras, fraldejam as gualdrapas nos joelhos das bestas, ó cavalaria, ó Roldão, Oliveiros e Ferrabrás, ditosa pátria que tais filhos pariu. À vista está a herdade escolhida, e o tenente Contente manda desdobrar o esquadrão em linha de carga, e, à ordem do cornetim, a tropa avança lírica e guerreira, de sabre desembainhado, a pátria veio à varanda apreciar o lance, e quando os camponeses saem das casas, dos palheiros dos lugares do gado, recebem no peito o peitoral dos cavalos e nas costas por enquanto as pranchadas, até que Ferrabrás, excitado como boi picado de mosca, roda o punho do sabre e cerce corta, talha, pica, cego de raiva, porquê não sabe. Ficaram os camponeses estendidos naquele chão, gemendo suas dores, e recolhidos aos casebres não folgaram, antes cuidaram das feridas o melhor que puderam, com grande gasto de água, sal e teias de aranha. Mais valia morrer, disse um. Só quando a hora chegar, disse outro.

Já lá vai adiante o esquadrão da guarda, amorosa filha desta república, ainda os cavalos tremem e a espuma fica pelo ar em flocos repartida, e agora à segunda fase do plano de batalha, é ir por montes e montados em rusga e caça aos trabalhadores que andam incitando os outros à rebelião e greve, deixando os trabalhos agrícolas parados e o gado sem pastores, e assim foram presos trinta e três deles, com os principais investigadores, que deram entrada nas prisões militares (SARAMAGO, 2013, p. 36).

Dentro da perspectiva humanista de Saramago, é importante destacar as personagens que compunham minorias sociais. O que se inicia em *Levantado do chão* se estende por todas suas obras, demonstrando a visão histórica do proletário, em que pessoas normais, como João Mau-Tempo, fazem pequenas revoluções com decisões individuais. A visão proletária da narrativa destaca aqueles que também são explorados, nesse caso, diretamente pelo Estado. Em uma passagem, o narrador descreve os soldados que prendem camponeses:

Não estão autorizados a dormir os pobres soldados e fitam nervosos os rostos duros e sujos dos cinco malandrins, tão parecidos contigo. E quando se me acabar o tempo da tropa, sei lá, irmão, se não haverá outro soldado que me prenda e leve desta maneira a Lisboa, no comboio da noite, na escuridão dessa terra, Hoje sabemos que dia é o nosso, amanhã quem o dirá. Emprestam-se uma espingarda, mas nunca te dissera que a apontasses ao latifúndio, Toda a tua instrução de mira e fogo está virada contra teu lado, é para o teu próprio e enganado coração que olha o buraco do cano da tua arma, não percebes nada do que fazes e um dia dão-te voz de atirar, e mata-te [...] (SARAMAGO, 2013, p. 38).

Nesse momento de ironia do narrador, ao dizer que a espingarda nunca seria apontada para o latifúndio, o pacto de poder estabelecido entre a elite ruralista e os diversos setores do Estado fez o proletariado continuar em situação desumana, independentemente do sistema governamental. O

Estado Novo trouxe diversos instrumentos de controle social, que eram evidenciados pelo corporativismo exercido em diferentes setores da sociedade. Essa capilaridade do sistema de repressão fazia com que ela chegasse em todas as regiões do país, mesmo na zona rural, e, nesses momentos, os trabalhadores eram levados para as cidades mais próximas para ouvir as contaminações ideológicas de Salazar.

Em um trecho importante da narrativa, um comício nacionalista acontece no interior em favor de Salazar. Pode-se evidenciar na ficção o que realmente acontecia na realidade, como o corporativismo se instalava pelo o interior de Portugal para combate veemente do comunismo. Assim, perdia-se a esperança no campo da luta revolucionária. Além disso, havia os métodos de tortura para aqueles que tentavam, mesmo diante todo o aparato ditatorial, estabelecer combate aos latifundiários que eram protegidos pelo Governo de Salazar, segundo essa elite latifundiária: a maldade do mundo seria o comunismo.

Minhas senhoras e meus senhores, tem a sua graça, afinal eu sou um senhor na praça de touros de Évora, não me lembro de ter sido senhor noutra lado, nem sequer da minha vontade, que diz o homem, Viva Portugal, não o entendo, Estamos aqui reunidos, irmanados no mesmo patriótico ideal, para dizer e mostrar ao governo da nação que somos penhores e fiéis continuadores da grande gesta lusa e daqueles nossos maiores que deram novos mundos ao mundo e dilataram a fé e o império, mais dizemos que ao toque do clarim nos reunimos como um só homem em redor de Salazar, o génio que consagrou sua vida ao serviço da pátria, contra a barbárie moscovita, contra esses comunistas malditos que ameaçam as nossas famílias, que matariam os vossos pais, que violariam as vossas esposas e filhas, que mandariam os vosso filhos pra a Sibéria a trabalhos forçados, e destruiriam a santa madre igreja, pois todos eles são uns ateus, uns sem Deus, sem moral nem vergonha, abaixo ao comunismo, abaixo, morram os traidores da pátria, morram, a praça grita consoante o mote [...] (SARAMAGO, 2013, p. 102).

Os traidores da pátria referidos nesse trecho são os comunistas que ameaçavam a nação portuguesa, mas traidores são os latifundiários que não consideravam seus empregados como irmãos da mesma nação e provenientes da mesma terra. A sociedade de classes e o capital são maiores do que a religião cristã, que tem como base a fraternidade. O narrador do romance é irônico quando retrata a esmola dada para as crianças pobres e filhas dos trabalhadores rurais, que ficavam no frio à espera de um pouco de feijão, às quartas-feiras.

De acordo com Lukács (2011), o povo vive a história de imediato. Partindo desse pressuposto, a realidade imediata que as personagens do romance vivenciam é permeada pelas estruturas sociais impostas a partir da construção de uma sociedade baseada na propriedade privada, ponto basilar do marxismo e fonte dos maiores conflitos sociais no contexto da modernidade. Desse modo, o romance torna-se mais engajado com uma estética marxista. Em determinado trecho, o narrador evidencia a santidade da propriedade privada e sua manutenção:

Más notícias me vêm de meus primos e outros parentes, senhor padre Agamedes, afinal não ouviu Deus as suas orações cheguei eu a esta idade para assistir a tão grande desgraça, estava-me reservada esta provação, ver a terra de meus avós nas mãos destes ladrões, é o fim do mundo quando se ataca a propriedade, alicerce divino e profano da nossa civilização material e espiritual, Laico quer vossa excelência dizer, é mais rigoroso do que profano, a profanar andam eles, vai ver como ainda acontece o mesmo que em Santiago do Escoural, crime que um dia terão de pagar, Ainda no outro dia falámos disso, que vai ser de nós, Temos de ter paciência senhora dona Clemência, uma infinita paciência, que somos para penetrar os desígnios do Senhor e os seus desviados caminhos, só ele sabe escrever direito por linhas tortas, quem sabe se nos estará rebaixando para mais nos levantar amanhã, se depois desta punição não virá o prêmio terrestre e celeste, cada um em seu tempo e lugar, Amém (SARAMAGO, 2013, p. 392).

No início do romance, fica claro como a terra foi usurpada e se constituíram os clãs iniciais dos latifundiários. Sendo assim, o roubo não era dos trabalhadores que tomavam posse da terra em movimentos revolucionários depois de mais de 100 anos, pois a terra é de todos e não somente de um. Nesse debate sobre a propriedade privada, é importante lembrar as palavras de Marx (2007, p. 70), em *A Ideologia Alemã*:

Com o desenvolvimento da propriedade privada ocorrem, pela primeira vez, as mesmas relações que voltaremos a encontrar, em escala ampliada, a propriedade privada moderna. De um lado, a concentração da propriedade privada, que em Roma começou bem cedo (Como prova a lei agrícola de Licínio) e aumentou muito rapidamente depois das guerras civis e, sobretudo, sob os imperadores; de outro lado, e em correlação com isso, a transformação dos pequenos camponeses da plebe num proletariado que, em sua posição intermediária entre os cidadãos proprietários e os escravos, não chegou a alcançar nenhum desenvolvimento autônomo.

O estabelecimento da propriedade privada desde o início da civilização ocidental formou essa categoria proletária, da qual faziam parte cidadãos proprietários da sua força de trabalho. Essa prática se aproximava da escravidão, porque esses cidadãos dispunham de seu trabalho como mercadoria. Entretanto, na estética marxista, o homem é o centro do desenvolvimento do processo histórico e no romance ele estará na centralidade da ação da narrativa. A essência do humanismo é essa ligação entre centralidade da ação e relações humanas, não a descrição vazia dentro de muitas obras do Naturalismo na literatura ou a passividade da arte modernista portuguesa dita isenta e que se aliou ao Estado Novo, esvaziando a importância da realidade humana na arte literária.

Pode-se dizer que a virada em *Levantado do chão* se dá na visão realista da vida na arte. Isso acontece quando Saramago assume seu papel de questionador da história de seu tempo, de seu presente dentro do processo de retomada da democracia em seu país, e todos os embates sociais advindos da queda da Ditadura Salazarista. Nesse romance, é o proletariado rural português que tem lugar no discurso, é a voz simples do povo analfabeto que denuncia as mazelas portuguesas. Esse país com vida flagelada é o foco da ação dentro do romance. Saramago insere no romance o mais puro marxismo ao postular o trabalhador rural como a mercadoria que se tornou na modernidade. Em *O Capital*, Marx (2017, p. 452) cita o aproveitamento da mão de obra infantil, no contexto das fábricas,

e a automação fabril, que possibilitaram o desempenho do trabalho, então, necessitando de menos força:

O valor da força de trabalho era determinado não pelo tempo de trabalho necessário para manter individualmente o trabalhador adulto, mas pelo necessário à sua manutenção e à de sua família. Lançando a máquina todos os membros da família do trabalhador no mercado de trabalho, reparte ela o valor da força de trabalho do adulto. A compra, por exemplo, de quatro forças de trabalho componentes da uma família talvez custe mais do que a aquisição, anteriormente, da força de trabalho do chefe de família, mas, em compensação, se obtêm quatro jornadas de trabalho em lugar de uma, e o preço da força de trabalho cai na proporção em que o trabalho excedente dos quatro ultrapassa o trabalho excedente de um. Quatro têm de fornecer ao capital, não só trabalho, mas também trabalho excedente, a fim de que uma família possa viver. Desse modo, a máquina, ao aumentar o campo específico de exploração do capital, o material humano, amplia, ao mesmo tempo, o grau de exploração.

Ironicamente, no campo, a exploração infantil não necessita de maquinaria para diminuir o uso da força humana, adequando-se, assim, ao trabalhador infantil. A criança no ambiente rural é explorada desde tenra idade. A colheita ou a sementeira já podem ser feitas caso o latifundiário necessite. E ele sempre necessitará, porque a mão de obra compensa e sua função é para que se perpetue o atraso intelectual, o que mantém as estruturas de classe.

Assim, a narrativa do romance tem conexão com o marxismo, desde o título, em que se figura o trabalhador que se põe de pé para ser explorado ainda antes do sol surgir no horizonte e, somente, acaba sua jornada de trabalho após a chegada da noite. Isso acontece desde criança, como no caso de João Mau-Tempo, vender-se como mercadoria para um sistema desumano e seguir os caminhos da família de trabalhadores rurais que serão explorados por muitas gerações. A narrativa de Saramago estará em todo momento lembrando o caráter desumanizador do capitalismo moderno.

3.3 - Saramago: entre o local e o universal

Em entrevista, José Saramago (2010, p.19) afirmou: “O meu dever como escritor é justamente esse: ser escritor português”. Nessa tarefa de ser escritor português, ele afirma sua posição patriótica com seu país. Isso não somente por um sentimento de orgulho e pertencimento natural, mas deixando clara sua posição diante do mundo e sua visão da modernidade portuguesa.

Interessante refletir sobre os momentos da narrativa em que podemos analisar o aspecto do trabalho como mercadoria e sua relação entre possuidor de dinheiro e o trabalhador, possuidor de trabalho. Para elucidar melhor esses momentos e destacar a força da crítica marxista para a compreensão da realidade deformada das relações de trabalho em Portugal no período do Estado Novo, citamos Marx (2017, p. 198), em *O Capital*:

Assim a força de trabalho só pode aparecer como mercadoria no mercado enquanto for por ser oferecida ou vendida como mercadoria pelo seu próprio possuidor, pela pessoa da qual ela é a força de trabalho. A fim de que seu possuidor a venda como mercadoria, é mister que ele possa dispor dela, que seja proprietário livre da sua capacidade de trabalho, de sua pessoa. Ele e o possuidor do dinheiro encontram-se no mercado e entram em relação um com o outro como possuidores de mercadoria, dotados de igual condição, diferenciando-se apenas por um ser o vendedor e outro o comprador, sendo ambos, juridicamente, pessoas iguais. A continuidade dessa relação exige que o possuidor da força de trabalho venda-a sempre por tempo determinado, pois, se a vender de uma vez por todas, vender-se-á a si mesmo, transformar-se-á de homem livre em escravo, de um vendedor de mercadoria em mercadoria. Tem sempre de manter sua força de trabalho como sua propriedade, sua própria mercadoria, o que só consegue se a ceder ao comprador apenas provisoriamente, por determinado prazo, alienando-a sem renunciar à sua propriedade sobre ela.

No romance, o trabalhador não decide a hora que venderá sua força de trabalho, pois ele está em situação de escravidão. Essa deformação da relação de trabalho encontra-se em trechos nos quais os trabalhadores ficam sem poder vender sua força de trabalho devido ao inverno e são obrigados a ficarem ociosos, conseqüentemente sem dinheiro por meses. O capitalista decide quando a mão de obra exercerá sua atividade laborativa, gerando incertezas e medo em toda a classe trabalhadora.

Os ciclos do clima ocorrem todos os anos, mas o trabalhador rural do Alentejo tem medo de não ter trabalho na próxima estação. O medo é injusto, porque o grande proprietário de terra detém o poder econômico e produz medo para desvalorizar a mão de obra. As conexões diretas com o sentido de mercadoria e força de trabalho estão na narrativa. Retrata-se também o trabalhador rural e sua ausência de perspectiva sobre futuro, em relação ao salário no fim de uma semana de trabalho. A ironia é a seguinte:

Está-se nisto, Quanto vamos ganhar, e não se descose o feitor. É o que os outros derem, e fechado o círculo desta maneira, às cegas, perguntei eu, não respondeste tu, Vão trabalhar e depois se vê. Por outras palavras, pouco diferentes, o mesmo diz o homem à mulher, Vou trabalhar e depois se vê, e ela pensa, ou diz em voz alta, e talvez não desse dizer porque estas coisas doem, Ao menos tens trabalho, e segunda-feira estão os rurais ao campo, já fazendo a sua obrigação, e dizem uns para os outros, Quanto é que será, quanto é que não será e não sabem. E aqueles além à estrema, no outro lavrador, Já perguntei, também não sabem, e assim se chega ao sábado, e então sim vem o encarregado dizer, A jorna é tanto, toda a semana trabalharam sem saber quanto valia seu trabalho e à noite a mulher perguntava, Então já sabes, e o homem respondia de mau modo e vontade, Não sei, não me atormentes, mulher, e ela dizia, Não é por mim, foi o padeiro que perguntou por causa do fiado, ah esses míseros diálogos. Que continuam, Tão poucachinho, Não sei, não sei, se os outros pagarem, eu pago. Fingimentos todos sabemos o que são, mas estes foram combinados entre Ansberto, e Angiberto, entre Floriberto e Noberto, entre Berto e Latifúndio, que é outra maneira de dizer tudo (SARAMAGO, 2013, p. 213-214).

O trabalhador está preso na estrutura capitalista, a única mercadoria que possui é sua força de trabalho. Ele consome outras mercadorias para sua subsistência e nesse momento entra o comerciante, também preso na sua relação de vendedor de mercadoria que não é pago. O único livre é o possuidor de dinheiro, que tem liberdade para escolher qual mercadoria comprar. É o possuidor do capital e das terras quem dita as regras de consumo de mercadorias, pois paga o que quer pela força de trabalho e, conseqüentemente, o comerciante também não recebe o valor que pretende no prazo que espera.

Quanto mais voltamos os olhos para uma leitura marxista do romance, mais ele se engrandece, porque demonstra a forma capitalista degradante que empurra o trabalhador rural para um círculo de vida vicioso, no qual seu lugar se restringe à força produtiva para o capitalista. Em um contexto maior além do rural, compreende-se as estruturas do Estado Novo com os incentivos de Salazar para a manutenção das grandes plantações de trigo, para movimentar uma economia baseada na austeridade sobre o sangue dos trabalhadores rurais no interior de Portugal. Essa nação intitulada nacionalista esteve na condição subserviente de pagamento da dívida externa e acumulação de capital dos bancos estrangeiros que consumiam toda a força produtiva do país.

O preço do capitalismo periférico em Portugal foi alto para o povo mais simples e o campesinato, que se viam na rede tenebrosa de exploração do latifundiário em sua dominação social. O Estado, com seu corporativismo que excluía o acesso à educação para a classe campestre, produziu gerações de analfabetos e atraso industrial. Houve fomento da estrutura ruralista em detrimento da industrialização, atraso diante da modernidade da Inglaterra e França em nome de uma suposta neutralidade dentro dos conflitos mundiais. Cabia a Portugal alimentar a Europa, mas o povo português não era alimentado em sua plenitude por conta da desigualdade social e dos problemas na concentração de renda.

Ao considerarmos a estrutura fascista aliada ao capitalismo em Portugal, podemos entender a importância de *Levantado do chão* para a compreensão do movimento histórico e suas complexidades e a condição marginal do país diante do capitalismo moderno de outros países. Para isso, refletimos novamente com Marx (2017, p. 204) em *O Capital*:

E todos os países em que domina o modo de produção capitalista, a força de trabalho só é paga depois de ter funcionado durante o prazo previsto no contrato de compra, no fim da semana, por exemplo. Por toda a parte, o trabalhador adianta ao capitalista o valor de uso da força de trabalho; permite ao comprador consumi-la, antes de pagá-la; dá crédito ao capitalista. Que esse crédito não é nenhuma fantasia vã, prova a perda eventual do salário por falência do capitalista, além de uma série de outras consequências mais duráveis (MARX, 2017, p. 204).

Importante lembrar que, na estrutura capitalista, a mais valia pertence somente ao capitalista. Quando há prejuízo, esse também paga o trabalhador que vende sua força de trabalho. No romance, um trecho descreve essa dinâmica:

A grande e decisiva arma é a ignorância. É bom, dizia Sigisberto no seu jantar de aniversário, que eles nada saibam, nem ler, nem escrever, nem contar, nem pensar, que considerem e aceitem que o mundo não pode ser mudado, que este mundo é o único possível, tal como está, que só depois de morrer haverá paraíso, o padre Agamedes que se explique melhor, e que só o trabalho dá dignidade e dinheiro, porém não tem de achar que eu ganho mais do que eles, a terra é minha, quando chega o dia de pagar impostos e contribuições, não é a eles que vou pedir dinheiro emprestado, que aliás sempre foi assim, e será, se não for eu a dar-lhes trabalho, quem o dará, eu e eles, que sou a terra, eles eu o trabalho são, o que for bom pra mim, bom pra eles é, foi Deus que quis assim as coisas, o padre Agamedes que explique

melhor, em palavras simples que não façam mais confusão à confusão que têm na cabeça, e se o padre não for suficiente, pede-se aí a guarda que dê um passeio a cavalo pelas aldeias, só a mostrar-se, é um recado que eles entendem sem dificuldade (SARAMAGO, 2013, p. 80).

O latifundiário consegue ser o pior dos capitalistas no romance porque apropria-se de terras via estabelecimento de propriedade privada dentro da estrutura social monárquica, desde os princípios da formação da nação portuguesa, lucrando com a força de trabalho barata e estabelecendo sua família na elite da sociedade. Os filhos dos ruralistas estudam na cidade e vivem do lucro da terra proveniente da estrutura latifundiária, formando uma elite portuguesa que reforçou as estruturas sociais que se retroalimentam: filhos do patriarcado português que, após formados, eram inseridos na estrutura do Estado Novo.

Os advogados, médicos, economistas e militares portugueses também vinham do latifúndio e a manutenção da estrutura social dentro do ambiente rural era importante para a constituição do Estado Novo. A importância da narrativa irônica de Saramago vem dessa reflexão a respeito das relações humanas no interior do país. No Alentejo, as posições sociais menores influenciavam diretamente a estrutura totalitária do regime. Os movimentos corporativistas do regime percorriam todo o país para o fortalecimento da ideologia. Nada passava despercebido pelos agentes do Estado, principalmente os movimentos populares camponeses, retrato exato do que acontecia no país e que o romance traz com verossimilhança.

A partir da citação anterior, é possível pensar o papel fundamental da igreja na perpetuação das estruturas sociais. Saramago ironiza em diversas passagens a participação do padre Agamedes na estrutura do latifúndio e o acordo supremo entre o Clero e a classe dominante. A trindade maléfica é exposta de forma clara no seguinte trecho:

Não foi nada boa ideia, senhor padre Agamedes, disse mais tarde Noberto, que lembrança a sua, ir recordar essas coisas, é o mesmo que falar de corda em casa de enforcado, Tem razão, respondeu o padre Agamedes, não sei que tentação me deu, mostrar-lhes que se não fôssemos nós, a igreja e latifúndio, duas pessoas da santíssima trindade, sendo a terceira o Estado, alva pomba por onde is, se não fôssemos nós, como susteriam eles a alma e o corpo, e a quem dariam ou para quem tomaríamos os votos nas eleições, mas confesso que errei, minha culpa, minha máxima culpa, por isso não fiquei por lá muito mais tempo, dei como pretexto os meus deveres pastorais e saí, é certo que um pouco tonto, embora não tenha bebido muito daquela zurrapa, a acidez que aquilo me fez no estômago, vinho bom é o da sua adega, senhor Lamberto (SARAMAGO, 2013, p. 242).

O discurso irônico do autor fundamentará sua posição realista da realidade objetiva, demonstrando que sua crítica social portuguesa se torna universal, pois sua defesa é do povo pobre explorado pelo latifúndio. Além disso, é o ser humano explorado pela sociedade capitalista que, para obter lucro e concentração da riqueza, esquece das condições mínimas para a sobrevivência do ser

humano. A universalidade do humanismo de Saramago será característica fundamental em toda sua obra literária e sua posição de intelectual sempre voltará o olhar para o princípio humano.

Ao se afirmar como escritor português, Saramago defende, de certo modo, a posição eurocêntrica de sua visão de mundo. Paralelamente a isso, as transformações sociais de Portugal com o movimento revolucionário evidenciam o caráter multicultural que se instalou no país após a descolonização. A Europa perdeu o domínio colonial, concomitantemente abriu-se espaço para o desenvolvimento da dominação cultural, demonstrando que o capitalismo avançaria com força sobre a estética como um todo. A cultura, que estava ligada diretamente ao combate ao capitalismo, se transforma em mercadoria com a indústria cultural. Sobre isso, elucida Terry Eagleton (2005, p. 233):

Acima de tudo, as novas idéias culturais ganharam forma num capitalismo para o qual a própria cultura estava se tornando mais e mais importante. Essa foi uma mudança inusitada. Cultura e capitalismo dificilmente fazem uma dupla tão familiar quanto Corneille e Racine ou o Gordo e Magro. Na verdade, cultura tinha tradicionalmente significado quase que o oposto de capitalismo. O conceito de cultura cresceu como uma crítica à sociedade de classe média, não como um aliado seu. Cultura tinha a ver com valores, em vez de preços; com o moral, em vez de o material; com o elevado, em vez de o filisteu. Dizia respeito ao cultivo de poderes humanos como fins em si mesmos, em vez de por algum ignóbil motivo utilitário. Tais poderes formavam uma totalidade harmônica; não eram apenas um amontoado de ferramentas especializadas, e “cultura” significava essa esplêndida síntese. Era o abrigo precário onde podiam se refugiar valores e as energias para os quais o capitalismo não tinham nenhum uso. Era o lugar onde o erótico e o simbólico, o ético e o mitológico, o sensorial e o emocional podiam fazer sua morada dentro de uma ordem social que dispunha de cada vez menos tempo para qualquer um deles. De suas alturas patricias, olhava com desprezo os donos de lojas e os operadores da bolsa pulando lá embaixo, nas terras áridas do comércio.

Esta é a importância dos estudos culturais que procederam na continuidade de uma visão de mundo universalista dando voz aos marginalizados pelas potências do capitalismo, ainda que a cultura tenha sido atacada pelo capital, de forma a tentar moldar as resistências artísticas em torno de um mercado editorial, cinema e artes visuais. Há a ligação mais pura entre o artista e sua tarefa de demonstrar as relações mais profundas na sociedade pós-moderna e sustentar o discurso histórico do oprimido para demonstrar que o processo civilizatório europeu foi realizado de forma não tão humanista quanto o discurso hegemônico.

As vozes silenciadas de outrora ganham força e notoriedade dentro das suas realidades locais. O humanismo transformará o que é local em universal e o período da Guerra Fria será o de crescimento da diversidade de vozes antes marginalizadas ou sufocadas com o processo colonial. O humanismo, que ainda carregava o sentido eurocêntrico ao se considerar “civilizado”, transformou-se em uma complexa forma de ver o mundo e as contradições do imperialismo no contexto pós-moderno. Edward Said (2007, pp. 67-68) explica:

O fim da Guerra Fria coincidiu com várias outras mudanças que as guerras de cultura das décadas de 1980 e 1990 espelharam: as lutas contra a guerra e contra a segregação dentro do país, o surgimento cumulativo de um impressionante conjunto de vozes discordantes –

baseando-se em vozes mais antigas redescobertas – escutadas e vistas por todo o mundo em minorias históricas, antropológicas, feministas, e outros setores marginalizados e opositores dos principais ramos do humanismo e das ciências sociais. Tudo isso contribuiu para a lenta mudança sísmica na perspectiva humanista que é a nossa hoje em dia, no início do século XXI. Para dar um exemplo: os estudos afro-americanos como um novo campo humanista na academia, ainda que escandalosamente adiado ou sufocado, tiveram felizmente a capacidade de fazer duas coisas ao mesmo tempo; primeiro, questionaram o universalismo sempre repetido, talvez até hipócrita, do pensamento humanista eurocêntrico clássico; segundo, estabeleceram a sua própria relevância e necessidade como um componente capital do humanismo americano em nossa época [...].

O que Saramago iniciou, baseado no movimento neorrealista português, continuou na literatura contemporânea em África, com outros autores da literatura brasileira engajados com a crítica social e vozes silenciadas em nossa sociedade periférica do capitalismo. Destaca-se a importância da literatura como fonte e lugar de fala daqueles que fizeram parte do movimento histórico e tiveram suas vozes silenciadas por aqueles que detiveram o poder. Tereza Cristina (2018, n.p.), mais uma vez, evidencia a importância de Saramago e sua posição como escritor:

O romancista, no entanto, sabe e, por isso mesmo, no privilégio da sua liberdade, dá-se o direito de preencher vazios, de dar voz aos silêncios, de celebrar, enfim, a conquista do tempo pelos verdadeiros operários da História. Mais que com o direito, acredita-se com o dever de cantar o pacto do homem com a vida e de resgatar a verdade, lá onde a ideologia voluntariamente a encobriu. Como hoje, nas sociedades capitalistas, o produto em que se empenha o trabalhador não lhe pertence, mas ao dono da empresa, da fábrica, da usina, ao patrão, enfim, que o converte em lucro, também no passado só restaram, na história oficial, os nomes dos seus eleitos cujo lucro simbólico se firmou na eternidade de um discurso que os iluminou em detrimento dos demais. Faraós contruíram as pirâmides? D. João V construiu Mafra? A descendência brilhante de Lamberto cultivou os campos alentejanos? O discurso desses silêncios é o discurso da ficção.

Sendo assim, o narrador de *Levantado do chão* reconta o passado com vistas a estabelecer um diálogo sobre a história portuguesa, fazendo com que esse romance histórico não esteja preso a matéria histórica em si. Desse modo, faz-se com que a narrativa se encaminhe para além dos fatos históricos reais, ou seja, para a formação da história mais importante que é a de cada indivíduo da família Mau-Tempo. Por isso, o narrador conta a história de três gerações dessa família de forma muito específica, como se cada um tivesse uma missão na realidade do campo.

Os acontecimentos históricos passam a ter outra significação. Enquanto a historiografia oficial define a Proclamação da República como um fato histórico na importância de primeira ordem; no romance o narrador diminui essa importância, dando a entender que a vida do trabalhador rural em nada foi modificada. A vida local é posta em lugar de destaque em oposição ao caráter nacional. O romance consegue captar os acontecimentos históricos responsáveis pela ascensão do fascismo em Portugal, sua manutenção no poder e o que a estrutura governamental fascista foi capaz de fazer para manter-se no poder por tantos anos.

3.4 – Saramago e os aliados de sempre do fascismo

O ambiente rural descrito no romance é fundamental para entender o crescimento do capitalismo e sua estrutura de relação de trabalho. Compõe-se por problemas que a Inglaterra passou no campo ainda no final do século XIX, por meio das grandes propriedades de terra e da concentração da riqueza do campo, o êxodo rural e o desemprego (Willians, 2011). No discurso irônico de Saramago, tem-se essa estruturação da posse da grande propriedade rural e os problemas com os trabalhadores do campo em regime capitalista. A dimensão do romance histórico é muito maior, no sentido marxista, quanto às explicações das contradições do capitalismo e de um regime totalitário típico fascista, que aprofundava a concentração de renda e o esmagamento do proletariado.

O discurso irônico, no romance, proporciona uma reflexão direta sobre as relações de trabalho e a condição humana. A narrativa contempla o horizonte limitado do trabalhador perante o esmagamento do latifundiário, a relação doentia entre o lucro do capitalista e a sobrevivência da força de trabalho, daqueles que apenas vivem se arrastando pelos campos cultivados de sol a sol sem a chance mínima de aproveitamento do tempo para qualquer outra atividade que não seja laborativa. Isso possui relação direta com o pensamento de Marx (2017, p. 306):

O dia de trabalho compreende todas as 24 horas, descontadas as poucas horas de pausa sem as quais a força de trabalho fica absolutamente impossibilitada de realizar novamente sua tarefa. Fica desde logo claro que o trabalhador, durante toda a sua existência, nada mais é que força de trabalho, que todo o seu tempo disponível é, por natureza e por lei, tempo de trabalho, a ser empregado no próprio aumento do capital. Não tem qualquer sentido o tempo para a educação, para o desenvolvimento intelectual, para preencher funções sociais, para o convívio social, para o livre exercício das forças físicas e espirituais, para o descanso dominical, mesmo no país dos santificadores do domingo. Mas, em seu impulso cego, desmedido, em sua voracidade por trabalho excedente, viola o capital os limites extremos, físicos e morais, da jornada de trabalho. Usurpa o tempo que deve pertencer ao crescimento, ao desenvolvimento e à saúde do corpo. Rouba o tempo necessário para se respirar ar puro e absorver a luz do sol. Comprime o tempo destinado às refeições para incorporá-lo, sempre que possível, ao próprio processo de produção, fazendo o trabalhador inferir os alimentos como a caldeira consome carvão, e a maquinaria, graxa e óleo, enfim, como se fosse mero meio de produção. O sono normal necessário para restaurar, renovar e refazer as forças físicas reduz o capitalista a tantas horas de torpor estritamente necessárias para reanimar um organismo absolutamente esgotado. Não é a conservação normal da força de trabalho que determina o limite da jornada de trabalho; ao contrário, é o maior dispêndio possível diário da força de trabalho, por mais prejudicial, violento e doloroso que seja, que determina o limite do tempo de descanso do trabalhador. O capital não se preocupa com a duração da vida da força de trabalho. Interessa-lhe exclusivamente o máximo de força de trabalho que se pode ser posta em atividade. Atinge esse objetivo encurtando a duração da força de trabalho, como um agricultor voraz que consegue uma grande produção exaurindo a terra de sua fertilidade.

Em um momento da narrativa, o médico do Estado de Exceção, o delegado de saúde, é chamado para atestar uma morte e enquadrá-la como suicídio, típica daquelas que ocorrem em celas depois de sessões de torturas, nas quais a vítima não resiste e acaba por morrer nas mãos dos algozes.

Sob essa perspectiva, o Estado produzirá verdades ou fará com que suas vítimas produzam verdades sob o julgo da tortura.

Quando voltar ao formigueiro verá o quarto cheio de homens. Estarão lá Escarro e Escarrilho, o tenente Contente, o sargento Armamento, o cabo Tacabo, duas praças anónimas e três presos escolhidos a dedo para testemunharem que, tendo os ditos agentes voltado as costas por um minuto, não mais, para tratarem de assuntos urgentes, quando voltaram deram com o preso enforcado num arame, tal como agora está, a ponta enrolada naquele prego além, a outra com duas voltas no pescoço de Germano Santos Vidigal, sim, chama-se Germano Santos Vidigal, é importante para a certidão de óbito, tem de se chamar o delegado de saúde, e está de joelhos como veem, sim, de joelhos, não há que estranhar, quando alguém quer enforçar-se, até mesmo na barra da cama, a questão é querer, alguém tem dúvidas, Eu não, é o que diz o tenente, e o sargento, e o cabo, e as duas praças e os três presos, que por causa desta sorte serão provavelmente postos em liberdade ainda hoje (SARAMAGO, 2013, p. 190).

O processo de reconstrução da história portuguesa por meio da literatura formou uma nova consciência sobre as mazelas do período ditatorial. É importante ressaltar que, mesmo depois da queda do regime, o povo português conhecia muito pouco dos horrores que Salazar impôs aos seus adversários. O controle da verdade ainda é muito forte sobre o que ocorreu durante os 48 anos de regime ditatorial. Essa é a busca do intelectual comprometido com seu tempo, o que fará Saramago escrever romance histórico e, de forma mais específica, realizar um neorealismo anacrônico ao realizado na década de 30 do século XX.

A proposta da arte engajada do escritor aumenta sua importância ao reconstruirmos o sentido do realismo de Lúkcacs no sentido desfeticizador da sociedade capitalista. No contexto revolucionário em que o livro é escrito, a potência da narrativa é embasada em fatos reais da realidade da sociedade portuguesa e do seu processo de reconstrução histórica que gerou o ambiente para a instalação de um Estado Fascista. Para entendermos esse sentido anticapitalista do escritor, citamos Ana Cotrim (2016, p. 182):

A sociedade capitalista, que aparece imediatamente na vida cotidiana como uma força estranha e independente das ações dos homens, descortina-se na obra artística como resultado vivo constantemente reproduzido pelas ações humanas. A aparência fetichizada, que existe objetivamente como aparência dessa forma social contraditória, não desaparece da obra artística, tal como se fosse apenas um reflexo consciente equivocado. A aparência fetichizada, que é a forma superficial imediatamente observável que essa realidade contraditória assume, aparece no retrato artístico genuíno como isso que ela realmente é: como aparência da realidade antagônica que se produz no conjunto das ações e relações retratadas. Ou seja, o ambiente social se constrói nas ações dos indivíduos concretos e se evidencia como tal, mas também no romance essa aparência de independência se mostra, como aparência da sociedade. Portanto, o próprio ambiente social é também típico, no sentido de que preserva o individual e o concreto, elevando-os ao nível mais alto da genericidade e necessidade (COTRIM, 2016. P. 182)

A realidade antagônica entre o capitalista latifundiário e o trabalhador rural proporciona ao leitor uma análise concreta do que é a estrutura de classe doente de Portugal durante o período moderno que compreende os séculos XIX e XX. A narrativa faz uma radiografia das contradições do capitalismo, passando pelo processo de estagnação do progresso industrial e pela sociedade do atraso

estabelecida pela aliança entre Estado, Igreja e Latifúndio. O escritor explicita as contradições de seu tempo, na opção pelo romance histórico, e compõe uma literatura humanista de protesto, nos parâmetros estabelecidos por Lukács (2011, p. 311):

Todo escritor é filho de seu tempo. As tendências contraditórias da época – o processo de apodrecimento do período imperialista e o protesto democrático das massas trabalhadoras, a decadência literária e a inclinação para o caráter popular – têm um efeito contraditório sobre o escritor.

Sendo Saramago filho de seu tempo, o autor não deixou escapar as contradições da sua época. Partindo de sua visão artística, demonstrou as mazelas sociais das quais ele mesmo foi vítima. Saramago também não deixou de lado o papel do capitalismo no mundo moderno e os conflitos das grandes guerras, visto que seu pai serviu na Primeira Guerra Mundial. Sua inclinação para o caráter popular demonstra o papel puro do escritor para contar a realidade do povo alentejano. Partindo do local para o universal por meio da narrativa humanizadora, o autor é capaz de conectar o leitor mais distante ao povo português. Gerson Luiz Roani (2002, p. 21) destaca sobre o romance histórico em Saramago:

[...] ao eleger a história como tema da sua ficção, Saramago enfatiza que esse tipo de romance instaura uma relação complexa entre o presente, no qual o artista escreve, e o passado, ao qual o universo textual remete. Com base nisso, o romance histórico tradicional promove uma espécie de fuga, de evasão da realidade ao resgatar ficcionalmente o passado. Ele apresenta o passado como passado, como etapa evolutiva necessária para o presente.

Saramago recupera a tradição romanesca e consegue realizar uma síntese entre romantismo e neorealismo. Sendo assim, sua ficção reconstrói a realidade de Portugal no século XX e as contradições do seu tempo, resgatando as bases históricas de sua nação. A história não é vista como positivista e a sucessão de acontecimentos sem ligações entre si, é a história crítica que Saramago transpõe em sua ficção. Na narrativa, a todo momento, o escritor faz referência às contradições históricas da sociedade portuguesa, criticando a construção da República e as falsas promessas que se realizaram quando os militares promoveram a queda da Monarquia.

Quando cresceu, Gracinda Mau-Tempo não foi à escola. Nem Amélia iria. Nem António tinha ido. Em tempos muito antigos, era o pai destes três criança, andaram os propagandistas da república a clamar pelos povoados, Mandai os vossos filhos à escola, eram como apóstolos de pera e bigode e chapéu mole anunciando a boa nova, a luz da instrução, chamavam à cruzada, com extrema diferença de que então não se tratava de expulsar o turco de Jerusalém e o túmulo do Senhor, não eram coisas de ossos ausentes, mas de vidas presentes, estas que depois iam com a saqueta de linhagem a tiracolo, suspensa de um barbante, e lá dentro a cartilha oferecida pela mesma república que mandava carregar a guarda se os progenitores reclamavam salário maior (SARAMAGO, 2013, p. 205).

O elemento popular rural descrito pelo escritor representa a força proletária oprimida pela estrutura do Estado que beneficiava aqueles que possuíam propriedade privada rural estabelecida desde a formação da Monarquia Portuguesa. Além disso, o direito à escola era um privilégio da classe dominante, as gerações dos Mau-tempo sofriam com essa exclusão. A desumanização retratada

demonstra o comprometimento do escritor em fazer uma denúncia social de um povo esquecido dentro de seu país.

A estrutura do Estado Novo sufocava o conhecimento da realidade pelo trabalhador urbano. O regime fez com que essa ausência de educação de forma propositada fosse espalhada para diversos trabalhadores, não somente os rurais que já sofriam com a falta de acesso à educação. Saramago sentiu na pele essa dificuldade na continuidade de seus estudos, foi trabalhador da indústria e teve acesso à literatura de forma precária durante sua formação. Ironicamente no curso técnico que fez, havia uma disciplina de literatura, o que mudou os caminhos do autor, que passou a ser frequentador assíduo de bibliotecas públicas. Como se não bastasse a vida indigna dos trabalhadores rurais que eram explorados pelo latifundiário, a fome que batia na barriga de tempos em tempos, a prisão ao sistema capitalista desumano, que aprisiona o trabalhador na manutenção de sua vida material, havia mais a suceder: a ausência da liberdade:

Durante toda a sua vida não fez mais do que ganhar o pão, e não todos os dias, e logo isto lhe arma um nó cego dentro da cabeça, que venha um homem ao mundo sem ter pedido, que passe de frio e fome infantil mais do que a conta, se conta pode haver, que chegando a crescido tenha a fome de redobrar como castigo por ter sido o corpo capaz de aguentar tanto, e depois de maltratado por patrões e feitores, por guardas e guarda, tendo chegado aos quarente anos disse a sua vontade, vai preso como gado para feira ou para o matadouro, e tudo na prisão é fazer pouco de um homem, e até a liberdade é uma bofetada, um bocado de pão atirado para o chão, a ver se o levanta (SARAMAGO, 2013, p. 206).

Esse trecho se aproxima do que diz Marx (2017, p. 204) em *O Capital*: “O capital é trabalho morto que, como um vampiro, se reanima sugando o trabalho vivo, e, quanto mais o suga, mais forte se torna”. Nesse sentido, o trabalhador retratado por Saramago sofre extremamente com as condições de vida impostas pelo capitalismo. Isso em uma nação que gastava o capital acumulado pelo Estado em colônias e explorava seu próprio povo dentro do território da Metrópole. A hostilidade do capitalismo periférico chega a ser pior do que no contexto histórico em que a Monarquia Portuguesa encontrava-se, presa às garras dos bancos ingleses desde as invasões napoleônicas.

Levantado do chão se aproxima da teoria de Lukács do romance histórico em um sentido de criação de personagens populares que se inserem dentro do contexto histórico da formação nacional portuguesa. Esses personagens conjugam na narrativa a história vista por baixo com as personalidades históricas da vida real. Além disso há outro aspecto em que o romance também se encaixa na proposta teórica de Lukács (2011), o romance histórico do humanismo antifascista. Esse se preocupa com a realidade imediata da sociedade conflituosa do fascismo e a força da literatura como forma de resistência real em contraponto ao esmagamento ideológico promovido pelo Estado Fascista aliado ao capitalismo. A respeito do caminho realista que o crítico húngaro evidencia em sua teoria, Ana

Cotrim (2016, p. 342) estabelece o que há de importante no horizonte do proletariado dentro do romance realista:

Em virtude da sua miséria humana, a classe proletária pode apreender em si mesma a possibilidade de superação da forma social aniquiladora do capital, que ao mesmo tempo acarreta e se fundamenta na apreensão das contradições que movem a sociedade. A emergência dessa classe, que traz consigo a possibilidade de entrever o seu próprio papel emancipatório, engendra para o romance uma transformação principal, que diz respeito à possibilidade do herói positivo e ao aprofundamento da tendência romanesca do épico.

O herói João Mau-Tempo sofre com o latifundiário capitalista e toda estrutura fascista que mantém sua vida arrastada de forma indigna pelos campos no interior de Portugal, sendo vítima da tortura promovida pelo Estado. O romance histórico, no sentido de contemplação das contradições sociais e transformação da realidade objetiva proposto por Lukács, foi basilar para a formação de Saramago como escritor. Em outros romances, o autor pensa a condição humana além da figuração histórica e parte para um humanismo comprometido com a condição humana no período de pós-modernidade.

A atualidade do romance histórico para a crítica dialética está ligada diretamente ao fenômeno pós-colonial e aos efeitos devastadores nas nações que dominaram e foram dominadas. Esse processo de construção e desconstrução de identidades faz com que haja a necessidade das Humanidades em repensar o fenômeno histórico como fonte de reconstrução social do presente.

Para compreender de forma mais ampla a estrutura social no campo em Portugal e a participação ativa do latifúndio na manutenção do Estado Novo, é importante refleti primeiramente sobre a propriedade privada e o direito positivo para o estabelecimento dos alicerces de poder envolvidos, principalmente do poder econômico sobre os trabalhadores da terra. Na obra intitulada *Manuscritos econômico-filosóficos*, Marx (2004, p. 80) destaca como a economia nacional não explica a formação da propriedade privada após o período feudal e muito menos dá conta das contradições do capitalismo sobre o desenvolvimento da economia baseada no lucro e no monopólio da terra por alguns grupos:

Justamente pelo fato de a economia nacional não compreender a conexão do movimento, ela pôde novamente opor, por exemplo, a doutrina da concorrência à doutrina do monopólio, a doutrina da liberdade industrial à doutrina da corporação, a doutrina da divisão da posse da terra à doutrina da grande propriedade fundiária, pois concorrência, liberdade industrial, divisão da posse da terra eram desenvolvidas e concebidas apenas como consequências acidentais, deliberadas, violentas, [e] não como [consequências] necessárias, inevitáveis, naturais do monopólio, da corporação e da propriedade feudal.

Agora temos, portanto, de conceber a interconexão essencial entre a propriedade privada, a ganância, a separação do trabalho, capital e propriedade da terra, de troca e concorrência etc, de todo este estranhamento (Enfremdung) com o sistema do dinheiro.

Quando entendemos a força capitalista envolvida no sistema político e o que alimenta um Estado Autoritário, temos uma visão mais dinâmica das forças motrizes que fazem uma ditadura durar

por mais de quatro décadas. Do que Marx aponta nesse breve trecho, podemos citar o que ocorreu em Portugal: o monopólio industrial, tanto no país quanto nas colônias em África, sem liberdade industrial, corporativismo em oposição à liberdade industrial, sem divisão da posse da terra. Desse modo, estabeleceram-se os latifúndios no país.

A receita do capitalismo no apoio ao Estado Novo era fortalecer o regime por meio do dinheiro e da concentração de renda daqueles que produziam riqueza por meio da exploração dos trabalhadores. Os monopólios industriais participavam da formação de corporações que eliminaram os sindicatos ligados à esquerda, enfraquecendo a resistência contra o regime. As grandes indústrias nas colônias apoiavam o regime desde o início, para manter as condições de exploração das riquezas naturais que beneficiavam no continente africano, aumentando assim a margem de lucro por meio da mão de obra barata. O apoio financeiro dessas indústrias fomentou as Guerras Coloniais, estimulando de forma direta a morte de muitos portugueses em território africano.

O poder ruralista em Portugal trazia consigo não somente a produção rural em si, mas uma visão de mundo baseada nos altos lucros e privilégios de classe que se baseavam em uma sociedade extremamente desigual, na qual os trabalhadores rurais não possuíam as mínimas condições de vida, simplesmente para aumentar o lucro dos latifundiários e manter a vida de luxo de todas essas famílias. A fusão do privado com o público, originada no fim do absolutismo, configurou uma elite rural que não estava disposta a perder nenhum tipo de espaço e poder. No romance, Saramago deixa evidente a visão dessa elite rural que se autodeterminava em tudo:

Nem se sabe aonde acudir, afora são as fortalezas da Índia, chorai, manes de Gama, Albuquerque e Almeida e outros Noronhas, era o que faltava, porem-se a chorar corações viris, seja a rodem resistir até o último homem, daremos ao mundo o exemplo do que valem portugueses, trai a pátria que recuar um passo, enfim, vão-se os dedos, e fiquem os anéis, o governo confia e empra a todos cumprir o dever que nos convém. É um triste natal em casa de Alberto, não que as iguarias falem e as bênçãos do Senhor, a cortiça teve um bom ano, valha-nos ao menos isso, o pior é essa negrura de nuvens que sobre país e latifúndio pairam com trovoadas na barriga, que vais ser de Portugal e de nós, é certo que temos quem nos proteja, lá está a guarda, a cada qual seu presente, capitão, tenente, sargento e cabo, coitados, que é de justiça, ganham tão pouco, sempre a defender-nos as propriedades, imagine-se que os tínhamos por nossa conta, saímos muito mais caro. Faz-se das tripas coração, porém, lembrar-se a gente de que nunca deu muita atenção a Goa, Damão e Diu, e agora serem-nos levados assim os últimos padrões da presença portuguesa no oriente, soldados e marinheiros, presente, que ideia, o presente não é esse, de capitão, tenente, sargento e cabo já falamos, cada qual veio buscar o seu ou por discricção e esquivança de más línguas lhe foi levado, este presente é outro, é o dos soldados e marinheiros que em ponto de morrerem ainda se soerguem no cotovelo e exangues bradam, respondem à chamada, ausentes, é uma prática antiga, quando é preciso até os mortos votam, O que ainda assim no vale é passarem-se estas coisas lá por longe, Índia, e mesmo a África perto não fica, lavram os incêndios longe das minhas estremas, entre eles e nós está o mar, tanto mar, aqui não chegam eles e a Portugal não faltarão filhos para defenderem lá o latifúndio daqui, com o teu amo não jogues as peras, que el fica com as maduras e dá-te verdes, não acreditem em ditados e depois queixem-se (SARAMAGO, 2013, p. 350-351).

Era o poder do Estado, por meio do monopólio da violência, utilizando-se da guarda nacional para a defesa da propriedade privada. O Poder Estatal alimentava o Poder Rural, pois o regime salazarista defendia o que era privado, por conseguinte, o latifundiário defendia o regime, controlando economicamente o povo, mantendo-o escravo da divisão capitalista do trabalho, em horas exaustivas que não permitiam movimentos sociais consolidados para fazerem resistência ao regime. Esse movimento de retroalimentação também cobrava o nacionalismo nos territórios coloniais, pois, se o Estado defendia a propriedade privada dentro de Portugal, deveria proteger as colônias que “pertenciam” ao país.

A microestrutura capitalista da propriedade privada alimentou a macroestrutura imperialista. Se poucos podem dominar muitas terras dentro do território nacional, Portugal como um pequeno país poderia também dominar grandes áreas fora de seus limites territoriais. As mazelas do capitalismo moderno têm suas raízes na estrutura da propriedade privada, que se alia ao direito positivo, fornecendo legalidade nas invasões de outros países, em nome de uma civilização ocidental e uma religião também intitulada civilizatória.

O Poder Rural cobrava as colônias de Portugal, assim como cobrava a posse das terras agrícolas portuguesas. Esses ruralistas sentiam-se proprietários também de seu país, não como um sentimento de pertencimento patriótico, mas como sócios de uma máquina exploradora que estaria decaindo em seu império. Isso é o que Marx percebeu como interconexão dentro da estrutura capitalista, que sempre termina com a desvalorização do homem e a desumanização da matéria humana em favor da acumulação de riquezas dos países colonizadores.

Para os donos da terra, não importava se a exploração era dos povos africanos ou de cidadãos portugueses, a barbárie era em prol do dinheiro e da acumulação do capital. Não há distinção entre os países explorados ou os pobres trabalhadores do campo. A lógica é a mesma: acumulação e lucro acima de qualquer fator social. O narrador de *Levantado do chão* é muito claro:

Estes homens e estas mulheres nasceram para trabalhar, são gado inteiro ou gado rachado, saem ou tiram-nos das barrigas das mães, põem-nos a crescer de qualquer maneira, tanto faz, preciso é que venham a ter força e destreza de mãos, mesmo que para um gesto só, que importância tem se em poucos anos ficarem pesado e hirtos, são cepos ambulantes que quando chegam ao trabalho a si próprios se sacodem e da rigidez do corpo fazem sair dois braços e duas pernas que vão e vêm, por aqui se vê a que ponto chegaram as bondades e a competência do Criador, obrando tão perfeitos instrumentos de cava e ceifã, de onda e serventia geral.

Tendo nascido para trabalhar, seria uma contradição abusarem do descanso. A melhor máquina é sempre a mais capaz de trabalho contínuo, lubrificada que baste para não emperrar, alimentada sem excesso, e se possível no limite económico da simples manutenção, mas sobretudo de substituição fácil, se avariada está, velha outra, os depósitos desta sucata chamam-se cemitérios, ou então senta-se a máquina nos portais, toda ela ferrujosa e gemente, a ver passar coisa nenhuma, olhando apenas as mãos tristíssimas, quem me viu e quem me

vê. No geral do latifúndio, os homens e as mulheres têm seu tempo regateado de vida, espanta-se a gente como alguns vão a velhos, e muito mais quando, passando, encontramos um que à vista é ancião e ouvimos dizer que tem quarenta anos, ou esta mulher murcha e com a face encorreada, ainda não fez trinta, afinal viver no campo não dá vida acrescentada, são invenções da cidade, é como aquele regradíssimo ditado, Deitar cedo e cedo erguer, dá saúde e faz crescer, tinha graça vê-los aqui com a mão no cabo da enxada e os olhos no horizonte à espera do sol ou derreados das cruces ansiando por um anoitecer que nunca mais chega, o sol é um desgraçado, cheio de pressa de sair e com tão pouca de se apagar. Como os homens (SARAMAGO, 2013, p. 354-355).

O processo de desumanização daqueles trabalhadores rurais fez com que Portugal permanecesse por muitas décadas sob o jugo do autoritarismo, que muitas vezes foi postulado apenas por conta do regime totalitário. A força do autoritarismo está ligada ao processo de exploração do proletariado, trabalhadores que são dominados pelas condições econômicas que sufocam as condições mínimas de direitos humanos. A força do latifundiário vem do lucro esmagador que consegue aparelhar o Estado de acordo com os interesses da elite ruralista.

A literatura é fundamental para demonstrar o que se passava no campo nos tempos do Estado Novo. A opção pelo romance histórico é compromisso com o presente e com o futuro do povo português, pois conhecer os meandros da história de seu povo é um ato de patriotismo, mesmo quando, muitas vezes, este se encaminha para um universalismo. *Levantado do chão* é um romance histórico que explica o presente de uma nação que saiu do obscurantismo fascista de mais de 40 anos. O processo revolucionário exibido, ao final do romance, exprime as bases das reformas que a revolução impôs ao país. Os trabalhadores rurais que ocupavam as terras após a fuga das famílias ricas da região:

Este sol é de justiça. Queima e inflama a grande secura dos restolhos, este amarelo de osso lavado ou curtimenta de seara vermelha e requeimada de calores excessivos e águas destemperadas. De todos os lugares de trabalho confluem as máquinas, o grande avanço dos blindados, ai esta linguagem guerreira, quem a pudesse esquecer, são tractores que avançam, vão devagar, é preciso ligar com os que vêm dos outros sítios, estes já chegaram, grita-se de um lado para o outro, e a coluna engrossou, torna-se ainda mais forte lá adiante, vão carregados os atrelados, já há quem caminhe a pé, são os mais novos, para eles é uma festa, e então chegam à herdade das Mantas, andam aqui cento e cinquenta homens a tirar cortiça, juntam-se todos com todos, e em cada herdade que ocuparem ficará um grupo de responsáveis, a coluna já leva mais de quinhentos homens e mulheres, seiscentos, não tarda que sejam mil, é uma romaria, uma peregrinação que se refaz as vias do martírio, os passos dessa cruz (SARAMAGO, 2013, p. 395).

Foi assim o início o processo de reforma agrária, ainda durante o governo provisório no ano de 1974. Nesse trecho do romance, há o relato das ocupações iniciais dos trabalhadores rurais por todo o sul do país, o que mais tarde tornou-se um sistema de cooperativas que gerenciava a produção agrícola.

3.5 – 25 de Abril e a posteridade

A Revolução Francesa, revolução de todas as revoluções, ainda necessita ser lembrada para a compreensão da importância da Revolução dos Cravos, em Portugal. Esse movimento reacionário francês deu origem ao poder de Napoleão e ao movimento de restauração das monarquias após o estabelecimento da sociedade burguesa. Essa sociedade burguesa francesa, que sufocou os movimentos proletários e utilizou da violência para sua manutenção no poder, formou uma República tendo como presidente Luís Bonaparte, em um sistema político parlamentarista que tinha como base a democracia.

Essa introdução tem como objetivo citar uma importante obra de Marx, intitulada *O 18º Brumário de Luís Bonaparte*, que servirá como reflexão para o sentido da democracia e da escalada do autoritarismo, traçando um paralelo com a realidade portuguesa durante o Estado Novo e ainda mais sob o horizonte revolucionário da década de 70 do século XX. Esse período histórico em que o romance *Levantado do chão* acontece, em diversos momentos, destaca valores fundamentais da democracia ocidental e que o capitalismo e suas deformações fazem com que sejam esquecidos.

A burguesia francesa, após o fim do absolutismo, reprimiu os movimentos populares que se ligavam ao socialismo, começando, assim, a caçada aos socialistas desde de 1948. Marx critica as medidas que os burgueses tomaram para sua permanência no poder e sua força em uma república parlamentarista que naturalmente é mais democrática. Todas as classes e todos os partidos se uniram ao Partido da Ordem em um projeto contrarrevolucionário que pretendia combater todos os movimentos revolucionários da classe trabalhadora. Sendo assim, a defesa dos valores burgueses é exposta:

A partir desse momento, sempre que qualquer um dos numerosos partidos que haviam se conglomerado sob esse signo contra os insurgentes de junho tenta impor na arena revolucionária o interesse da sua própria classe, ele sucumbe diante do mote: “Propriedade, família, religião, ordem”. A sociedade é salva sempre que o círculo dos seus dominadores se estreita, sempre que um interesse mais exclusivo é imposto a um mais amplo. Toda e qualquer reivindicação da mais elementar reforma financeira burguesa, do mais trivial liberalismo, do mais formal republicanismo, da mais banal democracia é simultaneamente punida como “atentado contra a sociedade” e estigmatizada como “socialismo” (MARX, 2011, p. 36).

O que Marx destaca da França em 1848 foi o mote do movimento de direita em Portugal e as bases do Fascismo que aconteceu alguns anos depois. A problemática social não mudou, o que antes era apenas um problema local de controle social da classe proletária na França, sob o pensamento fascista, dominou o mundo incorrendo no período de maior massacre da humanidade. Os valores que o capitalismo faz questão de defender, como liberdade, com determinados passos transformar-se-á

em um autoritarismo forjado pela necessidade de defesa do que é sagrado para o capital: propriedade, família, religião e ordem.

Quando o povo se afasta dos movimentos de poder dentro do Estado, um parlamento que não tem representantes populares, naturalmente o jogo de poder controla em maior medida a ordem social. No caso francês, em que o parlamento era constituído pela classe burguesa, no momento que se precisou do povo para ir às ruas defender a democracia e combater o autoritarismo de Luís Bonaparte, não se pôde contar com o apoio das massas. O berço do fim do absolutismo e tomada de poder pelo povo voltou a ser governado por uma única pessoa:

“C’est le triomphe complet et défi nitif du socialisme!” [Este é o triunfo completo e definitivo do socialismo!] Foi assim que Guizot caracterizou o dia 2 de dezembro. Mas ainda que a queda da república parlamentar contivesse o germe do triunfo da revolução proletária, o seu primeiro resultado palpável foi a vitória de Bonaparte sobre o Parlamento, a vitória do Poder Executivo sobre o Poder Legislativo, do poder sem fraseologia sobre o poder da fraseologia. No Parlamento, a nação conferiu força de lei à sua vontade geral, isto é, estatuiu a lei da classe dominante como vontade geral da nação. Diante do Poder Executivo, ela abdicou de toda e qualquer vontade própria e se submeteu ao ditame da vontade alheia, ou seja, ao poder da autoridade. Diferentemente do Poder Legislativo, o Poder Executivo é expressão da heteronomia da nação em contraposição à sua autonomia. Portanto, tem-se a impressão de que a França apenas escapou do despotismo de uma classe para voltar a cair sob o despotismo de um indivíduo mais precisamente sob a autoridade de um indivíduo sem autoridade. A luta parece ter sido conciliada de tal modo que todas as classes se encontram de joelhos diante da culatra do fuzil, igualmente impotentes e caladas (MARX, 2011, p. 139).

Esse paralelo que Marx analisa no processo histórico da França é importante para mostrar como Portugal e sua elite social agiram de forma semelhante aos burgueses franceses do século XIX. Constituiu-se um projeto de poder no qual o povo não participava de nada, servia apenas de massa abusada pela economia atrasada. Houve, então, a união entre os representantes da indústria e do poder rural, na França, para se ajudarem no sistema parlamentarista e afastarem o povo. Em Portugal, o que os latifundiários representaram em atraso social e manutenção do poder foi, em grande medida, a força do Estado Novo por muitos anos, não podendo serem esquecidas as grandes indústrias que ficavam nas colônias portuguesas e que também exerciam grande influência para o Regime Salazarista.

A vitória do poder executivo, sobrepondo-se ao poder legislativo, tornou-se a base do Estado de Exceção no século XX. O autoritarismo do movimento da restauração foi transferido para formas republicanas modificadas ao interesse do capital. As nações que estavam em situação de marginalidade do imperialismo pós-revolução industrial foram seduzidas pela ideologia fascista. Na compreensão da fase apologética, definida por Marx, está a capacidade de interpretação do fenômeno fascista como criação do capitalismo e que previa o combate veemente a qualquer forma de socialismo.

A decadência burguesa, que deu origem ao movimento reacionário, fez com que todas as expressões do progressismo no ocidente fossem sufocadas pelo uso da força de violência, tornando o Estado grande repressor em favor de uma classe. O que, antes, era utilizado pelo absolutismo passou, posteriormente, a ser usado nos governos ditos republicanos. Salazar permaneceu no poder por mais de quarenta anos, o Estado Novo repetiu o mote dos burgueses franceses do século XIX, a sagrada propriedade privada, família, religião e a ordem. O fascismo português foi o típico representante de uma ordem burguesa, movimento reacionário de direita que buscava conservar as estruturas de classe de Portugal.

Ao analisarmos sob a perspectiva marxista o movimento histórico lusitano, podemos perceber a grandiosidade da Revolução dos Cravos, um movimento de progresso após anos de estagnação de um Estado Fascista. A força progressista da revolução foi importante para a reconfiguração geopolítica mundial, a libertação das colônias, a volta dos portugueses que moravam fora do país, a distribuição de renda e as mudanças profundas nos serviços do Estado. A visão de mundo progressista e democrática refletiu-se na produção literária, é o que esclarece Benjamin Abdala Junior (1997, p. 196):

As tendências literárias da frente popular, que tiveram início nos anos 30, no período entre-guerras, transformaram-se no percurso deste século e suas atualizações contemporâneas encontram-se hoje, parece-me, à procura dos impulsos utópicos que as motivaram: gestos equivalentes, simétricos àqueles do início das tendências. O conceito de utopia, nuclear para esta exposição, provém de uma releitura de *A utopia*, de Thomas Morus. É uma forma de relevar a dimensão do sonho, do desejo.

Define-se o sonho progressista aos moldes do pensador Ernst Bloch. Isso porque a Revolução dos Cravos trouxe sonhos para a realidade portuguesa e transformou por completo o modo de organização dessa cultura do mito, aliado à literatura e ao processo histórico para uma realidade de mudança da construção social na década de 80 no século XX. Reflexo disso está presente nas obras de todos os escritores e pode ser observada na construção estética de Saramago. A respeito disso, o crítico (1997, pp. 205-206) diz:

Para concluir esta exposição, é de ser referir a José Saramago. Em *Levantado do chão* (1980), ele levanta do chão personagens vivas e mortas para a grande passeata da Revolução dos Cravos. Voltando a Ernst Bloch, dessa forma o “passado, vingado e recolhido com uma herança, torna-se visível no futuro”. Ou, como apontava Walter Benjamin, “cada época sonha não somente a próxima, mas ao sonhá-la força-a a acordar”

Em *Memorial do convento* (1982), o sonho utópico alça vôo, renovando o mito de Ícaro, que tanto motivou as comunidades utópicas avessas ao autoritarismo de Estado. O vôo só foi possível por um poder alquímico que reuniu no âmbar as vontades dos indivíduos. E é essa potencialidade subjetiva que vai propiciar assim uma nova visão e ensejar a criação. Este é um momento de luz – um sonho do escritor contra a falta de horizontes do presente. Numa perspectiva de sombras situa-se o *Ensaio sobre a cegueira* (1995), um romance de uma época de cegos, quando falta a luz, isto é, horizontes. Não para o escritor, mas para a sociedade em geral. O escritor, mesmo nesse momento de ausência de perspectivas, renova sua utopia,

valorizando a ação individual e suas imbricações coletivas. E, dessa forma, mesmo em atmosfera opressiva, aponta para horizontes que têm a *esperança como princípio*.

O princípio da esperança citado pelo crítico é o que diversos escritores portugueses carregaram durante o período pós-revolucionário, em meio ao conturbado ambiente pós-colonial, no qual um país marginal, no contexto europeu, teve que se reinventar com o excesso de população e desafios de um mundo globalizado e globalizante. Dessa forma, a literatura portuguesa não passou incólume a essas mudanças e se enriqueceu com a literatura africana das antigas colônias.

Retomando o pensamento de Lukács (2011), sobre o romance histórico autêntico que contempla as lutas que mudaram os rumos da história, as personagens anônimas do movimento histórico comprovarão, por meio da ficção, os fatos reais do que aconteceu na sociedade portuguesa, que sofria a repressão da censura e, diretamente, era torturada pela polícia política (PIDE). João Mau-Tempo esteve presente em mais de uma manifestação popular. Desta vez, os trabalhadores reivindicavam a oportunidade de trabalhar, os latifundiários deixavam as plantações paradas de forma deliberada para desafiar a força dos trabalhadores e contavam com o aparato do Estado:

Os de Monte Lavre ouviram assobiar as balas, e o José Medronho sangra na cara, teve sorte, foi de raspão mas vai ficar-lhe a cicatriz para o resto da vida. Gracinda Mau-Tempo chora agarrada ao marido, vai rolando com outra gente pelas travessas em redor, oh miséria, ouvese o alarido triunfante da guarda que anda a fazer prisões, e de repente apareceu Leandro Leandres com outros dragões da pide, uma meia dúzia, viu-os João Mau-Tempo e ficou pálido, e então fez uma loucura, pôs-se no caminho do inimigo, a tremar, mas não de medo, senhores, é preciso saber compreender estas açções, porém não o viu o outro, ou não o reconheceu, ainda que estes olhos não sejam dos que esquecem, e quando os dragões passaram João Mau-tempo não pôde segurar as lágrimas, de raiva eram e dum grande tristeza também, quando será que acaba este nosso martírio (SARAMAGO, 2013, p. 340).

O uso dos fatos históricos pela literatura transforma a visão do mundo no presente. Por conta do fortalecimento da cultura popular durante o processo de redemocratização, os escritores puderam refletir sobre o momento em que viviam, repensando os processos históricos pelos quais a nação portuguesa passou e que diretamente, influenciaram a vida cotidiana do povo. As feridas abertas pela ditadura demoraram para sarar, visto que ainda existiam vários desaparecidos, como o General Humberto Delgado, que foi morto em 1965 e teve o corpo transferido para Lisboa somente em 1975. *Levantado do chão* reconta a história portuguesa mudando de forma efetiva o modo como o povo interpretava os anos de horror e repensa diversos aspectos históricos e políticos que aconteceram. Momento interessante é quando o latifúndio decide parar a produção como forma de apoio ao governo:

Dito está que por castigo da impertinência habitual de pedirem melhores salários e do crime excepcional de apoiarem Delgado e por ele jurarem em tudo quanto foi lugar habitado e ajuntamento, não haverá este ano ceifas no latifúndio. Por mim, tanto se me dá, disse Adalberto, só quero que me garantam que o governo da nação está de acordo, Está o governo de acordo e nós também, que consideramos magnífica a ideia, disse Leandro Leandres. E os prejuízos, senhor governador civil, vai haver prejuízos, com a nossa boa vontade pode contar,

mas só onde todos paguem, nada é caro, e este é um reparo justificado, feito num qualquer lugar do latifúndio não mencionado, cidade teria sido, que ia o governador civil fazer a terra pequena não havendo inauguração, mas onde quer que tenha sido, foi, quem sabe se em varanda da terra virada à paisagem, Esteja descansado, senhor Berto, a esta hora já estão a ser estudados meios de auxílio à agricultura, o governo da nação conhece os anseios dos lavradores e não esquecerá serviços patrióticos como este de agora (SARAMAGO, 2013, p. 331)

A tentativa eleitoral do General Delgado teve grande apoio da resistência popular contra Salazar e o resultado fraudado pela Ditadura. Posteriormente, Delgado encaminhou um golpe que foi frustrado com seu assassinato pela PIDE em 1965. Recontar os acontecimentos históricos relacionados diretamente com a repressão do Estado Novo, por meio dos aparelhos de tortura, sucede-se no romance. A breve citação de Delgado tem um poder simbólico de trazer os acontecimentos reais que fizeram parte da vida, embora o narrador não cite diretamente a morte do opositor de Salazar, torna-se importante para que o leitor atento seja levado a perceber o engajamento do escritor na pesquisa histórica.

Com as personagens que se sentiam donas do país e, por meio de suas falas, o leitor consegue perceber como a elite portuguesa pensava seu lugar no mundo globalizado. De forma lúcida, Saramago desenvolve fatos históricos reais de forma estrutural dentro do romance. O autor faz, ainda, referência ao processo de descolonização e seus reflexos dentro da estrutura latifundiária que apoiava Salazar.

Uma desgraça nunca vem só, ainda ontem fugiram aqueles presos de Peniche, os medonhos comunistas, os comedores de crianças, ai vizinha viu por aí os meus filhos, ainda ontem se agitaram as almas e os oceanos com aquela nova história de corsários, quem os fuzilasse a todos, um tão bonito barco, todo de branco vestido, Santa Maria caminhando sobre as águas como o seu divino filho, e agora chegam notícias de África, são os pretos, Eu sempre disse, mana, que andávamos a tratá-los bem de mais, eu preveni, não me quiseram acreditar, quem lá viveu é que sabe como há-de lidar com eles, não gostam de trabalhar, calaceiros, se não forem mal, a bem não vão, e o resultado aí está, puseram-se com muitas contemplações de cristão, mas enfim, o caso ainda não está perdido, não se perderá África, se para lá mandarmos o exército, uma guerra a sério, lembremo-nos do Gungunhana, boas palavras foram as do senhor presidente do conselho, rapidamente e em força, que cabo-de-guerra seria se tivesse estudos militares, mas ao menos falou. Em pouco se esvaiu o sonho imperial, vamos agora a correr, mal deitado o remendo, mal agulhado o pesponto, o preto é cidadão português, viva o preto que não andar de armas na mão, mas olho nele, o outro morra logo, e um dia destes, acordando nós bem dispostos, diremos que as províncias ultramarinas que foram colónias passam a ser estados, isto de nomes tanto faz, o que é preciso é que a merda não varie e continuem a comê-la aqueles a quem de merda exclusiva temos alimentado, pretos ou brancos, tem prémio quem perceber a diferença (SARAMAGO, 2013, p. 349-350).

Nesse pequeno trecho, pode-se perceber a visão de mundo da elite portuguesa que se sentia dona das colônias, dona dos explorados em África e pertencentes a um Império decadente que sempre se sentiu portador de um destino promissor diante do restante da Europa. O capitalismo decadente de Portugal buscava os culpados pelos fracassos diante da Guerra Colonial e o culpado era do comunismo, que se espalhava pelo continente africano diante do apoio Russo aos exércitos de libertação das colônias. A decadência do Império Ultramarino foi sentida de diversas formas pela

sociedade portuguesa. O processo de descolonização acarretou mudanças efetivas na estrutura social portuguesa. Os colonos que foram encaminhados para Lisboa e principalmente os efeitos da Guerra Colonial dentro das Forças Armadas abriram caminho para a deflagração da Revolução dos Cravos.

A notícias das derrotas em África causaram impacto direto no latifúndio. De forma irônica, Saramago reconstrói diversos fatos históricos na narrativa ficcional, como se fizesse uma análise completa de todos os processos de mudança da estrutura social portuguesa, partindo da realidade do Alentejo e repensando todo o país que se baseava na economia colonial e exploração das riquezas das colônias. *Levantado do chão* traz a história de formação de Portugal e termina com o horizonte democrático que se iniciava no país. A importância da história como conhecimento necessário para mudar o presente da nação e o futuro do povo são objetos com os quais o escritor traça o seu plano participativo no processo de mudança da cultura portuguesa, em um momento de decadência colonial.

A concepção de mundo do escritor, com formação ideológica marxista, não deixou de exercer o domínio do conhecimento histórico em favor da literatura. Essa era uma ferramenta artística para a transformação da realidade objetiva vivida em Portugal. A posição de Portugal no mundo refletiu-se em outras obras do escritor, de forma importante, como em *A jangada de Pedra* (2006), em que o autor reflete sobre a posição do país em diversos aspectos, dentre eles no contexto de criação da União Europeia.

A história, em sua função de reconstrutora da identidade nacional, está presente em todas as obras de Saramago. O compromisso do escritor como intelectual é o de modificar a realidade objetiva. A atualidade do realismo praticado pelo escritor demonstra a importância da obra literária para a figuração de uma sociedade de transição, não somente de transição política e ideológica, mas de uma perspectiva histórica em contraste com a cultura. Fredric Jameson (1985, p. 26) esclarece a posição da história nesse contexto pós-moderno:

No entanto, vou limitar-me a indicar esta relação a propósito de um só de seus temas capitais: o desaparecimento do sentido da história, o modo pelo qual o sistema social contemporâneo como um todo demonstra que começou, pouco a pouco, a perder a sua capacidade de preservar o próprio passado e começou a viver em um presente perpétuo, em uma perpétua mudança que apaga aquelas tradições que as formações sociais anteriores, de uma maneira ou de outra, tiveram de preservar. Basta mencionar a saturação informacional gerada pelos meios de comunicação: como Nixon e, ainda mais, Kennedy, são figuras de um passado agora distante. Sinto-me tentado a afirmar que a própria função dos meios de comunicação é de relegar ao passado tais experiências históricas recentes, isto é o mais rapidamente possível. A função informativa dos meios seria, desse modo, a de ajudar a esquecer, a de servir de verdadeiro instrumento e agente de nossa amnésia histórica.

O crítico evidencia muito bem, ainda na década de 1980, o risco do apagamento dos acontecimentos históricos como um fenômeno constante na contemporaneidade. Atualmente, temos diante de nós o excesso de informações proporcionado pelo avanço da internet no globo. Atualizar-

se sobre o que está acontecendo no presente é importante e algo de que a sociedade do século XXI não abrirá mão, mais do que isso, é quase um pressuposto de democracia. Contudo, fenômenos autoritários deste século utilizam-se da enxurrada de informações para a seletividade dos acontecimentos do presente que são muito importantes e que serão fatos históricos no futuro.

Ao sobrepor notícias sobre notícias, tornando o fato histórico um fenômeno distante da realidade atual, os grandes grupos de poder podem manipular os acontecimentos sem despertar nenhum sentimento de resistência quanto aos seus interesses. Ou seja, o apagamento da história acontecerá não por meio de uma censura institucionalizada, mas por uma desvalorização do passado e do conhecimento histórico. O conhecimento histórico crítico, que poderia apresentar uma visão crítica da sociedade atual, é afastado do público de forma global, criando-se um grande séquito da notícia em tempo real e uma sociedade manipulada pela grande rede de informações. Essa sociedade não consegue perceber as manipulações dos fatos relacionados aos interesses de poucos.

Nesse sentido de modificação constante dos fatos históricos, o papel do escritor terá mais importância. O realismo, como forma literária autêntica, será transformado em uma explicação lúcida para as tensões sociais e movimentos históricos que transformam a realidade objetiva. Sem a literatura, nosso passado vai se apagando de forma rápida, sem deixar rastros. Deste modo, retomemos o pensamento de Lukács (2010, p. 76) sobre o realismo e sua importância:

O triunfo do realismo não é um milagre, mas o resultado necessário de um processo dialético bastante complexo, de uma relação mútua e fecunda do escritor com a realidade. Com o advento do período da decadência ideológica, esta relação mútua torna-se cada vez mais difícil e seu estabelecimento coloca exigências cada vez maiores à personalidade intelectual e moral do escritor. Quem vendeu sua alma à apologética, a ponto de compartilhar da deformação da realidade de acordo com as necessidades da classe dominante, está naturalmente perdido como escritor, mesmo que este processo se realize em escritores talentosos e instintivamente realistas, frequentemente com certa lentidão e não sem lutas e conflitos íntimos. (LUKÁCS, 2010, p. 76)

Levantado do chão afirmou uma nova identidade portuguesa diante do processo de descolonização, a construção de um novo país diante de suas limitações e condições de marginalidade capitalista. Os efeitos desse novo formato, dentro dos anseios populares, foram conduzidos de forma diferente nos anos que se seguiram, após a publicação do romance. A luz acendida pelo escritor foi importante no processo de decadência de uma estrutura social doente em que a elite portuguesa se ancorava em uma relação espúria com o capitalismo, o colonialismo e a religião. A realidade do pós-guerra e o avanço da dominação imperialista norte-americana no ambiente de Guerra Fria moldou a nova realidade democrática de Portugal e sua posição marginal dentro da comunidade europeia.

Em um movimento contínuo de decadência do império colonial, a Revolução dos Cravos proporcionou uma reflexão geral para os portugueses sobre seu lugar no mundo capitalista dominado pela Guerra Fria. É importante lembrar a ameaça comunista dentro da Europa Ocidental para os

interesses imperialistas dos norte-americanos. Nesse sentido, Saramago foi feliz em pensar essa nova perspectiva portuguesa em outros romances não históricos.

Os acontecimentos históricos são muito dinâmicos para Portugal e o sentimento utópico de uma *Revolução* vai dando espaço para todas as mudanças sociais advindas desse processo de ruptura. Para dificultar ainda mais a realidade de Portugal sem colônias, há o grande desemprego com o retorno de muitos cidadãos portugueses para o pequeno país na Europa. Isso logo em seguida à integração do país na União Europeia e as consequências econômicas do bloco para o povo de baixa renda. O custo de vida aumentou, o Muro de Berlim foi derrubado e a União Soviética chegou ao fim. Todos os acontecimentos que se iniciam no período do romance são objetos de reflexão de Saramago em sua estética literária.

Fredric Jameson (2004, p. 264) desvenda as relações complexas da condição pós-moderna e as novas perspectivas sociais. Diante dessa visão da importância da literatura, podemos perceber o tamanho da tarefa de Saramago como escritor de romance histórico observando essa posição para a consciência diante do capitalismo na década de 80 do século XX.

Entretanto, o declínio do ideal utópico é um sintoma político e histórico fundamental que merece um diagnóstico por si só, ou até mesmo alguma terapia mais nova e efetiva. Por um lado, o enfraquecimento do sentido da história e da imaginação de diferença histórica que caracteriza a pós-modernidade está paradoxalmente interligado à perda daquele lugar além de toda a história ou após o seu fim que chamamos de Utopia. Por outro lado, é bastante difícil imaginar, hoje em dia, qualquer programa político-radical de caráter prático sem aquela concepção de uma alteridade sistêmica radical que somente a ideia de utopia parece hoje manter viva, mesmo que de maneira fraca (JAMESON, 2004, p. 264).

Saramago tem importância como voz ativa de uma literatura portuguesa sistematizada no humanismo como prática permanente da construção do romance. O realismo de seu discurso irônico faz sentido na reconstrução do povo português dentro da decadência do império ultramarítimo que nunca fora capaz de desenvolver um capitalismo imperialista aos moldes ingleses ou franceses. A herança marxista do escritor é utilizada constantemente na obra para explicar as contradições do capitalismo periférico de seu país, sua condição agrícola e atrasada diante da modernidade europeia e os processos de produção capitalista de outros países.

O atraso econômico de Portugal, em relação a sua industrialização e à formação do povo português, é uma herança das quatro décadas de regime totalitário. Não podemos perder de horizonte o alto índice de analfabetismo e alienação dos portugueses em um contexto de pós-modernidade. Aqueles que se encaminharam para o país, após o processo de descolonização, conheceram a história de uma nação à qual não se sentiam pertencentes. Os colonos tentavam se reencontrar dentro da nova sociedade portuguesa, juntamente com aqueles que começavam a viver em um ambiente democrático após a *Revolução dos cravos*.

Diante disso, há a importância do artista em sua posição social de transformador da realidade por meio da estética. Portugal, como os colonos conheciam, era apenas o que o regime transmitia por meio de uma imprensa manipulada. O choque de realidade com o país vem somente com a redemocratização. A forma artística autêntica de Saramago contribui para a formação desse novo espírito nacional, comprometido com os avanços sociais. O horizonte revolucionário é, para o escritor, fonte de sua liberdade estética e ajuda-o a repensar seu papel nessa sociedade em processo de mudança. Lukács (2010, p. 282) elucida a nova perspectiva da arte:

Os partidários da democracia popular estão, sobretudo, convencidos de que a vida, em sua riqueza objetiva, cheia de promessas de futuro, pode ser – para o artista – em terreno e uma matéria mais férteis do que a contemplação do Eu fechado em si mesmo, orientado exclusivamente para sua vida interior. Mas não há e nem pode haver ninguém capaz de apresentar essas possibilidades aos artistas sob forma capaz de utilização imediata. Elas são hoje apenas possibilidades, e não realidades. Todo utopismo, toda tentativa de antecipar o futuro, é, nesse domínio, particularmente perigoso. Estamos no início de grandes transformações. O perigoso de toda antecipação programática é o de limitar as possibilidades ilimitadas que realmente existem; por isso, ninguém pode saber quais dessas possibilidades se revelarão mais fecundas no futuro. O perigo de todo utopismo é o de ficar muito aquém daquilo que, com toda probabilidade, pode ser efetivamente realizado caso se utilizem de modo flexível as possibilidades reais.

O compromisso do escritor com a democracia é inegável e vai além. Antes da democracia, a condição do homem integral deve existir, garantindo que suas necessidades básicas serão atendidas. Sua posição intelectual seguirá esse sentido sempre quando questionado sobre o imperialismo norte-americano ou a posição de Portugal no contexto europeu. A combatividade de sua escrita é para demonstrar como a sociedade de classes foi a maior deformação do capitalismo. *Levantado do chão* expõe a mais pura ideologia marxista. Citamos mais uma passagem de Marx (2007, p. 47), em *A Ideologia Alemã*:

As idéias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força material dispõe também dos meios da produção espiritual, de modo que a ela estão submetidos aproximadamente ao mesmo tempo os pensamentos daqueles aos quais faltam os meios da produção espiritual. As ideias dominantes, são as relações materiais dominantes apreendidas como ideias; portanto, são a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante, são as ideias de sua dominação. Os indivíduos que compõem a classe dominante possuem, entre outras coisas, também consciência e, por isso, pensam; na medida em que dominam como classe e determinam todo o âmbito de uma época histórica, é evidente que eles o fazem em toda a sua extensão, portanto, entre outras coisas, que eles dominam também como pensadores, como produtores de ideias, que regulam a produção e a distribuição das ideias de seu tempo; e, por conseguinte, que as ideias são as ideias dominantes da época. Por exemplo, numa época e num país em que o poder monárquico, a aristocracia e a burguesia lutam entre si pela dominação, onde portanto a dominação está dividida, aparece como ideia dominante a doutrina da separação dos poderes, enunciada então como uma “lei eterna” (MARX, 2007, p. 47).

A denúncia do romance é essa: a classe dominante decide os destinos da nação de acordo com seus interesses privados e suas vontades de domínio econômico. Os latifundiários da época salazarista eram representantes da classe dominante e, na medida em que detinham poder, decidiam o que o

Estado poderia fazer em favor deles, seja por meio de medidas econômicas que os beneficiavam seja pelo uso da violência repressora da polícia para conter os movimentos sociais.

A classe trabalhadora não podia escolher o próprio destino, era subjugada pela fome e miséria material. A classe dominante, composta pelos latifundiários, detinha o poder econômico e também ideológico, porque a caçada aos comunistas era feita nas vilas rurais e o país servia aos interesses privados dessa classe dominante. No romance, uma passagem de António Mau-Tempo sobre o serviço militar é importante para destacar o sentimento de exclusão não apenas social, mas patriótica:

Fez António Mau-Tempo uma pausa, bebe um gole curto de vinho, para falar melhor, limpa a boca às costas da mão, não há guardanapo mais natural, e torna a dizer, Acham eles que passando nós fome nas nossas terras nos devíamos sujeitar a tudo, mas aí que se enganam, que a nossa fome é uma fome limpa, e os cardos que temos de ripar, ripam-nos as nossas mãos, que mesmo quando estão sujas, limpas são, não há mais limpas do que as nossas, é a primeira coisa que aprendemos quando entramos no quartel, não faz parte da instrução de arma, mas advinha-se, e um homem pode escolher entre a fome inteira e a vergonha de comer o que nos dão, quando também é certo que a mim me vieram chamar a Monte Lavre para servir a pátria, dizem eles, mas servir a pátria não sei o que seja, se a pátria é minha mãe e é meu pai, dizem também, de meus verdadeiros pais sei eu, e todos sabem dos seus, que tiraram à boca para não faltar à nossa, e então a pátria deverá tirar à sua própria boca para não faltar à minha, e se eu tiver de comer cardos, coma-os a pátria junto comigo, ou então uns são filhos da pátria e outros filhos da puta (SARAMAGO, 2013, p. 244).

Essa passagem do romance expõe a debilidade do nacionalismo ligado ao capitalismo imperialista e a concepção deformada da nação portuguesa, como herança da criação do mito desde a formação do Trono Português e Dom Sebastião e as Cruzadas. A nação que tinha uma promessa de liderança mundial, fatalmente, se tornou líder, do que representava a decadência humana: a escravidão em África, o subdesenvolvimento, e a exploração do trabalhador campesino português. Enquanto a nação explorava as colônias no século XX, os trabalhadores continuavam em regime de semiescravidão e as Forças Armadas, que detinham o poder desde o golpe militar, tratavam seus militares tão bem como os latifundiários do Alentejo.

O Estado Fascista que pregava a teoria do ultranacionalismo era, na verdade, um explorador capitalista em busca do aumento do lucro e concentração de renda. A maioria dos servidores estatais também não passava de proletários que sobreviviam com as baixas remunerações. As exceções eram aquelas que se encontravam no topo da pirâmide social, os doutos filhos da burguesia portuguesa e que mantinham seus *status quo* mesmo diante de um Estado de Exceção.

No momento do sacrifício, a pátria convoca toda a gente pobre para servir à nação, mas, no momento dos benefícios, somente parcela da sociedade é beneficiada pela glória nacional. Os que morreram nas guerras coloniais não foram os filhos dos latifundiários, nem uma pequena parcela da classe dominante portuguesa, foram os trabalhadores que morreram. A *Revolução dos Cravos* tornou-se possível devido ao ambiente favorável dentro de diversas camadas sociais, começando nas Forças

Armadas. Não é coincidência que Saramago também cita, por meio da personagem de António Mau-Tempo, as péssimas condições daqueles que “serviam” à pátria. O romance tem como objeto a reflexão social e assim não deixaria de usar a ironia:

Todos os dias os homens se levantam de suas camas, todas as noites se deitam nelas, e dizer camas é dizer o que de camas faz as vezes, todos os dias se sentam diante do alimento ou da vontade de o ter suficiente, todos os dias acendem e apagam uma luz, debaixo da rosa do sol não há nada de novo. Este é o grande mar do latifúndio, com as suas nuvens de peixe de rebanho e os animais da devoração, e se isto foi assim sempre, não se veem razões para deixar de ser, mesmo tendo de suportar algumas mudanças, basta que a vigilância se não distraia, todos os dias vão à água as barças armadas e as redes que hão-de-pescar o pescador, Onde é que foste buscar esse saco de bolota, ou Esse molho de lenha, ou Que fazes aqui a esta hora, donde vens para onde vais, não é um homem senhor de pôr o pé de fora do costumado carril, salvo se vai contratado, e portanto debaixo de olho. Porém, cada dia traz com sua pena sua esperança, ou será isto fraqueza do narrador, que decerto leu tais palavras ou as ouviu dizer e gostou delas, porque vindo com a pena a esperança, nem a pena se acaba nem a esperança, é mais do que isso, outras palavras não usaria o padre Agamedes, que justamente de pena e de esperança faz o seu modo de vida, quem julgar o contrário é tolo ou vai mal aviado. Mais acertado será então dizer que cada dia é o dia que é, mais o dia que foi, e que os dois juntos é que são o de amanhã, até uma criança deveria saber estas coisas simples, mas há quem cuide de partir os dias como se cortasse cascas de melancia para dar a porcos quanto mais pequenos os bocados, maior a ilusão da eternidade, por isso é que os porcos dizem, Oh Deus dos porcos, quando será que matamos a fome. (SARAMAGO, 2013, p. 346).

Seriam homens ou porcos que clamavam a Deus por comida? A vida miserável do campo no interior de Portugal é um exemplo, no século XX, do trabalhador como mercadoria, nos moldes do pensamento marxista, a denúncia social feita pelo romance de Saramago que será fundamental para manter o ideal revolucionário de 1974 na década de 80, sem que saísse do horizonte cultural o momento valioso pelo qual o país passava, com governo democrático e todas as mudanças sociais provocadas pela esquerda portuguesa.

Traçamos um pequeno paralelo entre um trecho final do romance com o pensamento de Marx, para evidenciar o quanto a literatura tem participação no despertar da consciência de quem lê. No momento de reunião dos trabalhadores para protesto reivindicando oito horas de trabalho por dia, há o relato de uma personagem que é obrigada a brigar com o próprio pai para não ser detida pela polícia local por “roubar” comida:

Quiseram baixar-nos a dignidade, não pode ser mais assim, tem de acabar, ouçam todos isto que aconteceu comigo e com meu pai que já morreu, foi um segredo de nós dois, mas hoje não posso ficar calado, se os camaradas não se convencerem com este caso, então não há mais nada a fazer, estamos perdidos, uma vez há muitos anos estava assim uma noite escura como esta, o meu pai foi comigo, fui eu com mele apanhar bolotas para comermos, não havia nada em casa, e eu já era homem e andava a pensar em casar, levámos um saquito, nem era grande coisa, um taleigo, fomos juntos por companhia, não por causa da carga, e quando já tínhamos o saco quase cheio apareceu a guarda, a mesma coisa aconteceu a outros que aqui estão, não é nenhuma vergonha, apanhar a bolota do chão não é roubar, e que fosse, a fome é uma boa razão para roubo, quem rouba por precisão tem cem anos de perdão, bem sei que o ditado não é assim, mas devia ser, se eu sou ladrão por ir roubar bolota, ladrão é também o dono dela, que nem fabricou a terra nem plantou a árvore e a podou e limpou e então chegou a guarda e disse, não vale a pena dizer o que eles disseram, já nem me lembro bem, chamaram-nos nomes, como é que a gente tem aguentado tantas más palavras, e quando meu

pai lhes pediu por amor de Deus que nos deixassem levar a bolota que tínhamos apanhado no chão, puseram-se a rir e disseram que estava bem, podíamos ficar com a bolota, mas com uma condição, ouçam todos a condição, brigarmos um com o outro para eles verem, e então o meu pai respondeu que não ia brigar com o seu próprio filho, e eu com o meu próprio pai, mas eles disseram que sendo assim íamos para o posto, pagávamos a multa e talvez levássemos uns conchegos pelas costas abaixo, para aprendermos a regra do bom viver, e então o meu pai respondeu que estava bem, íamos brigar, peço-lhes por tudo, camaradas, que não fiquem a pensar mal do pobre do velho que está morto, Deus me perdoe se por causa disso estou a tirá-lo da cova, mas a fome era muita, e então meu pai, a fingir, deu-me um encontrão [...] (SARAMAGO, 2013, p. 362-363).

Aquele que é possuidor da terra tem total direito sobre aquilo que se produz nela, isso é o que o direito romano estabelece em qualquer país capitalista estabelece, mas o questionamento basilar de uma análise marxista é: como foi moldado esse direito da posse da terra com o tempo? Quais as contradições envolvidas sobre a propriedade privada? No caso do romance, há mais um agravante sobre o direito, a punição da conduta intitulada criminosa para matar a fome. Retomamos outra citação de Marx (2004, p. 86) sobre o trabalho estranhado:

Se o produto do trabalho não pertence ao trabalhador, um poder estranho [que] está diante dele, então isto só é possível pelo fato de [o produto do trabalho] pertencer a um *outro homem fora o trabalhador*. Se sua atividade lhe é martírio, então ela tem de ser *fruição* para um outro e alegria de viver para um outro. Não os deuses, não a natureza, apenas o homem mesmo pode ser este poder estranho sobre o homem.

Saramago coloca o problema do trabalho estranhado de forma ficcional. O homem que trabalha não tem posse sobre a mercadoria que produz, assim, se transforma em mercadoria no mundo capitalista. O latifundiário é o homem que tem fruição sem ter que trabalhar, enquanto o trabalhador exerce o trabalho com martírio, passa por necessidades básicas para manter-se nas regras da vida em sociedade, que é equilibrada com as injustiças sociais. A base da sociedade capitalista, a propriedade privada, será potencializada em um Estado Fascista. A caçada ao proletariado e toda divisão social da riqueza é combatida de forma dura e sem exceções. Ao final do romance, Saramago demonstra a principal ruptura da *Revolução dos Cravos*: o fim do latifúndio baseado na propriedade privada.

O horizonte de um país mais justo com todos aqueles que não pertenciam à hegemonia social e o caráter popular da *Revolução dos Cravos* são imprescindíveis para a formação de uma nova sociedade portuguesa. Os frutos da Revolução são colhidos na atualidade, a percepção do povo português sobre o seu passado tem como base a dialética marxista. Os governos socialistas investiram grandemente numa reforma educacional, reforma agrária e serviços públicos de qualidade.

Ao final do romance, os mortos juntam-se aos vivos no momento de novos horizontes para os camponeses do Alentejo, o sangue derramado daqueles que foram perseguidos e torturados pelo Estado Novo não foi em vão. A democracia que nasce ao final do romance será duradoura e o povo português se reconcilia lentamente com seu passado feito de glórias e derrotas, ascensão e queda.

Mesmo com o fim do sonho socialista, após a queda do Muro de Berlim, Portugal colhe os frutos de uma verdadeira Revolução.

A resistência da coletividade dos sem-terra portugueses foi importante para a efetividade revolucionária, caso contrário esta ficaria simplesmente no plano do discurso, e os grandes proprietários de terra apenas se readequariam ao novo governo. O romance contribui para a valorização daqueles que participaram ativamente da resistência antifascista durante muitos anos de Estado Novo, aqueles pequenos movimentos grevistas no campo que passaram fome e não tiveram acesso à educação formal. Saramago conseguiu, por meio da ficção, dar voz ao popular para estabelecer uma nova consciência nacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relação entre literatura e história são essenciais para a compreensão dos acontecimentos sociais do presente. Fato e ficção caminham lado a lado no romance histórico, fundindo-se para uma tentativa de aproximação que permita ao leitor captar as complexas relações humanas dentro do desenvolvimento histórico social. A importância do romance histórico em Portugal foi para a formação da moderna nação portuguesa e suas contradições na construção de uma sociedade do século XXI. A literatura portuguesa dos anos 80 do século XX em diante pautou-se na reconstrução de sua história por meio da ficção e, agora, envolve-se em uma nova perspectiva de literaturas em língua portuguesa que abrange a produção literária das antigas colônias.

Para Lukács (2011), em sua teoria sobre o romance histórico, o gênero não relata somente os acontecimentos históricos, a ficção é capaz de captar as vontades humanas envolvidas no tecido social, as contradições dentro da construção de determinado retrato social. Em sua matriz marxista, o crítico retoma a necessidade da verdadeira literatura envolver-se com o humanismo e sua visão de mundo, retomando Marx (2005) ao dizer que “a raiz [da literatura] é o próprio homem”. Ou seja, a verdadeira arte literária deverá envolver-se com a dinâmica social, de modo que o escritor deva compreender as contradições e necessidades humanas de seu tempo. O olhar do escritor é extremamente importante para a análise do mundo em paralelo com o discurso historiográfico oficial.

A importância de José Saramago para a reconstrução da história portuguesa e suas contradições é incontestável entre a crítica literária, mais do que romancista, o autor vinculou-se à intelectualidade portuguesa de modo extremamente participativo. O autor colocou Portugal e a língua portuguesa em outro patamar na estética literária internacional, tendo seus romances traduzidos para diversas línguas. Paralelamente à internacionalização de sua obra, sua postura foi de valorização da identidade nacional portuguesa, não em forma de um nacionalismo já ultrapassado, mas destacando a importância da cultura portuguesa para a configuração do globo como o conhecemos.

O humanismo de Saramago, que percorrerá toda sua obra, será essencial ao combate da ideologia fascista e, mais do que isso, ao combate a toda ideologia que se perpetua na exclusão social e valorização do capital em detrimento da humanidade. O retrato que o autor faz de sua nação é um retrato também da sociedade capitalista moderna, que, em favor do lucro e das grandes riquezas, por vezes, esquece que a vida humana sempre será mais importante do que qualquer interesse econômico.

Em se tratando especificamente da pesquisa desenvolvida, *Levantado do chão* inaugura a forma romanesca exclusiva de Saramago, a narrativa elaborada muito próxima à oralidade, o que se

tornou marca do escritor por todo o seu percurso literário. A valorização da linguagem oral e da heterodoxia na escrita são estratégias narrativas utilizadas com objetivos estéticos originais do autor. A valorização daqueles que não tinham voz dentro da sociedade portuguesa e a vida simples do camponês português serão sempre uma referência na construção de personagens. De modo geral, em todos os romances, os protagonistas são pessoas comuns, até mesmo quando se trata de Jesus, em *O Evangelho segundo Jesus Cristo*.

Recontar a história portuguesa por meio da ficção foi o que deu fama ao autor, mas o caráter essencial de sua obra não se limita ao romance histórico ou à ligação específica que a pesquisa fez com a teoria de Lukács sobre o gênero. Aqui procurou-se estabelecer a importância da obra literária como crítica da realidade e emancipadora de uma visão de mundo concentrada no capitalismo e na opressão que esse sistema demonstrou dentro de alguns países periféricos das grandes potências econômicas, o que representou a ideologia fascista no passado recente português e, principalmente, o caráter libertador da *Revolução dos Cravos*.

A figuração da realidade camponesa dentro do romance foi importante para o próprio povo português reconhecer o seu passado contraditório; a ficção consegue retomar a voz de uma parcela da população esquecida até mesmo por seu próprio povo. Foi assim com o Romance de 30 no Brasil, que figurou a realidade do sertanejo para os grandes centros urbanos e demonstrou para todos quantos Brasis haviam em um único país.

Herdeiro do neorealismo português, amigo de Jorge Amado, Saramago descreveu um Portugal desconhecido para o grande público, demonstrou o que havia de colônia dentro da metrópole portuguesa. Os escravos do século XX não moravam distantes da Europa, escravos pertencentes às forças hegemônicas portuguesas: os escravos do Alentejo eram compatriotas dos senhores latifundiários. O intelectual português repensa o papel de Portugal no mundo durante séculos, estabelece os limites do capital para sua nação, recalcula o que foi o Império de Além-Mar e estabelece novos resultados para o fim de um ciclo de exploração econômica.

Enfim, *Levantado do chão* é o fechamento de um ciclo da história portuguesa, a reconstrução da história de um país marcado pelas contradições em sua formação, o retrato do apogeu e declínio do fascismo português. É esperança de dias melhores com a redemocratização, é demonstração de que Portugal é muito mais do que colonizador. A ficção em língua portuguesa une nossas culturas e a literatura portuguesa é fonte inesgotável de uma tradição da forma romanesca. Para além da ficção e da estética literária, Saramago é fonte do que há de melhor da literatura: a humanidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABDALA JUNIOR, Benjamin. *De convicções e heteroxias*. In: Sobre as Naus da Iniciação. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção*. Tradução de Iraci de Poletti. São Paulo: Boitempo, 2004.

AGUILERA, Fernando Gómez. A estátua e a pedra: o autor diante do reflexo da sua obra, In: SARAMAGO, José. *Da Estátua à pedra e discursos de Estocolmo*. Belém: Ed. UFPA; Fundação José Saramago, 2013.

ALBRIGHT, Madeleine. *Fascismo: um alerta*. Tradução de Jaime Biaggio. São Paulo: Planeta, 2018.

ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo*. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

ARIAS, Juan. *O amor impossível*. Tradução Rubi Prates Goldoni. Rio de Janeiro: Manati, 2003.

BENJAMIN, Walter. *Escritos sobre mito e linguagem*. Tradução de susana Kmpff Lages e Ernani Chaves. São Paulo: Editora 34 Ltda, 2011.

BERGAMO, Edvaldo. *Ficção e convicção: Jorge Amado e o neo-realismo literário português*. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

BERNARDO, João. *Labirintos do fascismo: na encruzilhada da ordem e da revolta*, 2015

Disponível em <<http://colectivolibertarioevora.files.wordpress.com/2015/05/labirintos-do-fascismo-nova-vers3a3o.pdf>> . Acesso em dezembro de 2017.

BERRINI, Beatriz. *José Saramago: uma homenagem*. São Paulo: Editora EDUC, 1999.

CERDEIRA, Teresa Cristina. *A mão que escreve: Ensaios de literatura portuguesa*. Rio de Janeiro: Casa da palavra, 2014.

_____. *José Saramago entre a história e a ficção: uma saga de portugueses*. Belo Horizonte: Moinhos, 2018.

COTRIM, Ana. *Literatura e realismo em György Lukács*. Porto Alegre: Zouk Editora, 2016.

COUTINHO, Carlos Nelson. *O leitor de Gramsci*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

COSTA, Horácio. *José Saramago e a tradição do Romance Histórico em Portugal*. Revista USP, n. 40, Universidade de São Paulo, 96-104, fevereiro de 1999.

Diponível em: <<http://journals.usp.br/revusp/article/view/28424/30282>. Acesso em dezembro de 2018.

FERREIRA, Sandra. *Da estátua a pedra: percursos figurativos de José Saramago*. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

GÓES, Welder de. *Revolução em Portugal*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007.

GOBBI, Márcia Valéria Zamboni. *A ficcionalização da História*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

GRAMSCI, Antonio. *Os cadernos do cárcere*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Editora Civilização brasileira, 1999. 6v.

JAMESON, Fredric. *Espaço e Imagem: Teorias do pós-moderno e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004.

KONDER, Leandro. *Introdução ao fascismo*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

LOPONDO, Lilian. *Saramago segundo terceiros*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 1998.

LUKÁCS, Gyögy. *História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista*. Tradução de Rodnei Nascimento. São Paulo: Martins Fontes, 2003

_____. *Introdução a uma Estética Marxista: Sobre a Categoria da Particularidade*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

_____. *A alma e as formas*. Tradução de Rainer Patriota. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

_____. *Marxismo e teoria da literatura*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

_____. *A teoria do romance: um ensaio histórico-filosófico sobre as formas da grande épica*. Tradução de José Marques Mariano de Macedo. São Paulo: Duas cidades; Editora 34, 2009.

_____. *O romance histórico*. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. *Reboquismo e dialética*. Tradução de Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2015.

_____. *Marx e Engels como historiadores da literatura*. Tradução de Nélio Schneider São Paulo: Boitempo, 2016.

MARIATEGUI, José Carlos. *As origens do fascismo*. Tradução de Luiz Bernardo Pericás. São Paulo: Alameda, 2010.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da Economia Política*. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 35 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

_____. *A ideologia alemã*. Tradução de Rubens Enderle, Nélio Schneider, Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. *18 de Brumário de Luís Bonaparte*. Tradução de Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. *Manuscritos econômico-filosóficos*. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2014.

- MEDEIROS, Aldinida. *Caminhos do romance histórico contemporâneo português: percorrendo veredas*. Revista Miscelânea, UNESP, n. 15, p. 201-22, jan-jun. 2014.
- PINTO, António Costa Pinto. *Os camisas azuis: Rolão Preto e o fascismo em Portugal*. Recife/Porto Alegre: EDUPE/EDIPUCRS, 2016.
- POULANTZAS, Nicos. *Fascismo e Ditadura*. Tradução de João G. P. Quintela e M. Fernanda S. Gramado. São Paulo: Martins Fontes, 1078.
- REIS, Carlos Antonio Alves. *O discurso ideológico do Neo-Realismo Português*. Coimbra: Almedina, 1983.
- ROSAS, Fernando. *Portugal e o Estado Novo*. Lisboa: Editora Presença, 1990.
- SAID, Edward W. *Cultura e imperialismo*. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- _____. *Humanismo e crítica democrática*. Tradução de Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- SARAMAGO, José. *Levantado do chão*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- _____. *Memorial do Convento*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- _____. *História do Cerco de Lisboa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- _____. *O ano da morte de Ricardo Reis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- _____. *As palavras de José Saramago: Catálogo de reflexões pessoais, literárias e políticas*. Seleção e organização de Fernando Gómez Aguilera. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- SECCO, Lincoln. 25 de Abril de 1974: *A revolução dos Cravos*. São Paulo: Editora Companhia Editora Nacional, 2005.
- TOGLIATTI, Palmiro. *Lições sobre o fascismo*. Tradução de Maria Tereza Lopes Teixeira. São Paulo: Ciências Humanas, 1978.
- TORGAL, Luís Reis. *Estados Novos, Estado Novo*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009.
- WATT, Ian. *A ascensão do romance*. Tradução de Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade: na história e na literatura*. Tradução de Paulo Henriques Brito. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.